

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

SÍNTESE DE INDICADORES
2 0 1 5



Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Dyogo Henrique de Oliveira (interino)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Paulo Rabello de Castro

Diretor-Executivo
Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
José Sant'Anna Bevilaqua

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Trabalho e Rendimento
Cimar Azeredo Pereira

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Trabalho e Rendimento

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Síntese de indicadores

2015

Rio de Janeiro
2016

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-85-240-4398-7 (meio impresso)

© IBGE. 2016

Produção do e-book

Roberto Cavararo

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato Aguiar - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Pesquisa nacional por amostra de domicílios : síntese de indicadores
2015 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro :
IBGE, 2016.
108p.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-240-4398-7

1. Pesquisa nacional por amostra de domicílios - 2015. 2. Levantamentos domiciliares - Brasil. 3. Indicadores sociais - Brasil. 4. Brasil - População - Estatística. I. IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais CDU 314.6(81)2015
RJ/IBGE/2016-25 DEM

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Sumário

Apresentação

Introdução

Notas técnicas

Conceitos e definições

Evolução histórica da pesquisa

Principais alterações metodológica,
conceitual e processual

Alterações na operação de coleta e na apuração
dos dados

Comparabilidade dos resultados da série histórica

Plano amostral

Tamanho da amostra

Disseminação dos resultados

Comentários

Referências

Apêndice

1 - Tópicos investigados na PNAD desde 1992

Anexos

1 - Grupamentos e subgrupos principais ocupacionais

2 - Grupamentos e divisões de atividade

3 - Estimativas da população para o cálculo dos pesos para a expansão da amostra da PNAD 2015

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE divulga, com a presente publicação, comentários analíticos sobre os principais indicadores socioeconômicos da população obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2015, para o Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, comparando-os com os do ano anterior, e discorre sobre a evolução de alguns desses indicadores no período de 2004 a 2015.

A publicação apresenta **Notas técnicas** com considerações de natureza metodológica, em que se destacam os conceitos e definições utilizados na pesquisa e informações sobre sua evolução histórica, e **Comentários** ilustrados com tabelas e gráficos, contemplando os seguintes temas básicos: *Dados gerais; Migração, Educação, Trabalho, Famílias, Domicílios, Rendimento e Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular*. Informações adicionais sobre aspectos históricos da pesquisa são fornecidas no **Apêndice**. A composição dos grupamentos ocupacionais e de atividade considerados e as estimativas da população para cálculo dos pesos para a expansão da amostra da PNAD 2015 encontram-se nos **Anexos** que complementam o presente volume.

Com esta publicação, o IBGE dá continuidade à produção e disseminação de indicadores atualizados para retratar a situação socioeconômica da população brasileira. As informações ora divulgadas também podem ser acessadas no portal do IBGE na Internet, que disponibiliza ainda o plano tabular para todos os níveis de divulgação da pesquisa – Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e nove Regiões Metropolitanas (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) – em complemento à presente publicação.

Roberto Luís Olinto Ramos
Diretor de Pesquisas

Introdução

O sistema de pesquisas domiciliares, implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967, com a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas e demográficas, umas de caráter permanente nas pesquisas, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o País.

A PNAD teve início no segundo trimestre de 1967, sendo os seus resultados apresentados com periodicidade trimestral até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971, os levantamentos passaram a ser anuais com realização no último trimestre. A pesquisa foi interrompida para a realização do Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. No período 1974-1975, foi levada a efeito uma pesquisa especial, denominada Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF, que, além dos temas anteriormente pesquisados pela PNAD, investigou consumo alimentar e orçamentos familiares. Durante a realização do ENDEF, o levantamento básico da PNAD foi interrompido. Em 1994, por razões excepcionais, a PNAD não foi realizada. A partir de 2004, os resultados da pesquisa passaram a agregar informações das áreas urbana e rural para todas as Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil.

As **Notas técnicas**, a seguir, apresentam os conceitos e definições utilizados na pesquisa e trazem considerações de natureza metodológica que permitem conhecer os principais aspectos de sua evolução histórica. Em complemento a essas informações, um **Apêndice**, ao final da publicação, consolida os tópicos investigados na PNAD desde 1992, relativamente às seguintes características: unidade domiciliar; dados gerais dos moradores; migração; educação; trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade; trabalho; e fecundidade. A composição dos grupamentos ocupacionais e de atividade considerados e as estimativas da população para cálculo dos pesos para a expansão da amostra da PNAD 2015 encontram-se nos **Anexos** que encerram o presente volume.

Notas técnicas

Conceitos e definições

Os conceitos e definições necessários para o entendimento dos resultados apresentados são:

Data e períodos de referência

Data de referência - Foi o dia 27 de setembro de 2014, para a pesquisa de 2014, e 26 de setembro de 2015, para a pesquisa de 2015.

Semana de referência - Foi a semana de 21 a 27 de setembro de 2014, para a pesquisa de 2014, e de 20 a 26 de setembro de 2015, para a pesquisa de 2015.

Mês de referência - Foi o mês de setembro de cada um dos anos da pesquisa.

Período de referência de 365 dias - Foi o período de 28 de setembro de 2013 a 27 de setembro de 2014, para a pesquisa de 2014, e de 27 de setembro de 2014 a 26 de setembro de 2015, para a pesquisa de 2015.

Período de referência dos últimos três meses - Foram os últimos 90 dias que antecederam ao dia da entrevista.

Domicílio

Conceituou-se como domicílio o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos.

A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas, coberto por um teto, e permite que seus moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia.

A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas.

Classificaram-se os domicílios como particulares quando destinados à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento fosse ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência.

Como coletivos foram classificados os domicílios destinados à habitação de pessoas em cujo relacionamento prevalecesse o cumprimento de normas administrativas.

São exemplos de domicílios coletivos os estabelecimentos destinados a prestar serviços de hospedagem (hotéis, pensões e similares), instituições que possuem locais de residência para pessoas institucionalizadas (orfanatos, asilos, casas de detenção, quartéis, hospitais etc.) e, também, alojamento de trabalhadores em canteiros de obras.

Unidade domiciliar

A unidade domiciliar é o domicílio particular ou uma unidade de habitação (quarto, apartamento etc.) em domicílio coletivo.

População residente

A população residente foi composta pelos moradores presentes e ausentes, ou seja, pelas pessoas que tinham a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e, na data da entrevista, estavam presentes ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

Excluíram-se da pesquisa as pessoas residentes em embaixadas, consulados e legações e, também, as pessoas institucionalizadas residentes em domicílios coletivos de estabelecimentos institucionais, tais como: os militares em caserna ou dependências de instalações militares; os presos em penitenciárias; os internos em escolas, orfanatos, asilos, hospitais etc.; e os religiosos em conventos, mosteiros etc.

Situação do domicílio

A classificação da situação do domicílio é urbana ou rural, segundo a área de localização do domicílio, e tem por base a legislação vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico 2000. Como situação urbana, consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério é também utilizado na classificação da população urbana e rural.

Espécie do domicílio

Os domicílios particulares foram classificados, segundo a espécie, da seguinte forma:

Permanente - Para o domicílio localizado em casa, apartamento ou cômodo e destinado à moradia; ou

Improvisado - Para o domicílio localizado em unidade que não tivesse dependência destinada exclusivamente à moradia, tal como: loja, sala comercial etc. Assim também foi considerado o prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta etc., que estivesse servindo de moradia.

Características dos domicílios particulares permanentes

Condição de ocupação do domicílio

Os domicílios particulares permanentes foram classificados, quanto à condição de ocupação, em:

Próprio - já quitado - Para o domicílio de propriedade, total ou parcial, de morador e que estivesse integralmente quitado, independentemente da condição de ocupação do terreno;

Próprio - em aquisição - Para o domicílio de propriedade, total ou parcial, de morador e que não estivesse integralmente quitado, independentemente da condição de ocupação do terreno;

Alugado - Para o domicílio cujo aluguel fosse, totalmente ou parcialmente, pago por morador;

Cedido - Para o domicílio cedido gratuitamente por empregador de morador, instituição ou pessoa não moradora (parente ou não), ainda que mediante uma taxa de ocupação ou conservação. Nesta condição, incluiu-se o domicílio cujo aluguel fosse integralmente pago, diretamente ou indiretamente, por empregador de morador, instituição ou pessoa não moradora; ou

Outra - Para o domicílio ocupado em condição diferente das anteriormente arroladas, como, por exemplo, no caso de invasão.

Abastecimento de água

Investigou-se a existência de água canalizada nos domicílios particulares permanentes e a sua proveniência.

Quanto à existência de água canalizada, os domicílios foram classificados em:

Com canalização interna - Para o domicílio que tivesse água canalizada para, pelo menos, um cômodo; ou

Sem canalização interna - Para o domicílio que não tivesse água canalizada para nenhum cômodo.

A proveniência da água utilizada nos domicílios foi classificada em:

Rede geral - Quando o domicílio fosse servido por água proveniente de uma rede geral de distribuição, canalizada para o domicílio ou, pelo menos, para o terreno ou propriedade em que se situava; ou

Outra forma - Quando o domicílio fosse servido por água proveniente de poço ou nascente, reservatório abastecido por carro-pipa, coleta de chuva ou outra procedência que não se enquadrasse nas anteriormente descritas.

Esgotamento sanitário

O escoadouro do banheiro ou sanitário de uso dos moradores dos domicílios particulares permanentes foi classificado, quanto ao tipo, em:

Rede coletora (de esgoto ou pluvial) - Quando a canalização das águas servidas e dos dejetos estivesse ligada a um sistema de coleta que os conduzisse para um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não dispusesse de estação de tratamento da matéria esgotada;

Fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial - Quando as águas servidas e os dejetos fossem esgotados para uma fossa, onde passavam por um processo de tratamento ou decantação, sendo a parte líquida canalizada para um desaguadouro geral da área, região ou município;

Fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial - Quando as águas servidas e os dejetos fossem esgotados para uma fossa, onde passavam por um processo de tratamento ou decantação, sendo a parte líquida absorvida no próprio terreno; ou

Outro - Quando os dejetos fossem esgotados para uma fossa rudimentar (fossa negra, poço, buraco etc.), ou diretamente para uma vala, rio, lago ou mar, ou quando o escoadouro não se enquadrasse em quaisquer dos tipos descritos anteriormente.

Destino do lixo

O lixo proveniente dos domicílios particulares permanentes foi classificado de acordo com os seguintes destinos:

Coletado - Quando o lixo domiciliar fosse coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que atendia ao logradouro em que se situava o domicílio, ou fosse depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que posteriormente o recolhia; ou

Outro - Quando o lixo domiciliar fosse queimado ou enterrado na propriedade, jogado em terreno baldio, logradouro, rio, lago ou mar, ou tivesse outro destino que não se enquadrasse nos anteriormente descritos.

Iluminação elétrica

Investigou-se a existência de iluminação elétrica nos domicílios particulares permanentes, independentemente de ser proveniente de uma rede geral ou obtida de outra forma (gerador, conversor de energia solar etc.).

Telefone

Nos domicílios particulares permanentes, investigou-se a existência de linha telefônica fixa (**telefone fixo convencional**) instalada, mesmo que fosse compartilhada com outra unidade, domiciliar ou não residencial, de ramal de uma central telefônica comunitária etc. Pesquisou-se, também, se algum morador do domicílio particular permanente tinha linha telefônica móvel (**telefone móvel celular**).

Fogão

Nos domicílios particulares permanentes, pesquisou-se a existência de fogão de duas ou mais bocas, ainda que fosse construído de alvenaria ou portátil.

Filtro de água

Nos domicílios particulares permanentes, investigou-se a existência de filtro de água ou de aparelho para filtrar ou purificar a água.

Rádio

Nos domicílios particulares permanentes, pesquisou-se a existência de rádio, mesmo que fizesse parte de conjunto que acoplasse outros aparelhos, tais como: radiogravador, rádio toca-fitas etc. Incluíram-se também os aparelhos de mp3, mp4 com rádio.

Televisão

Nos domicílios particulares permanentes, pesquisou-se a existência de televisão em cores e, para os que não tinham este tipo de aparelho, a existência de televisão em preto e branco.

Aparelho de DVD

Nos domicílios particulares permanentes, investigou-se a existência de aparelho leitor de DVD (*digital versatile or digital video disk* - disco digital versátil ou disco digital de vídeo), que é o acessório capaz de reproduzir discos no formato DVD, mesmo que acoplado a microcomputador.

Geladeira

Nos domicílios particulares permanentes, pesquisou-se a existência de geladeira de duas portas (ou seja, o aparelho que acopla dois compartimentos independentes, sendo um de refrigeração e o outro de congelamento de alimentos) e, para os que não tivessem este tipo de aparelho, a existência de geladeira de uma porta.

Freezer

Nos domicílios particulares permanentes, pesquisou-se a existência de *freezer*.

Máquina de lavar roupa

Nos domicílios particulares permanentes, pesquisou-se a existência de máquina de lavar roupa (aparelho que desenvolve, de forma automática, todas as etapas da lavagem de roupa, desde a entrada de água na máquina, passando pelos processos de agitação e enxágue, até o de centrifugação).

Microcomputador

Nos domicílios particulares permanentes, pesquisou-se a existência de microcomputador, inclusive portátil.

Acesso à Internet

Nos domicílios particulares permanentes em que havia microcomputador foi pesquisado se era utilizado para acessar à Internet.

Carro

Nos domicílios particulares permanentes, investigou-se a existência de carro (veículo automotor para transporte de passageiros ou carga) que algum morador possua e seja utilizado para passeio ou locomoção de morador(es) para trabalho ou estudo, incluindo-se aquele utilizado para desempenho profissional, que também é usado para passeio ou locomoção de morador(es) da unidade domiciliar.

Motocicleta

Nos domicílios particulares permanentes, investigou-se a existência de motocicleta (veículo de duas rodas, dotado de motor a combustão, para transporte de uma ou duas pessoas) que algum morador possua e seja utilizado para passeio ou locomoção de morador(es) para trabalho ou estudo, incluindo-se aquele utilizado para desempenho profissional, que também é usado para passeio ou locomoção de morador(es) da unidade domiciliar.

Características gerais e de migração

Idade

A investigação da idade foi feita por meio da pesquisa do dia, mês e ano de nascimento da pessoa ou da idade presumida da pessoa que não soubesse a data de nascimento. A idade foi calculada em relação à data de referência da pesquisa.

Família

Considerou-se como família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residissem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que morasse só em uma unidade domiciliar.

Entendeu-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família, e por normas de convivência as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que morassem juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica.

Definiram-se como famílias conviventes aquelas constituídas por, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residissem na mesma unidade domiciliar.

Condição na unidade domiciliar e na família

Dentro de cada unidade domiciliar e de cada família, as pessoas foram classificadas em função da relação com a pessoa de referência ou com o seu cônjuge, de acordo com as seguintes definições:

Pessoa de referência - Pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que assim fosse considerada pelos demais membros;

Cônjuge - Pessoa que vivia conjugalmente com a pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família), existindo ou não o vínculo matrimonial;

Filho - Pessoa que era filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) ou do seu cônjuge;

Outro parente - Pessoa que tinha qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) ou com o seu cônjuge;

Agregado - Pessoa que não era parente da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) nem do seu cônjuge e não pagava hospedagem nem alimentação;

Pensionista - Pessoa que não era parente da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) nem do seu cônjuge e pagava hospedagem ou alimentação;

Empregado doméstico - Pessoa que prestava serviço doméstico remunerado em dinheiro ou somente em benefícios a membro(s) da unidade domiciliar (ou da família); ou

Parente do empregado doméstico - Pessoa que era parente do empregado doméstico e não prestava serviço doméstico remunerado a membro(s) da unidade domiciliar (ou da família).

Cor ou raça

Consideraram-se cinco categorias para a pessoa se classificar quanto à característica cor ou raça: branca, preta, amarela (compreendendo-se nesta categoria a pessoa que se declarou de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda (incluindo-se nesta categoria a pessoa que se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça) e indígena (considerando-se nesta categoria a pessoa que se declarou indígena ou índia).

Nupcialidade

Estado conjugal

O estado conjugal das pessoas com 10 anos ou mais de idade foi classificado da seguinte forma:

Vivia em união - Para a pessoa que vivia em união conjugal com cônjuge ou companheiro(a) que era morador do domicílio;

Não vivia, mas já viveu em união - Para a pessoa cujo cônjuge ou companheiro(a) perdeu a condição de morador ou a que teve a união conjugal dissolvida; ou

Nunca viveu em união - Para pessoa que nunca viveu em companhia de cônjuge ou companheiro(a).

Natureza da união

Para as pessoas que vivem em companhia de cônjuge ou companheiro(a) foi pesquisada a natureza de sua união, de acordo com a seguinte classificação:

Casamento civil e religioso - Para a pessoa que vive em companhia do cônjuge ou companheiro(a) com quem é casada no civil e no religioso, inclusive para a pessoa que, embora só tenha comparecido à cerimônia religiosa, regularizou o ato civil de acordo com a legislação vigente;

Só casamento civil - Para a pessoa que vive em companhia do cônjuge ou companheiro(a) com quem é casada somente no civil;

Só casamento religioso - Para a pessoa que vive em companhia do cônjuge ou companheiro(a) com quem é casada somente no religioso, em qualquer religião ou culto; ou

União consensual - Para a pessoa que vive em companhia do cônjuge ou companheiro(a) com quem não contraiu casamento civil ou religioso, inclusive as que vivem em união estável com contrato registrado em cartório.

Estado civil

Para a pessoa de 10 anos ou mais de idade foi investigado o estado civil, de acordo com a seguinte classificação:

Casado - Para a pessoa que tinha o estado civil de casada;

Desquitado ou separado judicialmente - Para a pessoa que tinha o estado civil de desquitada ou separada judicialmente, homologado por decisão judicial;

Divorciado - Para a pessoa que tinha o estado civil de divorciada, homologado por decisão judicial;

Viúvo - Para a pessoa que tinha o estado civil de viúva; ou

Solteiro - Para a pessoa que tinha o estado civil de solteira.

Naturalidade em relação ao município e à Unidade da Federação

Investigou-se a naturalidade em relação ao município e à Unidade da Federação de residência da pessoa. A pessoa que nasceu fora do lugar em que a mãe residia, em decorrência de ela ter estado afastada, temporariamente, para o parto, foi considerada como natural do município e da Unidade da Federação ou país estrangeiro de residência materna naquela ocasião.

Afazeres domésticos

Para as pessoas de 5 anos ou mais de idade foi pesquisado se habitualmente cuidavam, parcialmente ou integralmente, dos afazeres domésticos, independentemente da sua condição de atividade e ocupação na semana de referência.

Entendeu-se por afazeres domésticos a realização, no domicílio de residência, de tarefas (que não se enquadravam no conceito de trabalho) de:

- Arrumar ou limpar toda ou parte da moradia;
- Cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es);
- Orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas;
- Cuidar de filhos ou menores moradores; ou
- Limpar o quintal ou terreno que circunda a residência.

Características de educação

Alfabetização

Considerou-se como alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecesse.

Taxa de analfabetismo

É a percentagem das pessoas analfabetas (de um grupo etário) em relação ao total das pessoas (do mesmo grupo etário).

Estudante

Foi definida como estudante a pessoa que frequentava curso regular (de ensino fundamental, ensino médio, primeiro grau, segundo grau ou superior de graduação), de mestrado ou doutorado, pré-escolar, de alfabetização de jovens e adultos, de educação de jovens e adultos ou supletivo ministrado em escola, ou pré-vestibular.

A pessoa que frequentava somente curso de especialização profissional, de extensão cultural (idioma, costura, datilografia etc.) ou de educação de jovens e adultos ou supletivo por meio de rádio, televisão ou correspondência não foi classificada como estudante.

Taxa de escolarização

É a percentagem dos estudantes (de um grupo etário) em relação ao total de pessoas (do mesmo grupo etário).

Frequência à escola

Foi pesquisado se a pessoa era estudante, ou seja, se frequentava escola em curso de ensino regular, educação de jovens e adultos ou supletivo ministrado em escola, mestrado, doutorado, pré-vestibular, pré-escolar ou alfabetização de jovens e adultos. Para a pessoa que não era estudante foi investigado se já havia frequentado escola (curso de ensino regular, educação de jovens e adultos ou supletivo, mestrado, doutorado, pré-escolar ou alfabetização de jovens e adultos).

Para a pessoa que era estudante, foram pesquisados a série e o nível ou grau do ensino do curso que frequentava. Para a pessoa que não era estudante, mas já havia frequentado escola, foram investigados o nível ou grau do ensino do curso mais elevado que frequentou, a última série concluída e se o curso foi concluído.

O sistema de ensino regular atualmente em vigor compreende: o ensino fundamental, o médio e o superior de graduação. O sistema de ensino regular anterior, mas que ainda pode ser encontrado em vigor compreende: o primeiro grau, o segundo grau e o terceiro grau ou superior. O sistema de ensino regular anterior a estes dois compreendia: o elementar, o médio primeiro ciclo, o médio segundo ciclo e o superior.

Rede de ensino

Foi investigado se a escola que a pessoa frequentava pertencia à rede pública (federal, estadual ou municipal) ou particular.

Área da rede pública de ensino

Para a pessoa que frequentava escola ou creche da rede pública de ensino foi pesquisada a área a que pertencia: municipal, estadual ou federal.

Duração do ensino fundamental

Para a pessoa que frequentava o ensino fundamental regular e para a que não era estudante, mas cujo curso mais elevado que havia frequentado anteriormente foi o fundamental ou 1º grau regular, foi investigada a duração do curso.

A mudança da duração do ensino fundamental regular de 8 para 9 anos, com matrícula obrigatória aos 6 anos de idade, foi estabelecida na Lei n. 11.274, de 06.02.2006. A implantação dessa mudança desenvolveu-se gradualmente, uma vez que, de acordo com a lei, os municípios, estados e o Distrito Federal tiveram o prazo até 2010 para implementá-la.

Anos de estudo

A classificação segundo os anos de estudo foi obtida em função da série e do nível ou grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação. A correspondência foi feita de forma que cada série concluída com aprovação correspondeu a 1 ano de estudo. A contagem dos anos de estudo teve início em 1 ano, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino fundamental (com duração de 8 anos), de primeiro grau ou elementar; em 5 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em 9 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino médio, de segundo grau ou de médio segundo ciclo; em 12 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso superior de graduação. As pessoas com informações que não permitissem a sua classificação foram reunidas no grupo de anos de estudo "não determinados".

Nesse período de transição da mudança da duração do ensino fundamental, a classificação segundo os anos de estudo foi construída de forma a harmonizar a duração do ensino fundamental de 9 anos para 8 anos, o que possibilita a comparação dos resultados com os das pesquisas anteriores. Na contagem dos anos de estudo para o ensino fundamental com duração de 9 anos, a primeira série concluída com aprovação foi enquadrada em menos de 1 ano de estudo, a segunda série, em 1 ano de estudo, e assim, sucessivamente, até a nona série, classificada em 8 anos de estudo.

Acesso à Internet no domicílio

Para a pesquisa deste tema, considerou-se somente a utilização da Internet feita pela própria pessoa por meio de computador de mesa ou portátil (*laptop, notebook, palmtop, pocket pc, handheld*). Não foi abrangido, portanto, o acesso à Internet feito por outros meios (telefone móvel celular, televisão a cabo ou satélite, game console) ou quando a pessoa solicitou a outrem para fazer o acesso do seu interesse por não saber usar microcomputador ou a Internet.

Utilização da Internet em algum local

Foi pesquisado se, no período de referência dos últimos três meses, a pessoa utilizou a Internet em algum local (domicílio, local de trabalho, escola, centro de acesso gratuito ou pago, domicílio de outras pessoas ou qualquer outro local), inclusive a pessoa que utilizou o correio eletrônico da rede interna de comunicação de empresas que permitem a comunicação externa.

Telefone móvel celular para uso pessoal

Foi investigado se a pessoa possuía telefone móvel celular para seu uso pessoal.

Características de trabalho e rendimento

Trabalho

Considerou-se como trabalho em atividade econômica o exercício de:

- a) Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) na produção de bens e serviços;
- b) Ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) no serviço doméstico;
- c) Ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana :
 - Em ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador;
 - Em ajuda à instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou
 - Como aprendiz ou estagiário.
- d) Ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana :
 - Na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou
 - Na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Portanto, no conceito de trabalho caracterizam-se as condições de:

- Trabalho remunerado (itens a e b);
- Trabalho não remunerado (item c); e

- Trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso (item d).

Procura de trabalho

Definiu-se como procura de trabalho a tomada de alguma providência efetiva para conseguir trabalho, ou seja, o contato estabelecido com empregadores; a prestação de concurso; a inscrição em concurso; a consulta à agência de emprego, sindicato ou órgão similar; a resposta a anúncio de emprego; a solicitação de trabalho a parente, amigo, colega ou por meio de anúncio; a tomada de medida para iniciar negócio; etc.

Condição de ocupação

As pessoas foram classificadas, quanto à condição de ocupação na semana de referência, em ocupadas e desocupadas.

Pessoas ocupadas

Foram classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período. Incluíram-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham na semana de referência por motivo de férias, licença, greve etc.

Pessoas desocupadas

Foram classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho nesse período.

Condição de atividade

As pessoas foram classificadas, quanto à condição de atividade na semana de referência, em economicamente ativas e não economicamente ativas.

Pessoas economicamente ativas

As pessoas economicamente ativas na semana de referência compuseram-se das pessoas ocupadas e desocupadas nesse período.

Pessoas não economicamente ativas

Foram definidas como não economicamente ativas na semana de referência as pessoas que não foram classificadas como ocupadas nem como desocupadas nesse período.

Taxa de atividade

É a percentagem das pessoas economicamente ativas (de um grupo etário) em relação ao total de pessoas (do mesmo grupo etário).

Nível da ocupação

É a percentagem das pessoas ocupadas (de um grupo etário) em relação ao total de pessoas (do mesmo grupo etário).

Taxa de desocupação

É a percentagem das pessoas desocupadas (de um grupo etário) em relação às pessoas economicamente ativas (do mesmo grupo etário).

Empreendimento

Definiu-se como empreendimento a empresa, a instituição, a entidade, a firma, o negócio etc., ou, ainda, o trabalho sem estabelecimento, desenvolvido individualmente ou com ajuda de outras pessoas (empregados, sócios ou trabalhadores não remunerados).

Por convenção, o trabalho no serviço doméstico remunerado foi considerado como se fosse um empreendimento, independentemente do número de unidades domiciliares em que a pessoa prestava este serviço.

Trabalho principal

Considerou-se como principal da semana de referência o único trabalho que a pessoa teve nesse período.

Para a pessoa que teve mais de um trabalho, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, adotaram-se os seguintes critérios, obedecendo à ordem enumerada, para definir o principal desse período:

- 1º) O trabalho da semana de referência no qual teve mais tempo de permanência no período de referência de 365 dias foi considerado como principal;
- 2º) Em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considerou-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedicava maior número de horas semanais. Este mesmo critério foi adotado para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, teve somente trabalhos não remunerados e que apresentaram o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias; e
- 3º) Em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considerou-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporcionava maior rendimento.

Ocupação

Definiu-se ocupação como sendo o cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa.

Classificação de ocupações

As ocupações foram classificadas utilizando-se a Classificação Brasileira de Ocupações - Domiciliar - CBO-Domiciliar, que é uma adaptação da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO para as pesquisas domiciliares. Para esta adaptação às pesquisas domiciliares, o IBGE utilizou a estrutura da CBO, que ainda estava sendo validada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em setembro de 1999. A CBO-Domiciliar se mantém idêntica à CBO no nível mais agregado - grande grupo - e reagrupa algumas famílias ocupacionais, subgrupos e subgrupos principais, considerando as dificuldades de sua captação com precisão em pesquisas domiciliares. Desta forma, a PNAD adere às padronizações nacional e internacional de classificação de ocupações, uma vez que a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO tem como referência a Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones - CIUO-88 (International Standard Classification of Occupations - ISCO-88).

Encontra-se no Anexo 1 a composição dos grupamentos ocupacionais.

Atividade

A classificação da atividade do empreendimento foi obtida por meio da finalidade ou do ramo de negócio da organização, empresa ou entidade para a qual a pessoa trabalhava. Para os trabalhadores por conta própria, a classificação foi feita de acordo com a ocupação exercida.

Classificação de atividades

As atividades foram classificadas utilizando-se a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - Domiciliar - CNAE-Domiciliar, que é uma adaptação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE para as pesquisas domiciliares. A CNAE-Domiciliar se mantém idêntica à CNAE nos níveis mais agregados - seção e divisão, com exceção das divisões do comércio em que não se distingue o varejo e o atacado - reagrupa classes onde o detalhamento foi considerado inadequado para as pesquisas domiciliares e desagrega algumas atividades de serviços que têm nestas pesquisas sua única fonte de cobertura. Desta forma, a PNAD adere às padronizações nacional e internacional de classificação de atividades econômicas, uma vez que a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE tem como referência a Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las Actividades Económicas - CIIU (International Standard Industrial Classification of all Economic Activities - ISIC), 3ª revisão, das Nações Unidas.

Encontra-se no Anexo 2 a composição dos grupamentos de atividade.

Posição na ocupação

Foram definidas oito categorias de posição na ocupação:

Empregado - Pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente, obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria, incluiu-se a pessoa que prestava o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos;

Trabalhador doméstico - Pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares;

Conta própria - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado;

Empregador - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado;

Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar - Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador;

Outro trabalhador não remunerado - Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda à instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo;

Trabalhador na produção para o próprio consumo - Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar;

Trabalhador na construção para o próprio uso - Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privativas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Para efeito de divulgação, em todas as tabelas que apresentam a classificação por posição na ocupação, as categorias trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar e outro trabalhador não remunerado foram reunidas em uma única, que recebeu a denominação de não remunerado.

Categoria do emprego

Os empregados, quanto à categoria do emprego, foram classificados em: com carteira de trabalho assinada; militares e funcionários públicos estatutários; e outro sem carteira de trabalho assinada.

A categoria dos militares e funcionários públicos estatutários foi constituída pelos militares do Exército, Marinha de Guerra e Aeronáutica, inclusive as pessoas que estavam prestando o serviço militar obrigatório, e pelos empregados regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos (federais, estaduais e municipais ou de autarquias).

Os trabalhadores domésticos, quanto à categoria do emprego, foram classificados em: com carteira de trabalho assinada e sem carteira de trabalho assinada.

Registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ

Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram empregadoras ou conta própria em atividade não agrícola, foi pesquisado se o empreendimento tinha registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal.

Horas habitualmente trabalhadas por semana

Pesquisou-se o número de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, no secundário e nos demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência. Foram incluídas como horas habitualmente trabalhadas aquelas que a pessoa habitualmente ocupava fora do local de trabalho em tarefas relacionadas com a sua ocupação no trabalho considerado.

Contribuição para instituto de previdência

Foi pesquisado se as pessoas contribuíam para instituto de previdência, **federal** (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou Plano de Seguridade Social do Servidor Público Civil da União), **estadual** (instituto de previdência estadual, incluindo os servidores das forças auxiliares estaduais), ou **municipal** (instituto de previdência municipal, incluindo os servidores das forças auxiliares municipais), no trabalho principal, no secundário e em pelo menos um dos demais trabalhos que tivessem na semana de referência.

Associação a sindicato

Para as pessoas ocupadas no período de referência de 365 dias foi pesquisado se, no mês de referência, eram filiadas a algum sindicato, independentemente das características do seu trabalho ou da sua condição de atividade nesse mês.

Entendeu-se como sindicato a associação de uma ou mais categorias para fins de estudo, defesa e coordenação de interesses econômicos e profissionais de todos aqueles que exercessem atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, e que tivesse Carta de Reconhecimento do Ministério do Trabalho e Emprego ou registro em cartório como tal.

Não se considerou como associada a sindicato a pessoa que representava uma empresa filiada a sindicato patronal.

Salário mínimo

Para a apuração dos rendimentos segundo as classes de salário mínimo, considerou-se o que vigorava no mês de referência. O salário mínimo era de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) em setembro de 2015.

Rendimento mensal de trabalho

Considerou-se como rendimento mensal de trabalho:

- Para os empregados e trabalhadores domésticos - A remuneração bruta mensal a que normalmente teriam direito trabalhando o mês completo ou, quando o rendimento era variável, a remuneração média mensal, referente ao mês de referência do ano da pesquisa. Entende-se por remuneração bruta o pagamento sem excluir o salário família e os descontos correspondentes aos pagamentos de instituto de previdência, imposto de renda, faltas etc., e não incluindo o 13º salário (14º, 15º etc.) e a participação nos lucros paga pelo empreendimento aos empregados. A parcela recebida em benefícios (moradia, alimentação, roupas, vales refeição, alimentação ou transporte etc.) não foi incluída no cômputo do rendimento de trabalho; e
- Para os empregadores e conta própria - A retirada mensal normalmente feita ou, quando o rendimento era variável, a retirada média mensal, referente ao mês de referência do ano da pesquisa. Entende-se por retirada o ganho (rendimento bruto menos despesas efetuadas com o empreendimento, tais como: pagamento de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone etc.) da pessoa que explorava um empreendimento como conta própria ou empregadora.

Para a pessoa licenciada por instituto de previdência, investigou-se o rendimento bruto mensal normalmente recebido como benefício (auxílio-doença, auxílio por acidente de trabalho etc.) no mês de referência do ano da pesquisa.

Pesquisou-se o rendimento em dinheiro e o valor, real ou estimado, dos produtos ou mercadorias do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, provenientes do trabalho principal, do trabalho secundário e dos demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência, não sendo investigado o valor da produção para consumo próprio.

Foram incluídas no grupo “sem rendimento” as pessoas que recebiam apenas alimentação, roupas, medicamentos etc. (benefícios), à guisa de rendimento de trabalho.

Rendimento mensal de outras fontes

A investigação abrangeu todas as pessoas de 10 anos ou mais de idade. Considerou-se como rendimento mensal de outras fontes:

- O rendimento mensal, no mês de referência do ano da pesquisa, normalmente recebido de jubilação, reforma ou aposentadoria paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal, inclusive do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural - FUNRURAL) ou pelo governo federal; complementação ou suplementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão; pensão paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal), governo federal, caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão; pensão alimentícia, espontânea ou judicial; abono de permanência em serviço; aluguel, inclusive sublocação e arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos, animais etc.; doação ou mesada (proveniente de pessoa não moradora na unidade domiciliar); programa oficial de auxílio educacional (como o Bolsa Escola) ou social (Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, de Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-LOAS, e outros); e
- O rendimento médio mensal, no mês de referência do ano da pesquisa, proveniente de aplicação financeira (juros de papel de renda fixa e de caderneta de poupança, dividendos etc.); parceria; etc.

Rendimento mensal

A soma do rendimento mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes constituiu o rendimento mensal apresentado para as pessoas de 15 anos ou mais de idade.

Rendimento mensal familiar

Considerou-se como rendimento mensal familiar a soma dos rendimentos mensais dos componentes da família, exclusive os das pessoas de menos de 10 anos de idade e os daquelas cuja condição na família fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimento mensal familiar *per capita*

Considerou-se como rendimento mensal familiar *per capita* a divisão do rendimento mensal familiar pelo número de componentes da família, exclusive os daqueles cuja condição na família fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimento mensal domiciliar

Considerou-se como rendimento mensal domiciliar a soma dos rendimentos mensais dos moradores da unidade domiciliar, exclusive os das pessoas de menos de 10 anos de idade e os daquelas cuja condição na unidade domiciliar fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimento mensal domiciliar *per capita*

Considerou-se como rendimento mensal domiciliar *per capita* a divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de componentes da unidade domiciliar, exclusive os daqueles cuja condição na unidade domiciliar fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Índice de Gini

É uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima).

Os índices de Gini das distribuições de rendimento foram calculados por meio da seguinte expressão:

$$G = 2 \frac{\sum_{i=1}^n f_i r_i x_i}{\sum_{i=1}^n f_i r_i} - 1$$

Onde:

$$x_i = \left(\sum_{j=1}^i f_j \right) - \frac{f_i}{2}$$

$$f_i = \frac{p_i}{\sum_{i=1}^n p_i}$$

E sendo:

- n número de pessoas ou de domicílios na amostra;
- p_i peso da pessoa i ou do domicílio i na amostra; e
- r_i rendimento da pessoa i ou do domicílio i .

Evolução histórica da pesquisa

As ilustrações, a seguir, sintetizam alguns aspectos da realização da PNAD ao longo de sua existência. Os cartogramas apresentados na primeira ilustração permitem acompanhar, visualmente, a evolução da área de abrangência geográfica coberta pela pesquisa; o quadro que compõe a segunda ilustração informa a população-alvo nos temas básicos investigados (habitação, aspectos demográficos, educação, e trabalho e rendimento); enquanto o quadro que constitui a terceira ilustração reúne todos os temas das pesquisas suplementares e especiais já realizadas no âmbito deste levantamento.

Evolução da abrangência geográfica da PNAD - 1967/2015

(continua)

1967



1968



I e II trimestres



III trimestre



IV trimestre

1969



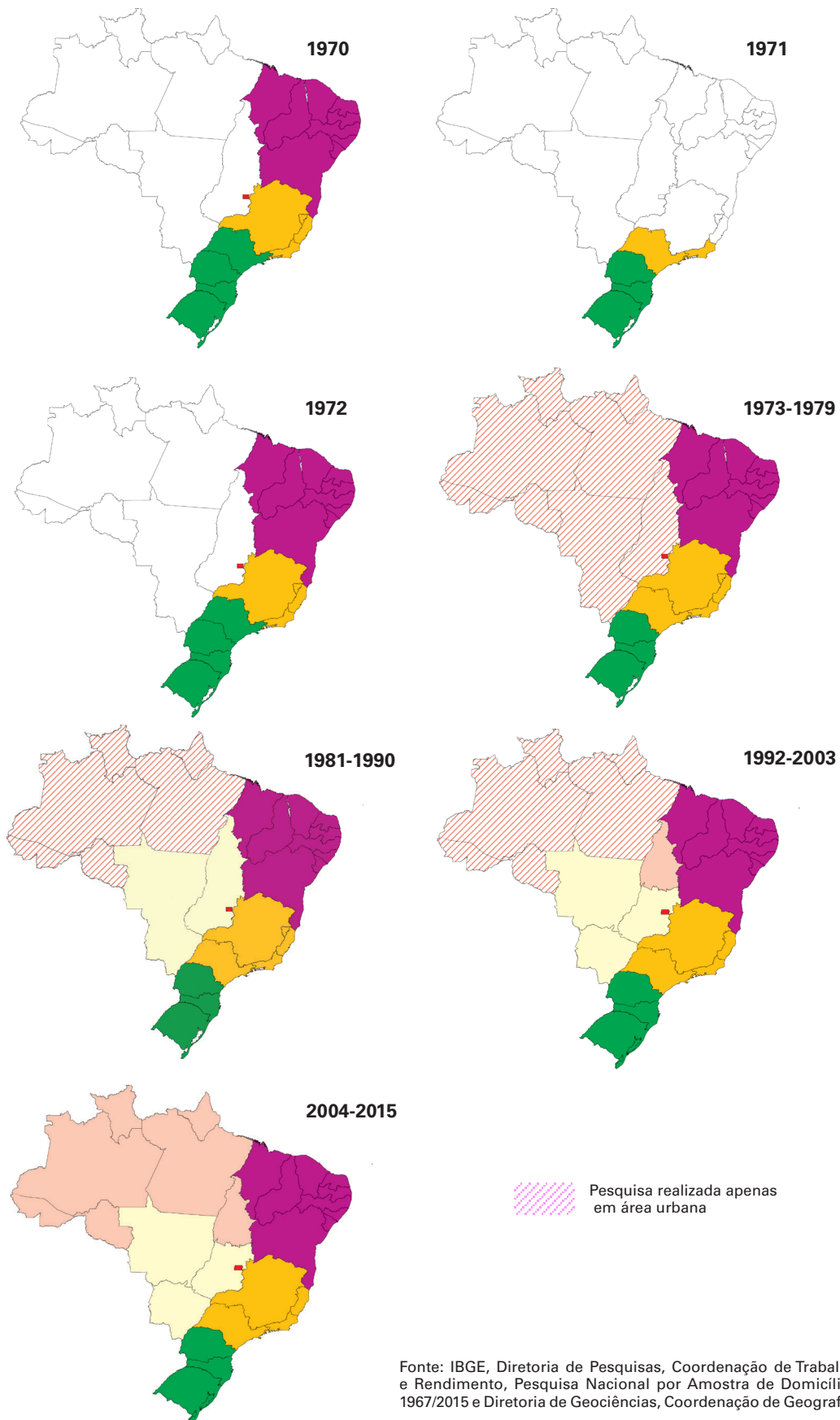
I, II e III trimestres



IV trimestre

Evolução da abrangência geográfica da PNAD - 1967/2015

(conclusão)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1967/2015 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Quadro 1 - Populações abrangidas nos temas básicos da PNAD - 1967/2015

Ano	Habitação	Aspectos demográficos	Educação	Trabalho e rendimento
1967 a 1970	Todos os domicílios	Todas as pessoas	Pessoas de 5 anos ou mais de idade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade
1971 a 1993				Pessoas de 10 anos ou mais de idade
1995 a 1999			Todas as pessoas	Pessoas de 5 anos ou mais de idade
2001				Pessoas de 10 anos ou mais de idade
2002 a 2015				

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1967/2015.

Principais alterações metodológica, conceitual e processual

Alteração do conceito de trabalho

A partir da PNAD 1992, para captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividade econômica que, anteriormente, não eram incluídas na população ocupada, o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente, incluindo, na captação como pessoa ocupada, os trabalhadores na produção para o próprio consumo e os trabalhadores na construção para o próprio uso.

Na classificação das pessoas ocupadas por posição na ocupação, adotada a partir da PNAD 1992, definiram-se, além das duas categorias novas (trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), uma categoria específica, que recebeu a denominação de “trabalhadores domésticos”, para abarcar as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado separadamente dos demais empregados.

Reestruturação do instrumento de coleta

O questionário da pesquisa foi estruturado de forma que possibilita, por meio da realocação das parcelas correspondentes à ampliação do conceito de trabalho, gerar resultados harmonizados conceitualmente com os obtidos nos levantamentos da PNAD anteriores ao de 1992.

Classificações de ocupações e de atividades

A partir da PNAD 2002, a Classificação Brasileira de Ocupações - Domiciliar - CBO-Domiciliar e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - Domiciliar - CNAE-Domiciliar passaram a ser adotadas, respectivamente, para a classificação das ocupações e atividades investigadas na PNAD (ver “classificação de ocupações” e “classificação de atividades” em **Conceitos e definições**).

Ajuste na investigação do tema educação

Para acompanhar a implantação da mudança da duração do ensino fundamental regular de 8 para 9 anos, com matrícula obrigatória aos 6 anos de idade, estabelecida na Lei n.11.274, de 06.02.2006, foram feitos ajustes na investigação da parte de educação da PNAD 2007. Assim, foi incluída na investigação uma pergunta sobre a duração do curso (8 ou 9 anos).

Alterações na operação de coleta e na apuração dos dados

Introdução do coletor eletrônico na pesquisa

A partir da PNAD 2007, foi introduzido o uso do coletor eletrônico PDA para a realização das operações de coleta, possibilitando aprimorar o sistema operacional da pesquisa.

Adoção de sistema de imputação

Na PNAD 2007, foi utilizado o sistema DIA - Detección e Imputación Automática de Errores para Datos Cualitativos, que é um aplicativo computacional, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estadística - INE, da Espanha, que tem o objetivo de facilitar a depuração de censos e grandes pesquisas estatísticas. A partir da PNAD 2008, utiliza-se o Canadian Census Edit and Imputation System - CANCEIS.

Comparabilidade dos resultados da série histórica

A comparação dos resultados da PNAD desta década com os das anteriores deve levar em conta as seguintes questões:

- A classificação das áreas urbana e rural é feita de acordo com a legislação vigente por ocasião do Censo Demográfico;
- Ainda que a legislação tenha alterado a classificação de determinadas áreas, no que diz respeito à situação do domicílio, no período intercensitário, a definição estabelecida por ocasião do Censo Demográfico 2000 foi mantida para as investigações da PNAD realizadas de 2001 a 2009. A classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico 2010 permanecerá para as pesquisas da PNAD desta década;
- Em consequência dos itens anteriores, as estatísticas por situações urbana e rural não captam integralmente a sua evolução, sendo que as diferenças se intensificam à medida que os resultados obtidos se afastam do ano de realização do Censo Demográfico que serviu de marco para a classificação da situação do domicílio;
- Em 1988, o antigo Estado de Goiás foi desmembrado para constituir os atuais Estados de Goiás e do Tocantins, passando este último a fazer parte da Região Norte. Por razões de ordem técnica, essas alterações somente foram incorporadas a partir da PNAD 1992. Consequentemente, para os levantamentos da PNAD realizados de 1988 a 1990, as estatísticas produzidas para a Região Norte não incluíram a parcela correspondente ao atual Estado do Tocantins, que permaneceu incorporada à Região Centro-Oeste;
- No período de 1992 a 2003, visando a manter a homogeneidade dos resultados produzidos, as estatísticas da PNAD apresentadas para a Região Norte referiram-se somente à sua parcela urbana, não agregando, portanto, as informações da área rural do Estado do Tocantins, única Unidade da Federação dessa Grande Região em que o levantamento não se restringiu às áreas urbanas nesse período;
- As estatísticas do período de 1992 a 2003 apresentadas para o Brasil foram obtidas considerando as informações de todas as áreas pesquisadas, representando, portanto, a totalidade do País, com exceção somente das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; e

- A partir de 2004, os resultados apresentados agregam as informações das áreas urbana e rural para todas as Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil.

Plano amostral

A PNAD é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção: unidades primárias - municípios; unidades secundárias - setores censitários; e unidades terciárias - unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos). Na seleção das unidades primária e secundária (municípios e setores censitários) da PNAD da segunda década deste século, foram adotadas a divisão territorial e a malha setorial vigentes na data de referência do Censo Demográfico 2010.

Processo de seleção da amostra

No primeiro estágio, as unidades (municípios) foram classificadas em duas categorias: autorrepresentativas (probabilidade 1 de pertencer à amostra) e não autorrepresentativas. Os municípios pertencentes à segunda categoria passaram por um processo de estratificação e, em cada estrato, foram selecionados com reposição e com probabilidade proporcional à população residente obtida no Censo Demográfico 2010.

No segundo estágio, as unidades (setores censitários) foram selecionadas, em cada município da amostra, também com probabilidade proporcional e com reposição, sendo utilizado o número de unidades domiciliares existentes por ocasião do Censo Demográfico 2010 como medida de tamanho.

No último estágio, foram selecionados, com equiprobabilidade, em cada setor censitário da amostra, os domicílios particulares e as unidades de habitação em domicílios coletivos para investigação das características dos moradores e da habitação, compondo a amostra de domicílios da PNAD.

Em 2004, a inclusão das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá foi efetivada segundo uma metodologia que partiu dos municípios já selecionados no primeiro estágio do processo de seleção. Os setores rurais foram selecionados da mesma forma que os setores urbanos, mantendo-se a mesma fração de amostragem utilizada para os setores urbanos. Para alguns municípios, a aplicação direta dessa fração de amostragem resultaria em uma enorme quantidade de unidades domiciliares a serem entrevistadas, porém sem o benefício equivalente no nível de precisão das estimativas. Por essa razão, foram adotados fatores de subamostragem variados para esses municípios.

A partir da PNAD 2011, a seleção da amostra de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá seguiu a mesma metodologia adotada para as demais Unidades da Federação.

Cadastro de unidades domiciliares

Anualmente, com a finalidade de manter atualizado o cadastro básico de unidades domiciliares e, desta forma, preservar as frações de amostragem prefixadas, realiza-se, em todos os setores da amostra, a operação de listagem, que consiste em relacionar, ordenadamente, todas as unidades residenciais e não residenciais existentes na respectiva área.

Na Tabela 1, apresentam-se as frações de amostragem, o número de unidades domiciliares, de setores censitários e de municípios selecionados nas diversas áreas da PNAD em 2015.

Tabela 1 - Fração de amostragem e composição da amostra, segundo as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2015

Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Fração de amostragem	Composição da amostra			
		Municípios	Setores	Unidades domiciliares	Pessoas
Brasil		1 100	9 166	151 189	356 904
Rondônia	1/200	23	170	2 837	6 562
Acre	1/150	11	94	1 642	4 603
Amazonas	1/250	23	240	3 796	12 144
Roraima	1/150	5	57	1 011	2 462
Pará	1/350	61	563	8 697	22 489
Região Metropolitana de Belém	1/150	6	264	4 344	10 889
Amapá	1/200	6	60	966	2 934
Tocantins	1/200	23	148	2 493	5 999
Maranhão	1/600	35	205	3 226	9 194
Piauí	1/500	20	127	2 251	5 697
Ceará	1/600	48	457	7 871	17 819
Região Metropolitana de Fortaleza	1/250	15	289	5 054	10 917
Rio Grande do Norte	1/550	19	129	2 136	4 884
Paraíba	1/550	23	146	2 444	6 151
Pernambuco	1/600	50	581	9 110	21 309
Região Metropolitana de Recife	1/200	14	390	6 290	14 238
Alagoas	1/500	18	128	2 030	5 316
Sergipe	1/300	22	155	2 508	6 134
Bahia	1/600	88	731	11 858	26 155
Região Metropolitana de Salvador	1/250	13	330	5 524	11 788
Minas Gerais	1/650	129	813	13 977	32 933
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1/400	35	297	5 258	12 719
Espírito Santo	1/450	24	187	3 087	6 568
Rio de Janeiro	1/550	47	689	11 191	25 858
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1/550	19	495	7 980	19 176
São Paulo	1/950	126	1 023	17 291	40 008
Região Metropolitana de São Paulo	1/850	37	489	8 284	19 656
Paraná	1/600	67	457	7 665	18 707
Região Metropolitana de Curitiba	1/400	18	174	2 982	7 204
Santa Catarina	1/550	45	278	4 511	9 544
Rio Grande do Sul	1/600	83	756	12 356	26 259
Região Metropolitana de Porto Alegre	1/200	32	472	7 676	16 642
Mato Grosso do Sul	1/350	21	158	2 687	6 018
Mato Grosso	1/350	31	204	3 268	7 477
Goiás	1/350	51	397	6 617	14 666
Distrito Federal	1/250	1	213	3 663	9 014

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: A composição da amostra da Unidade da Federação inclui a Região Metropolitana e as áreas urbanas e rurais.

Processo de expansão da amostra

A expansão da amostra utiliza estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente de cada Unidade da Federação, segundo o tipo de área (região metropolitana e não metropolitana de divulgação da pesquisa). Essas projeções consideram a evolução populacional ocorrida entre os Censos Demográficos sob hipóteses de crescimento associadas a taxas de fecundidade, mortalidade e migração.

Até 2003, utilizou-se a projeção da população residente urbana como variável independente para a expansão da amostra das seis Unidades da Federação (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá) em que a pesquisa não cobria área rural. A partir de 2004, a pesquisa passou a cobrir tanto as áreas urbanas como as rurais dessas seis Unidades da Federação. Considerando essa situação especial, unicamente para Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, adotou-se a projeção da população residente, segundo a situação do domicílio (urbana e rural), como variável independente para expansão da amostra. Como frisado anteriormente, a partir de 2011, a expansão da amostra dessas seis Unidades da Federação passou a seguir o mesmo procedimento adotado para as demais.

Precisão das estimativas

Com o objetivo de fornecer mais subsídios para a interpretação dos resultados da PNAD, são apresentadas, a seguir, algumas considerações que possibilitam avaliar o grau de confiabilidade das estimativas constantes neste volume.

Em pesquisas de múltiplos propósitos e de grande abrangência em termos de extensão territorial, como é o caso da PNAD, torna-se praticamente impossível isolar os erros, provenientes das diversas fontes, que influenciam os resultados finais. Tais erros podem advir de flutuações aleatórias (erros de amostragem) ou ter origem não probabilística (erros alheios à amostragem), sendo que estes últimos podem ser introduzidos em qualquer uma das fases de realização da pesquisa.

Os erros alheios à amostragem não são influenciados pelo desenho da amostra e a sua mensuração, quando possível, exige análises mais complexas e de custo elevado, com maior demora na obtenção de resultados do que para os erros de amostragem.

Tendo em vista o processo de expansão adotado para a PNAD, cumpre destacar que o grau de precisão está fortemente ligado ao das hipóteses feitas para as taxas de fecundidade, mortalidade e migração. O cálculo do erro de amostragem deveria, portanto, levar em conta duas fontes de variação:

- O erro de amostragem proveniente da seleção das unidades para a amostra; e
- O erro proveniente do modelo matemático empregado para projetar a população.

Os resultados apresentados referem-se, apenas, aos erros de amostragem.

Tamanho da amostra

Na PNAD 2015, foram pesquisadas 356 904 pessoas e 151 189 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação.

Disseminação dos resultados

Os comentários analíticos sobre os principais indicadores socioeconômicos da população obtidos pela PNAD 2015 são apresentados nesta Síntese de Indicadores, também disponibilizada na página da pesquisa, no portal do IBGE na Internet, que reúne, ainda, as seguintes informações:

- As tabelas de resultados do presente volume, contemplando Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e nove Regiões Metropolitanas (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre);
- Os coeficientes de variação associados a todas as estimativas constantes nas tabelas de resultados;
- O plano tabular da pesquisa, acessível no Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, no endereço <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>, que possibilita a elaboração de tabelas nos agregados de interesse; e
- Os microdados da pesquisa referentes aos anos de 2001 a 2015.

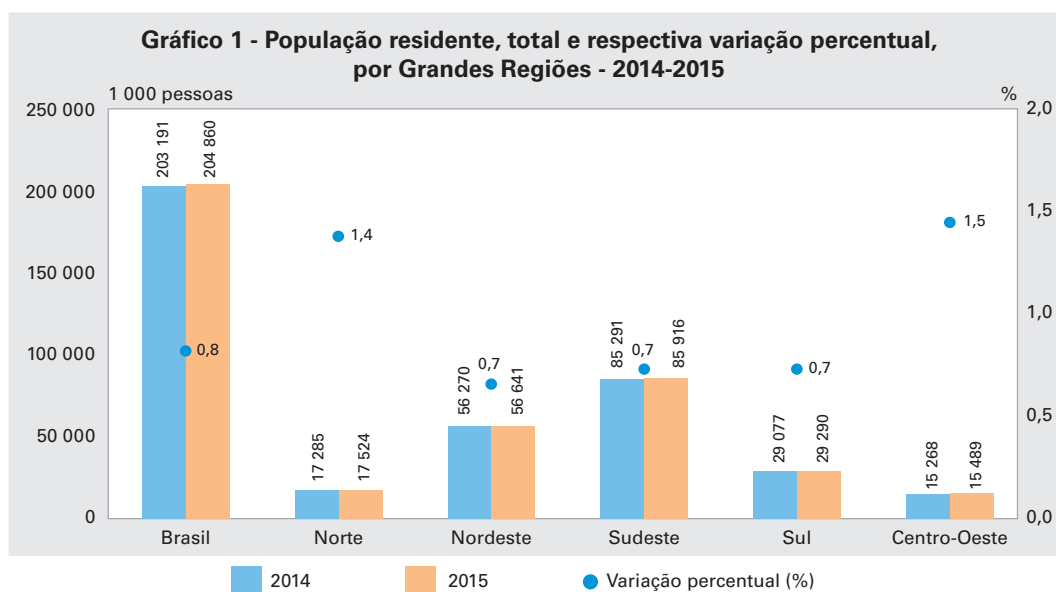
Comentários

Os comentários a seguir têm como propósito apresentar, a partir dos principais indicadores socioeconômicos obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, a situação do País em 2015 e a evolução desses resultados no período de 2004 a 2015.

Composição e mobilidade populacional

Segundo os dados da PNAD, a população residente no Brasil foi estimada em 204,9 milhões de pessoas em 2015. Comparando com o ano anterior, houve um crescimento de 0,8%, o que representou um incremento de 1,7 milhão de pessoas.

Dentre as Grandes Regiões, as que registraram as maiores variações percentuais de sua população residente, de um ano para o outro, foram as Regiões Norte (1,4%) e Centro-Oeste (1,5%). A Região Sudeste apresentou o maior contingente populacional, 85,9 milhões de pessoas (41,9% da população total), enquanto a Região Centro-Oeste registrou o menor quantitativo, 15,5 milhões de pessoas (7,6% da população total).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.

População residente por sexo e grupos de idade

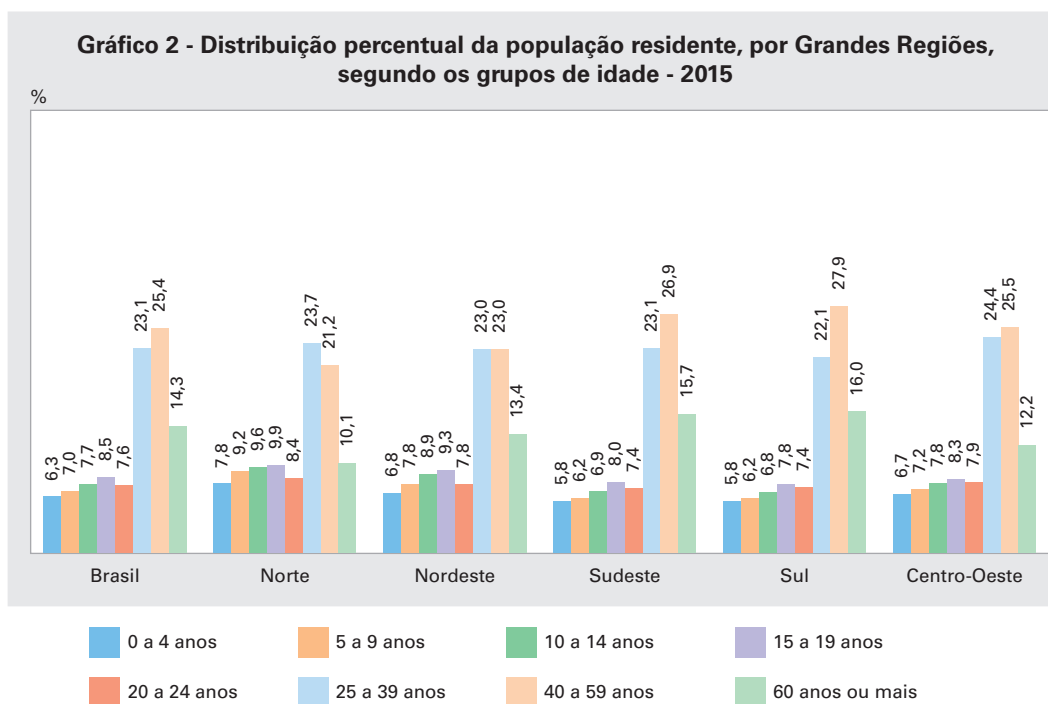
Em 2015, a população era composta por 6,3% de pessoas de 0 a 4 anos de idade, com tendência de redução ao longo do tempo, conforme mostra a Tabela 2. Esse comportamento foi observado em todas as faixas etárias até o grupo de 20 a 24 anos de idade, o qual representava 7,6% da população (9,4% em 2004). A partir do grupo de 25 a 39 anos de idade (23,1%), as participações mostraram crescimento, em especial da população de 60 anos ou mais de idade, que, em 2004, era de 9,7%, e, em 2015, atingiu 14,3%.

Tabela 2 - Distribuição percentual da população residente, segundo os grupos de idade - Brasil - 2004/2015

Grupos de idade	Distribuição percentual da população residente (%)										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
0 a 4 anos	8,2	8,0	7,6	7,3	7,2	7,0	6,8	6,7	6,6	6,6	6,3
5 a 9 anos	9,5	9,2	8,9	8,8	8,3	8,1	7,6	7,6	7,5	7,2	7,0
10 a 14 anos	9,4	9,3	9,5	9,4	9,2	9,1	8,8	8,5	8,2	7,9	7,7
15 a 19 anos	9,8	9,6	9,3	9,1	8,9	8,8	8,7	8,7	8,7	8,6	8,5
20 a 24 anos	9,4	9,4	9,2	8,9	8,7	8,6	8,2	8,0	7,9	7,7	7,6
25 a 39 anos	22,9	23,0	23,2	23,4	23,3	23,6	23,8	23,6	23,5	23,3	23,1
40 a 59 anos	21,1	21,5	22,1	22,6	23,2	23,4	24,0	24,2	24,6	25,0	25,4
60 anos ou mais	9,7	9,9	10,2	10,5	11,1	11,3	12,1	12,6	13,0	13,7	14,3

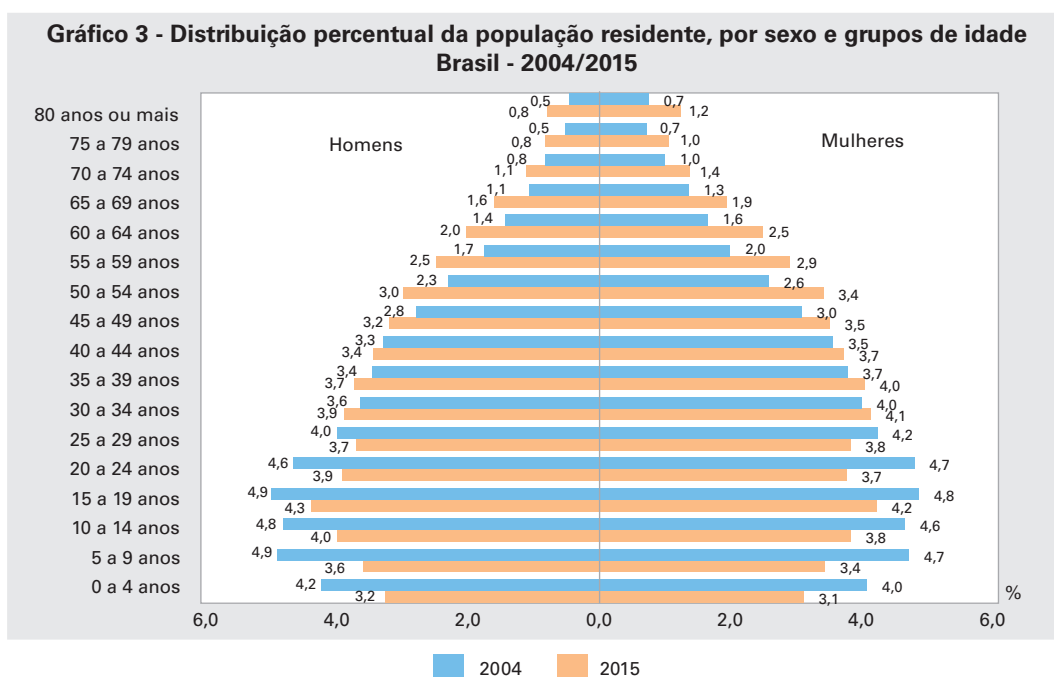
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2015.

As Regiões Sudeste e Sul registraram os maiores percentuais de idosos (15,7% e 16,0%, respectivamente), enquanto a Região Norte, o menor (10,1%). A Região Norte registrou a maior concentração relativa de crianças e jovens, com 45,0% de pessoas de até 24 anos de idade, porém, mesmo nesta região, a participação dessa parcela da população reduziu em relação a 2014 (46,2%). O Sudeste e o Sul apresentaram estrutura etária menos jovem, com a população de até 24 anos de idade correspondendo a 34,3% e 34,0%, respectivamente, nessas regiões (Gráfico 2).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

A estrutura etária representada no Gráfico 3 mostra a evolução da distribuição da população residente, por sexo e grupos de idade, no período compreendido entre 2004 e 2015. Observa-se a continuidade da mudança na estrutura etária, com o alargamento do topo da pirâmide e o estreitamento de sua base, mostrando a manutenção do envelhecimento da população.



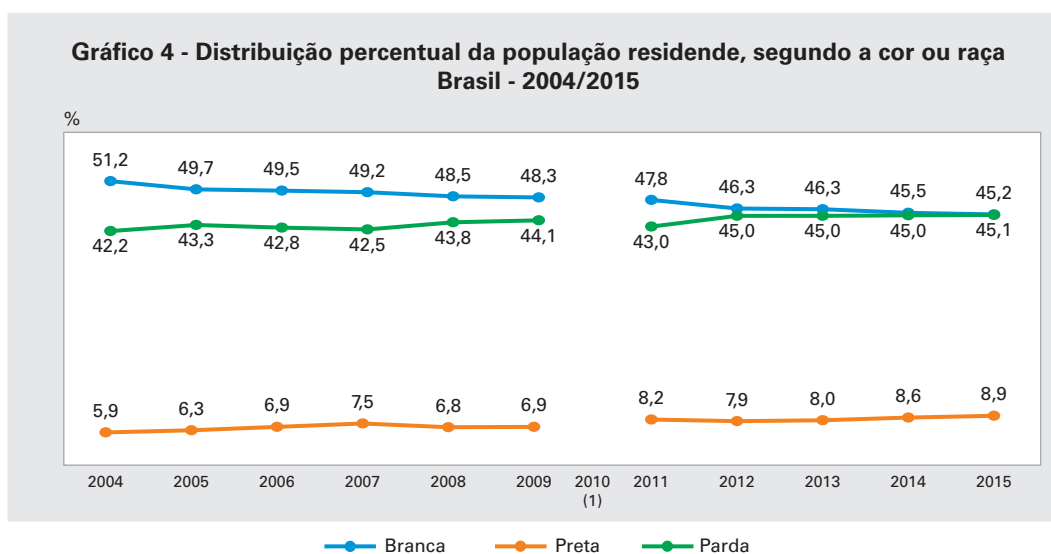
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2015.

Na análise por sexo, em 2015, observa-se que as mulheres representavam 51,5% (105,5 milhões), enquanto os homens, 48,5% (99,4 milhões). Dentre as Grandes Regiões, a única em que os homens alcançaram uma proporção maior que a das mulheres foi a Região Norte (49,6% para as mulheres e 50,4% para os homens).

Além de serem maioria na população, as mulheres também mostraram maior concentração que os homens nos grupos de idade mais altas. Até o grupo de 20 a 24 anos de idade, os homens constituíam a maioria da população em todos os grupos de idade, representando 19,0% do total da população residente (23,4% em 2004), ao passo que as mulheres, considerando este mesmo recorte etário, eram 18,2% do total populacional (22,9% em 2004). A partir dos 25 anos de idade, porém, a situação se inverte, as mulheres formam a maioria, e isso se reflete no total da população residente – em 2015, as mulheres de 60 anos ou mais de idade correspondiam a 8,0% da população total (5,4% em 2004), enquanto os homens representavam 6,3% (4,3% em 2004).

População residente por cor ou raça

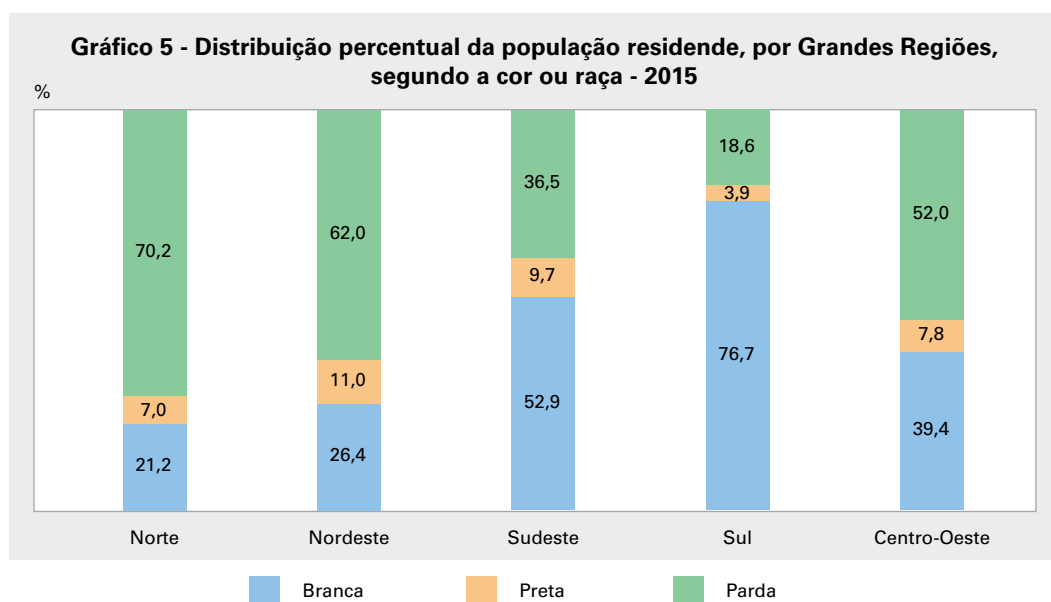
No que se refere à cor ou raça, informação declarada pelos moradores, em 2015, a população residente era composta por 45,2% de pessoas de cor branca, 45,1% de pardos e 8,9% de pretos. Não há alteração significativa dessa distribuição quando comparada à do ano anterior, mas a série, desde 2004, mostra redução da população branca e aumento das demais. A partir de 2006, a participação da população branca passou a ser inferior à das populações parda e preta em conjunto. Em 2015, a participação da população parda praticamente se igualou à da branca (Gráfico 4).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2015.

(1) Não houve pesquisa.

A composição da população, segundo a cor ou raça, entre as Grandes Regiões, é bastante diferenciada. Enquanto 76,7% da população da Região Sul declarou-se de cor branca, essa proporção foi de 21,2% na Região Norte, e na Região Nordeste, 26,4%. Por outro lado, nestas regiões, a maioria se declarou parda, com 70,2% e 62,0%, respectivamente (Gráfico 5). Em todas as Grandes Regiões, o percentual de mulheres que se declararam brancas foi superior ao de homens brancos. No Brasil, 46,4% das mulheres e 44,0% dos homens se declararam brancos.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Mobilidade populacional

Em 2015, as estimativas de migração mostraram que as pessoas não naturais em relação à Unidade da Federação de residência somavam um contingente de 31,4 milhões, representando 15,3% da população do País. Em relação ao município de residência, o contingente de pessoas não naturais foi de 78,3 milhões, ou seja, 38,2% da população (Tabela 3).

A Região Centro-Oeste apresentou, em 2015, os maiores percentuais de pessoas não naturais em relação à Unidade da Federação e em relação ao município de residência: respectivamente, 34,0% e 52,8%. A Região Nordeste, por sua vez, registrou os menores percentuais de pessoas não naturais, tanto em relação à Unidade da Federação (7,2%) como em relação ao município de residência (30,4%) (Tabela 3).

Embora São Paulo tenha sido a Unidade da Federação com o maior contingente de pessoas não naturais, tanto em relação ao município de residência (19,8 milhões de pessoas) como em relação à Unidade da Federação (10,1 milhões de pessoas), esses contingentes reduziram em 3,8% e 3,1%, respectivamente, em relação ao ano anterior.

Em números relativos, as Unidades da Federação que obtiveram os maiores percentuais de pessoas não naturais em relação ao município de residência foram Mato Grosso (60,1%) e Rondônia (56,9%). O Piauí (27,0%) e o Ceará (27,9%) obtiveram os menores percentuais de pessoas não naturais em relação ao município de residência. Em relação a 2014, não houve alteração das Unidades da Federação que registraram as maiores e as menores proporções de não naturais em relação ao município de residência.

Tabela 3 - Distribuição percentual da população residente, por Grandes Regiões, segundo a naturalidade em relação ao município e à Unidade da Federação - 2014-2015

Naturalidade em relação ao município e à Unidade da Federação	Distribuição percentual da população residente (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2014						
Naturalidade em relação ao município	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Naturais	60,5	60,9	68,5	59,1	56,1	47,0
Não naturais	39,5	39,1	31,5	40,9	43,9	53,0
Naturalidade em relação à Unidade da Federação	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Naturais	84,2	79,6	92,7	81,8	87,6	64,5
Não naturais	15,8	20,4	7,3	18,2	12,4	35,5
2015						
Naturalidade em relação ao município	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Naturais	61,8	61,2	69,6	60,9	57,3	47,2
Não naturais	38,2	38,8	30,4	39,1	42,7	52,8
Naturalidade em relação à Unidade da Federação	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Naturais	84,7	80,0	92,8	82,5	87,8	66,0
Não naturais	15,3	20,0	7,2	17,5	12,2	34,0

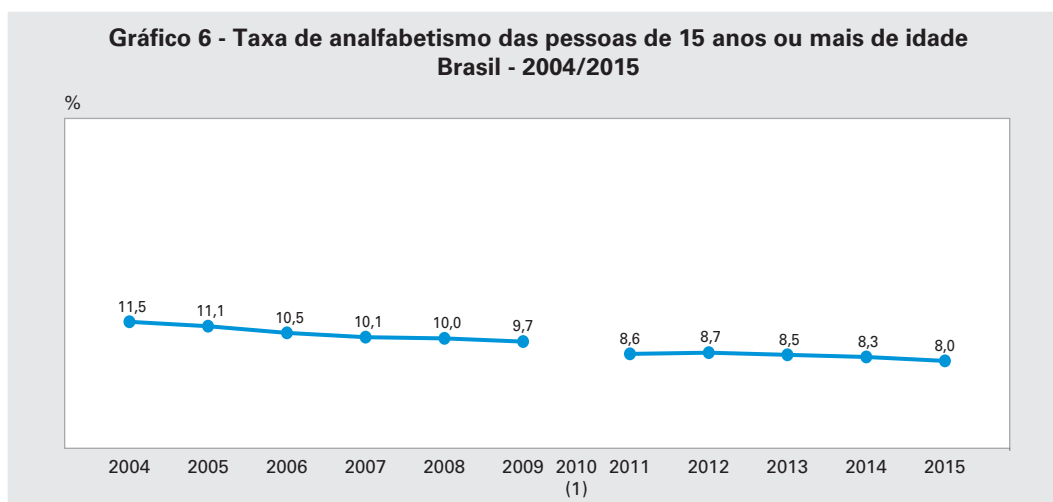
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.

Em relação à Unidade da Federação de residência, Distrito Federal, Roraima e Rondônia permaneceram registrando, em 2015, os maiores percentuais de pessoas não naturais (45,7%, 44,4% e 42,6%, respectivamente). Rio Grande do Sul, Ceará e Pernambuco, assim como em 2014, foram as Unidades da Federação com as menores participações de pessoas não naturais em 2015 (4,1%, 4,2% e 6,6%, respectivamente).

Situação educacional

Analfabetismo

No Brasil, em 2015, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 8,0% (12,9 milhões de analfabetos), permanecendo com tendência de queda. No ano de 2014, esse indicador havia sido 8,3% (13,2 milhões) e, em 2004, 11,5% (15,3 milhões) (Gráfico 6). A Região Nordeste continuou a apresentar a maior taxa de analfabetismo (16,2%), embora com proporção menor que a observada em 2014 (16,6%). As menores taxas também continuaram sendo nas Regiões Sul (4,1%) e Sudeste (4,3%) (Gráfico 7).



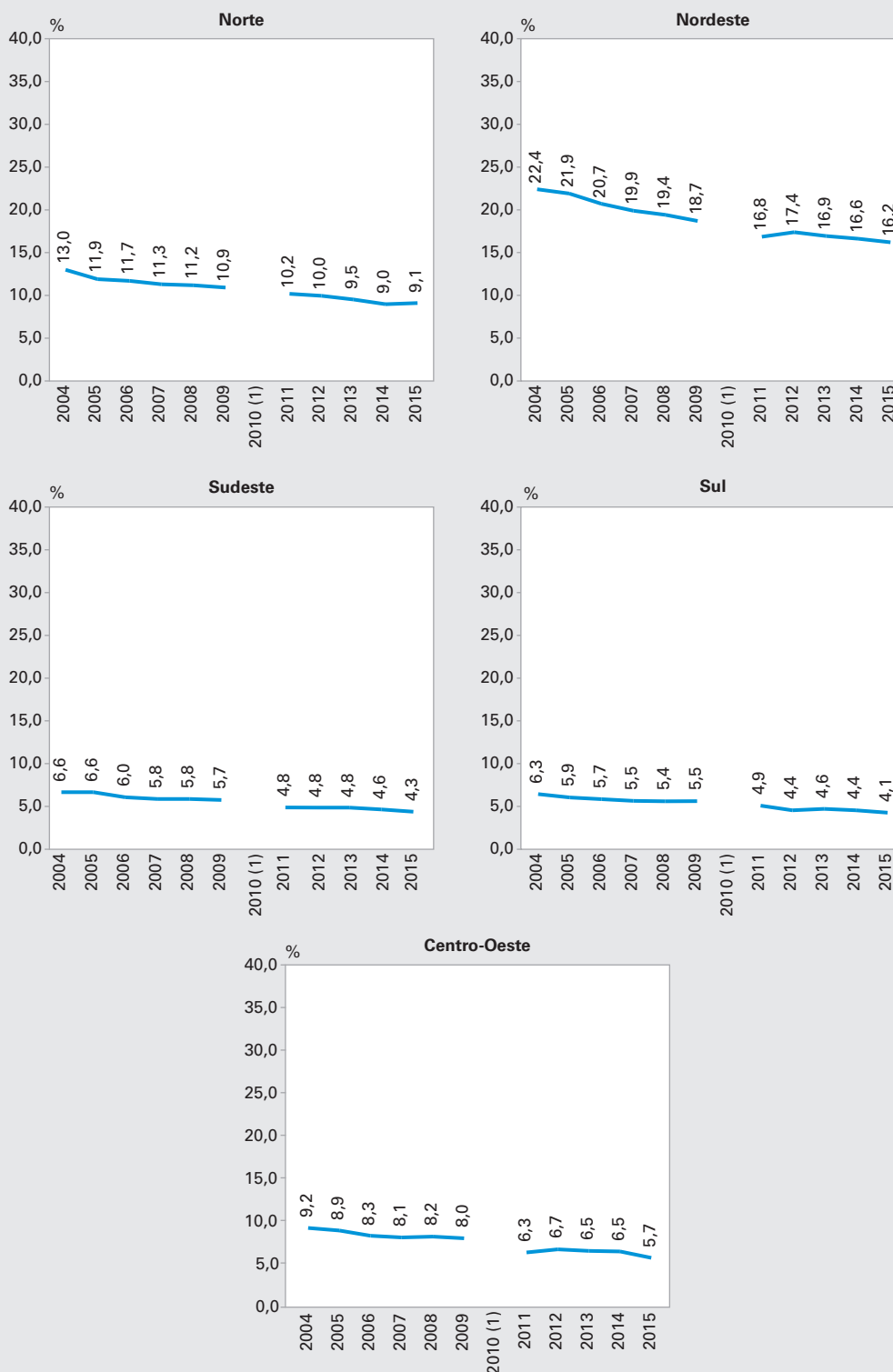
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2015.

(1) Não houve pesquisa.

A Região Nordeste apresentou taxa de analfabetismo superior à das demais regiões em todos os anos analisados, mas também foi a que mostrou a maior redução, passando de 22,4%, em 2004, para 16,2%, em 2015. A Região Centro-Oeste, nesse mesmo período, registrou redução de 3,5 pontos percentuais, passando de 9,2% para 5,7% (Gráfico 7).

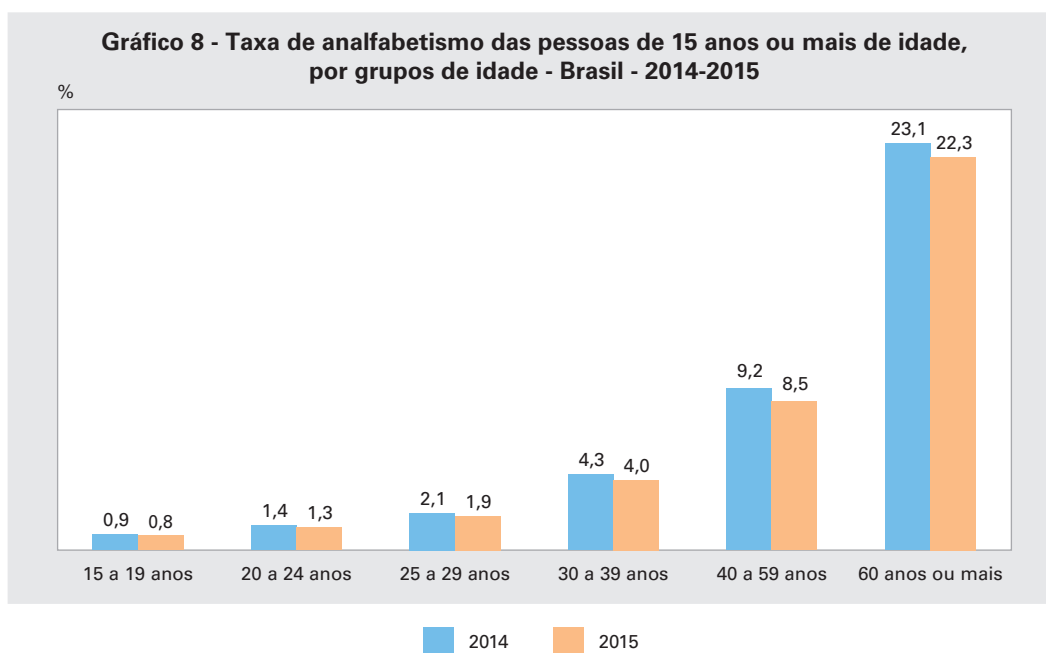
A taxa de analfabetismo mostra aumento à medida que a idade avança, atingindo 22,3% entre as pessoas de 60 anos ou mais em 2015. Para a faixa imediatamente anterior, de 40 a 59 anos de idade, a taxa foi menor que a metade da observada para o último grupo etário (8,5%) e, entre os mais jovens, de 15 a 19 anos de idade, não chegou a alcançar 1,0% (Gráfico 8).

Gráfico 7 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões - 2004/2015



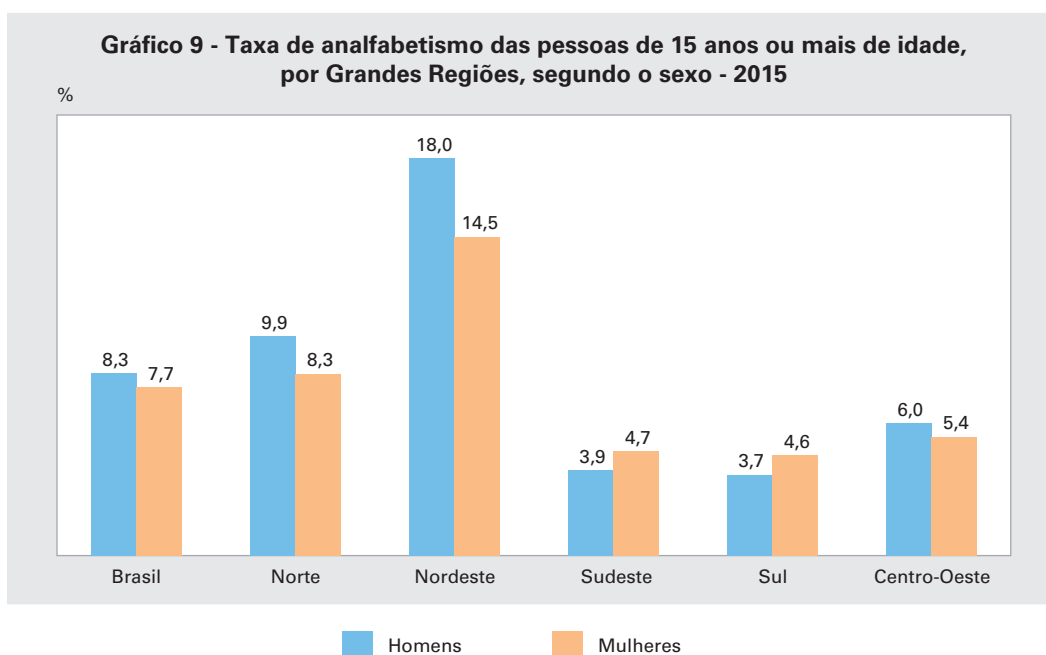
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2015.

(1) Não houve pesquisa.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.

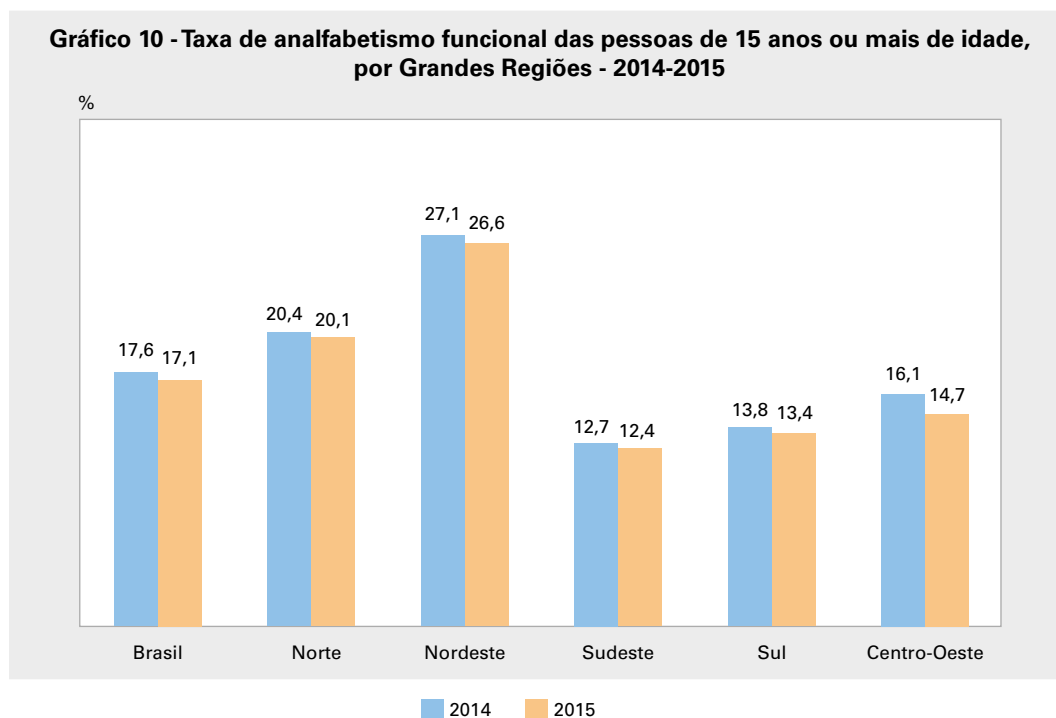
No Brasil, a taxa de analfabetismo para os homens foi de 8,3% e para as mulheres, 7,7%. Em termos regionais, as maiores diferenças ocorreram no Norte (9,9% para os homens e 8,3% para as mulheres) e no Nordeste (18,0% para os homens e 14,5% para as mulheres). Apenas nas Regiões Sudeste e Sul a taxa de analfabetismo das mulheres foi superior à dos homens (Gráfico 9). Essas duas regiões contavam com as maiores proporções de mulheres de 60 anos ou mais de idade em sua população residente, o que pode explicar esse predomínio das mulheres na proporção de analfabetos.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Analfabetismo funcional

A taxa de analfabetismo funcional pode ser representada pela proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade com menos de 4 anos de estudo em relação ao total de pessoas do mesmo recorte etário. Esse indicador passou de 17,6%, em 2014, para 17,1%, em 2015. A Região Nordeste manteve-se com a taxa de analfabetismo funcional mais alta no País (26,6%), enquanto as Regiões Sudeste e Sul apresentaram os indicadores mais baixos (12,4% e 13,4%, respectivamente) (Gráfico 10).

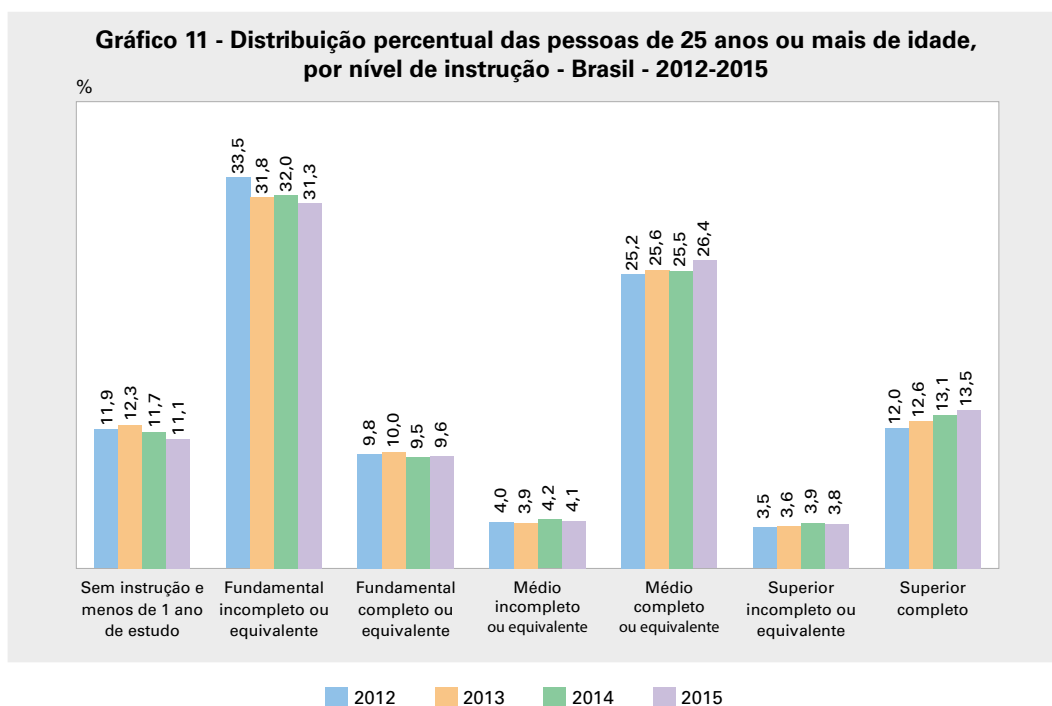


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.

Nível de instrução

Com relação ao nível de instrução, foram analisadas apenas as pessoas de 25 anos ou mais de idade, visando evitar que pessoas pertencentes a grupos etários que poderiam estar no processo regular de escolarização fossem consideradas.

Em 2015, mais da metade da população de 25 anos ou mais de idade estava concentrada nos níveis de instrução até o ensino fundamental completo ou equivalente (52,0%), 26,4% tinham o ensino médio completo, e 13,5% possuíam o superior completo. Comparando-se os resultados de 2014 e 2015, nota-se que não houve mudança significativa, o que é uma característica do indicador nível de instrução em uma avaliação de um ano para outro. Verifica-se, contudo, um pequeno acréscimo no grupo que concluiu o ensino médio ou equivalente, que passou de 25,5% para 26,4% (Gráfico 11).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012-2015.

Frequência à escola

A frequência à escola, ilustrada no Gráfico 12, é usada para calcular a taxa de escolarização, que é a proporção de estudantes de um determinado grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

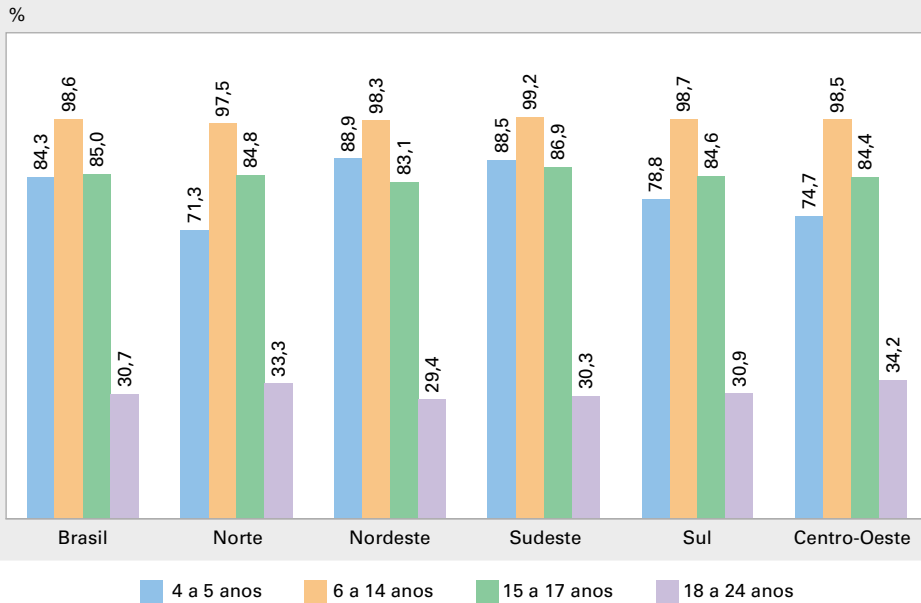
Para as crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade, faixa correspondente ao ensino fundamental obrigatório, a taxa foi de 98,6% para o conjunto do País. A Região Norte apresentou a menor taxa (97,5%), enquanto a Sudeste, a maior (99,2%).

Para o grupo de 15 a 17 anos, faixa etária equivalente à frequência ao ensino médio, a taxa foi de 85,0% para o Brasil, sem distorções regionais. No País, 30,7% dos jovens de 18 a 24 anos estavam frequentando escola, indicador este que variou de 29,4%, na Região Nordeste, a 34,2%, na Centro-Oeste.

Constatou-se ainda que a taxa de escolarização das pessoas, segundo as Grandes Regiões, era próxima à taxa observada para o conjunto do País, exceto no grupo de 4 a 5 anos de idade. No Brasil, esse indicador foi de 84,3% em 2015, enquanto na Região Norte, que registrou a menor taxa, 71,3%, e na Região Nordeste, com a maior taxa, 88,9%.

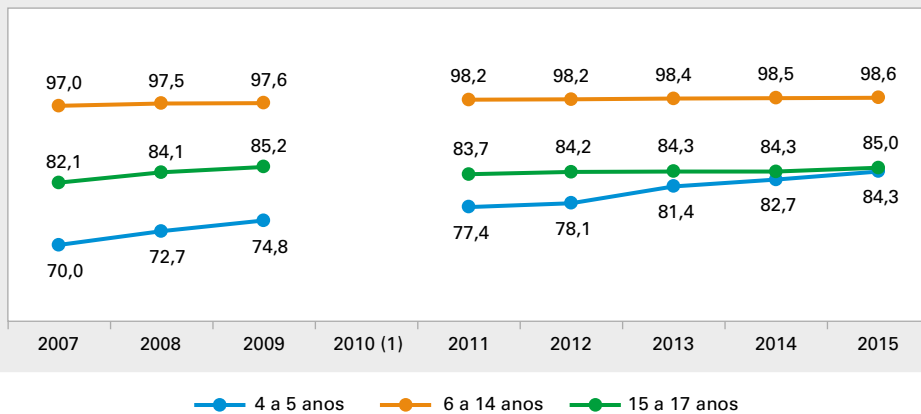
A taxa de escolarização para a faixa de crianças de 4 a 5 anos de idade é a que vem apresentando os maiores aumentos – em 2007, 70,0% das crianças dessa faixa etária frequentavam a escola; em 2015, essa proporção passou para 84,3% (Gráfico 13).

Gráfico 12 - Taxa de escolarização das pessoas de 4 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade - 2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Gráfico 13 - Taxa de escolarização das pessoas de 4 anos ou mais de idade, segundo os grupos de idade - Brasil - 2007/2015



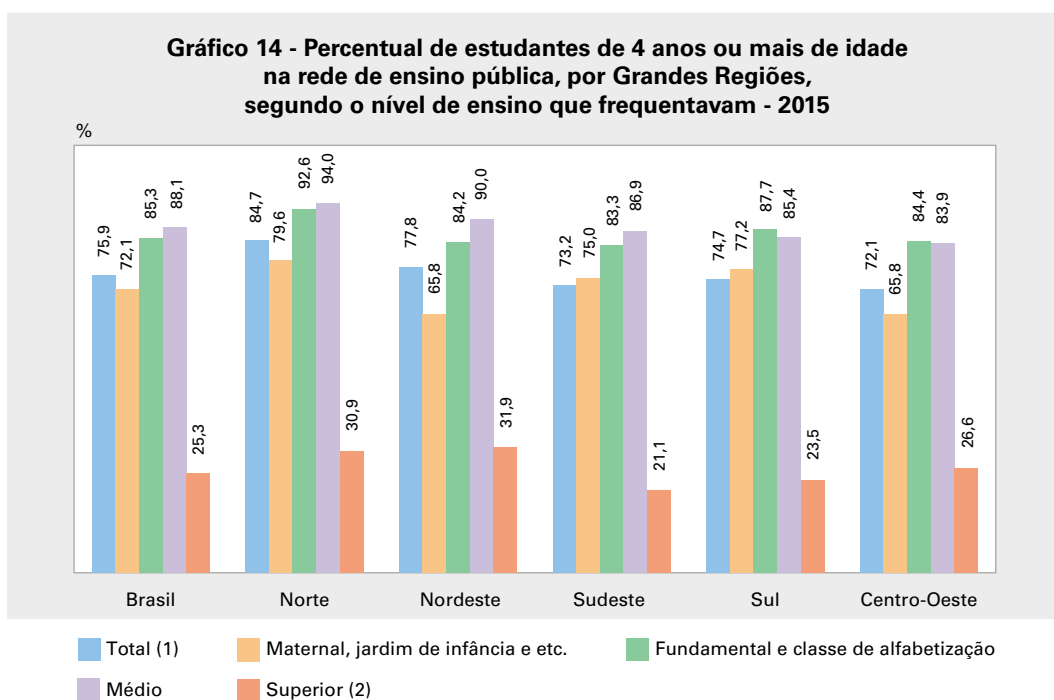
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2015.

(1) Não houve pesquisa.

O Gráfico 14 apresenta a proporção de estudantes de 4 anos ou mais de idade que frequentavam a rede de ensino pública em 2015, cujo total foi de 75,9% para o conjunto do País, ao passo que no ano anterior, 75,7%. A Região Norte foi a que registrou, proporcionalmente, mais alunos frequentando a rede pública (84,7%), e a Centro-Oeste, menos (72,1%).

Os maiores percentuais de estudantes na rede pública foram observados no ensino fundamental (85,3%) e no ensino médio (88,1%), enquanto somente 25,3% dos alunos de curso superior frequentavam instituições públicas.

Considerando o nível superior, a Região Nordeste apresentou a maior proporção de estudantes da rede pública (31,9%); por outro lado, as menores proporções foram observadas nas Regiões Sudeste (21,1%) e Sul (23,5%).



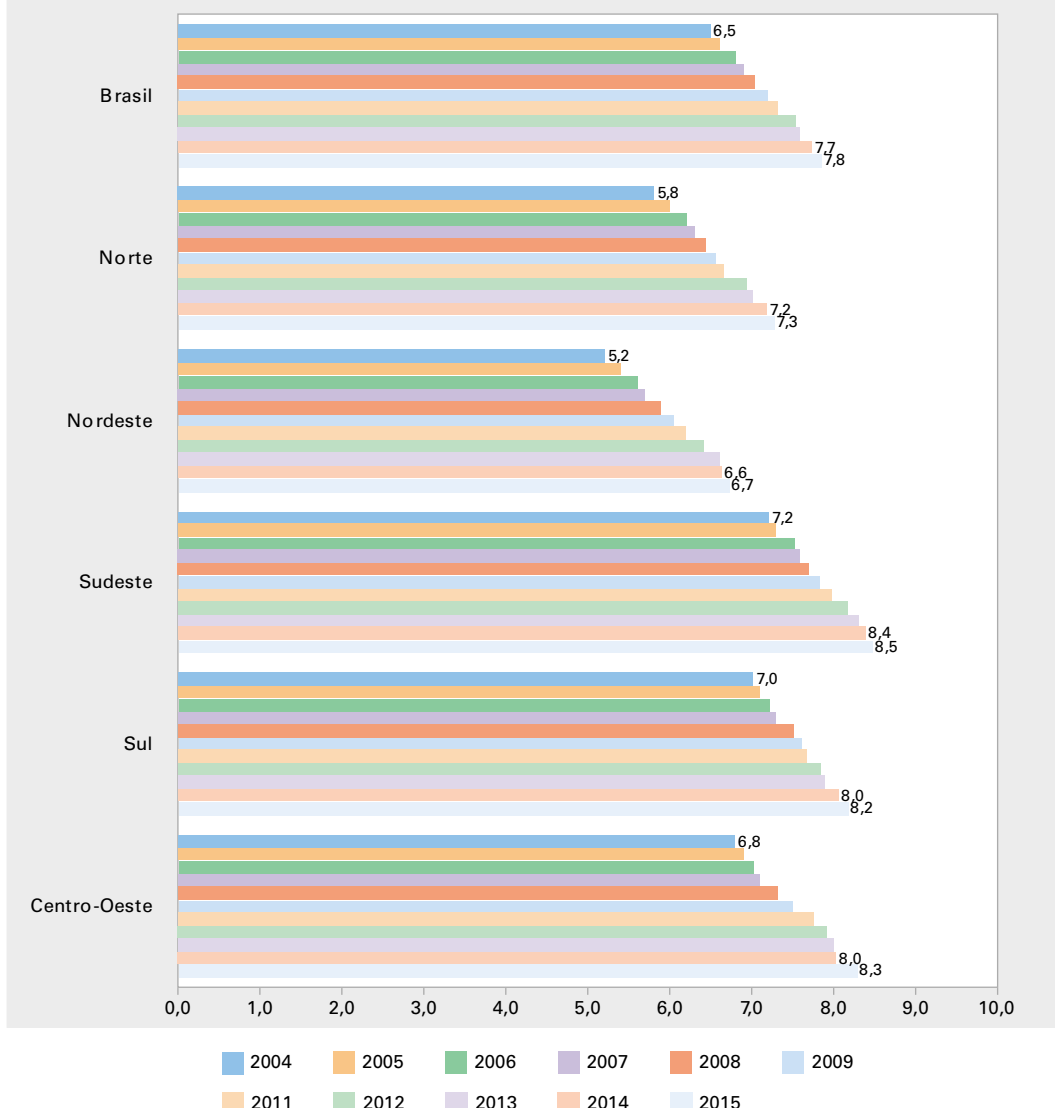
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

(1) Inclusive as pessoas que frequentavam cursos de alfabetização de adultos, pré-vestibular ou creche. (2) Inclusive os estudantes de curso de mestrado ou doutorado.

Anos de estudo

O número médio de anos de estudo para o Brasil era de 7,8 anos em 2015. A Região Sudeste apresentou a maior média (8,5 anos), ao passo que as Regiões Nordeste e Norte, as menores médias (6,7 e 7,3 anos, respectivamente). O indicador registrou crescimento, ao longo do período de 2004 a 2015, em todas as Grandes Regiões. O número médio de anos de estudo das mulheres foi maior que o observado entre os homens, tanto para o conjunto do País (8,0 e 7,6 anos, respectivamente), como para as Grandes Regiões (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões - 2004/2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2015.

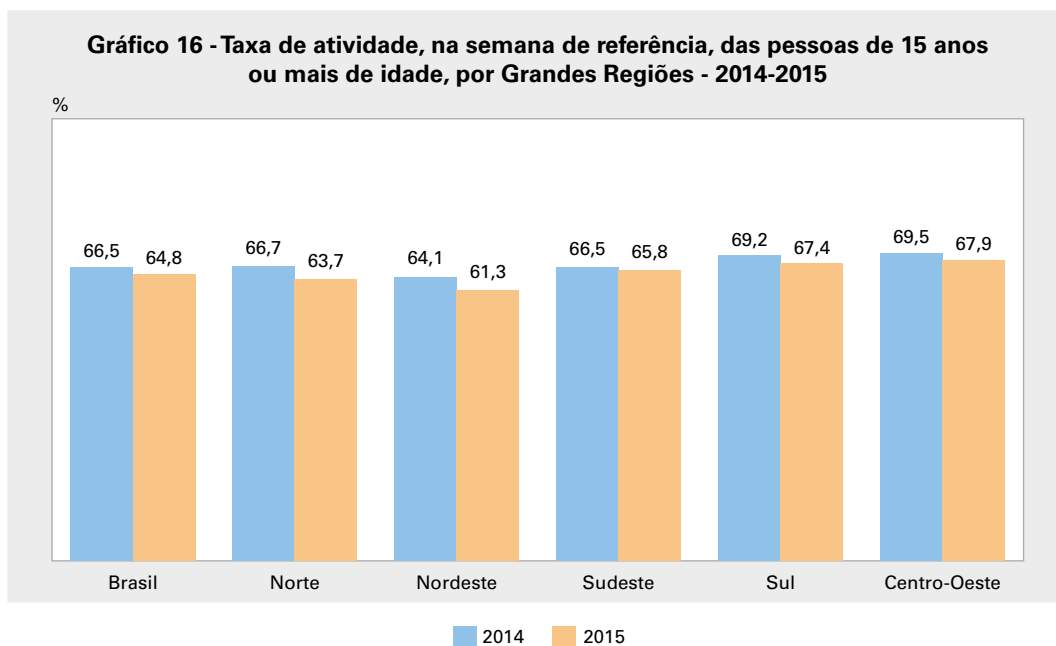
Situação do mercado de trabalho

Em 2015, a população de 15 anos ou mais de idade (população em idade ativa) foi estimada em 161,8 milhões de pessoas. Esse contingente é formado por 104,8 milhões de pessoas economicamente ativas (64,8%) (força de trabalho¹) e 57,0 milhões de pessoas não economicamente ativas (35,2%). Em relação a 2014, a expansão da população em idade ativa foi de 1,6%, no entanto o contingente dos economicamente ativos retraiu 1,0%, enquanto a população não economicamente ativa cresceu 6,7%.

¹ Conjunto das pessoas ocupadas e não ocupadas que estavam procurando trabalho.

A redução da população economicamente ativa, devida, fundamentalmente, à retração da população ocupada (3,9%), provocou a diminuição da taxa de atividade, indicador que mede a proporção de pessoas em idade ativa que estavam na força de trabalho. Essa estimativa passou de 66,5%, em 2014, para 64,8%, em 2015 (Gráfico 16).

A Região Nordeste permaneceu registrando a menor taxa de atividade dentre as cinco Grandes Regiões, 61,3%, enquanto as Regiões Sul e Centro-Oeste apresentaram as maiores: 67,4% e 67,9 %, nessa ordem (Gráfico 16).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.

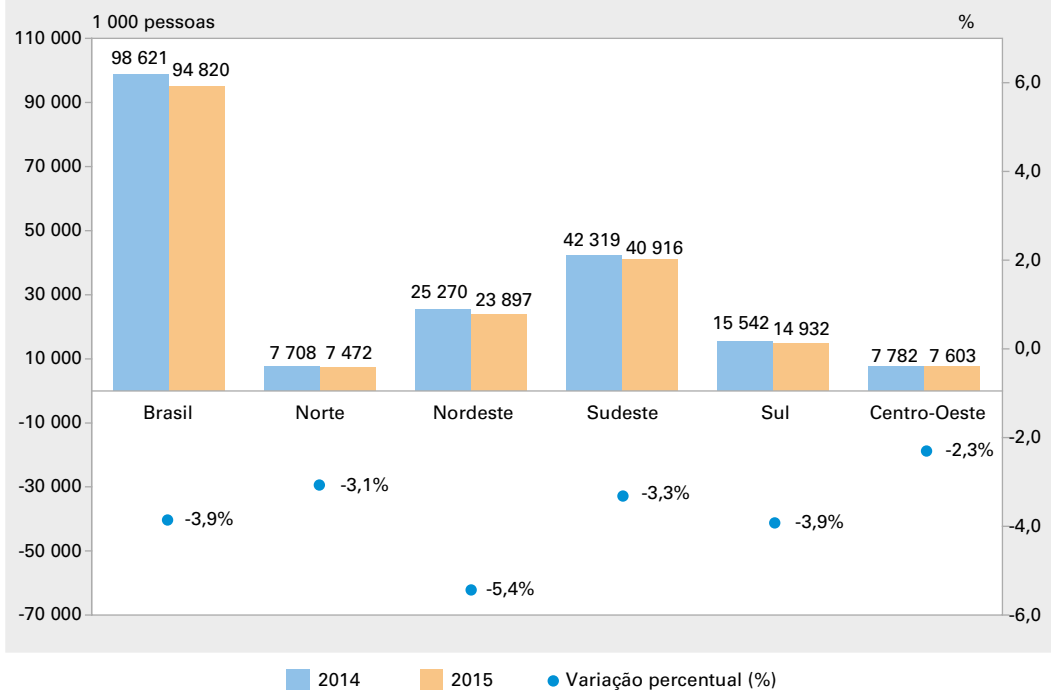
População ocupada

Em 2015, a população ocupada foi de 94,8 milhões de pessoas, o que representou uma queda de 3,9% em relação a 2014, quando foi registrado um total de 98,6 milhões de pessoas. A redução observada em 2015 foi a primeira da série 2004-2015. Todas as Grandes Regiões apresentaram decréscimo da população ocupada em 2015, destacando-se a Nordeste com retração de 5,4%. O Gráfico 17 mostra os contingentes de ocupados no Brasil e nas Grandes Regiões, em 2014 e 2015, e a respectiva variação entre os dois anos.

A redução da população ocupada trouxe reflexos sobre o nível da ocupação (proporção de pessoas ocupadas na população em idade ativa). Esse indicador foi estimado em 58,6% em 2015, apontando diminuição de 3,3 pontos percentuais frente a 2014 (Gráfico 18). Para as mulheres, menos da metade da população de 15 anos ou mais de idade estava ocupada (48,0%), enquanto entre os homens o nível da ocupação chegava a 70,2%.

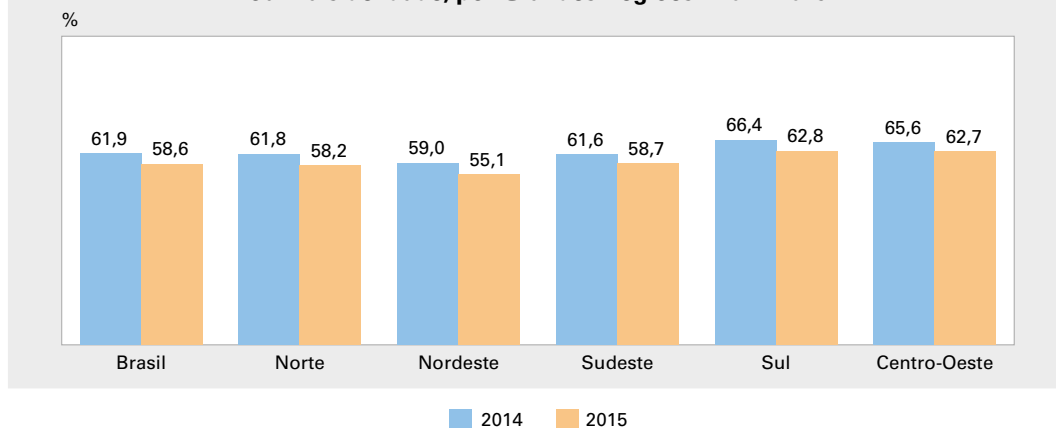
O maior nível da ocupação em 2015, de 62,8%, foi registrado na Região Sul, vindo a seguir a Região Centro-Oeste, com 62,7%. A Região Nordeste, por outro lado, apresentou o menor, 55,1%. Na Região Sudeste, que responde por 43,2% da população ocupada do País, o nível da ocupação foi de 58,7% (Gráfico 18).

Gráfico 17 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, total e variação percentual, por Grandes Regiões - 2014-2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.

Gráfico 18 - Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões - 2014-2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.

O comportamento do nível da ocupação das pessoas de 15 anos ou mais de idade não apresentou uma trajetória uniforme, ao longo do período de 2004 a 2015, no País. Este indicador atingiu seu valor máximo em 2008, quando alcançou 63,7%. A partir desse ano, observou-se tendência de redução, que foi revertida em 2014 (61,9%). Em 2015, entretanto, registrou a maior queda anual (3,3 pontos percentuais), passando para 58,6% – o menor nível de ocupação em 12 anos (Gráfico 19).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2015.

(1) Não houve pesquisa.

Grupamentos de atividade

Os Gráficos 20 e 21 ilustram os contingentes das pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas, por grupamentos de atividade.

Em 2015, a atividade de serviços permaneceu respondendo pela maior parte dos ocupados (46,3%) no País, com cerca de 43,9 milhões de pessoas. Esse contingente foi 1,6% menor (-693 mil pessoas) que o registrado em 2014. A participação dos serviços na ocupação foi a que mais cresceu desde 2004, quando era de 40,9%.

O comércio e reparação, com aproximadamente 17,2 milhões de pessoas em 2015, respondeu por 18,2% dos ocupados. Frente a 2014, a redução foi de 3,8% (-685 mil pessoas).

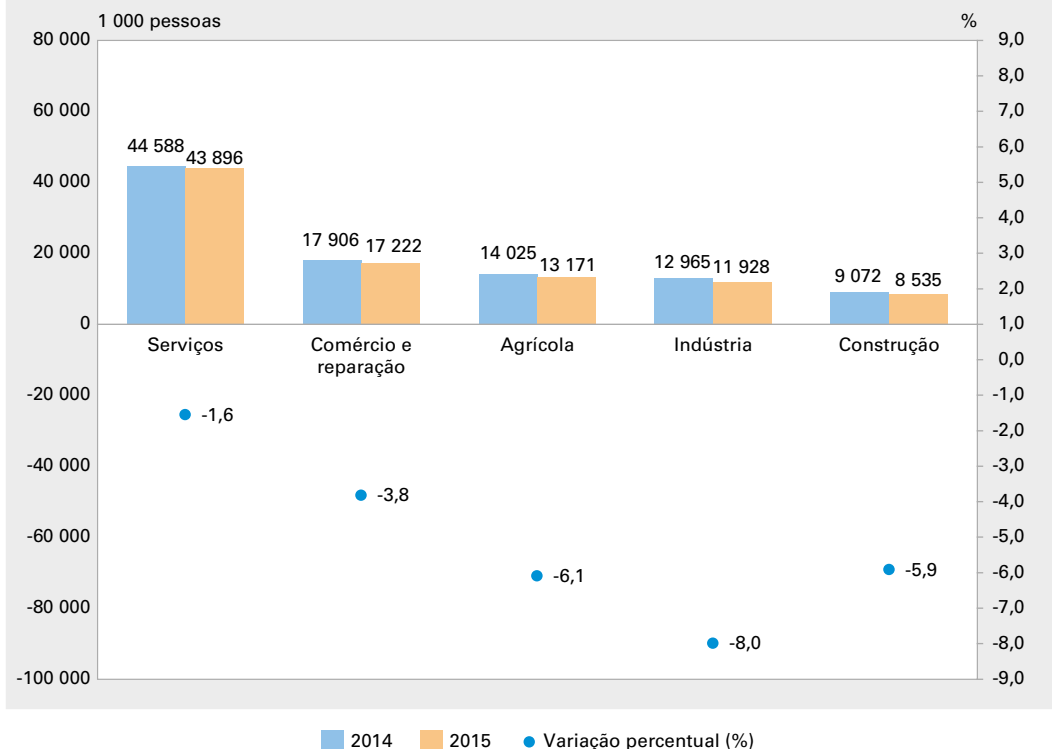
Os trabalhadores da atividade agrícola, em 2015, totalizavam 13,2 milhões de pessoas, o que representou queda de 6,1% (-855 mil trabalhadores) em relação a 2014. Essa atividade respondia por 14,2% dos ocupados em 2014, e por 13,9% em 2015. Frente a 2004, quando era de 20,4%, a participação na ocupação apresentou a maior queda.

Com 11,9 milhões de ocupados em 2015, a indústria registrou a maior perda de contingente, 1 037 mil pessoas, representando uma queda de 8,0% em relação a 2014. Cabe ressaltar que somente na Região Sudeste a redução chegou a 531 mil pessoas.

Os trabalhadores da construção respondiam por 9,0% da população ocupada em 2015. Com 8,5 milhões de trabalhadores, essa atividade teve redução de 537 mil pessoas (-5,9%) em relação a 2014.

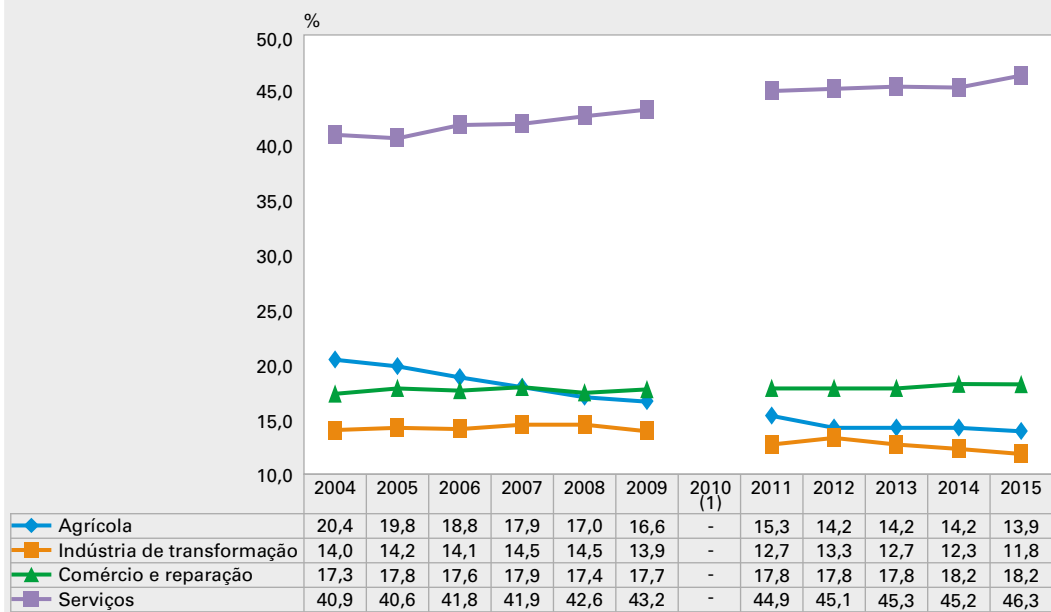
A ocupação no grupamento das atividades de serviços registrou crescimento contínuo desde 2004, quando respondia por 40,9% da população ocupada, atingindo 46,3% em 2015, o que representou um acréscimo de 5,4 pontos percentuais. De 2004 a 2006, a atividade agrícola apresentava percentual de ocupados superior àqueles observados no comércio e reparação e na indústria de transformação. A partir de 2008, o comércio e reparação passou a registrar participação maior que a observada na atividade agrícola, que permaneceu sendo superior apenas à da indústria de transformação. No período de 2004 a 2015, a redução da proporção de ocupados na indústria de transformação foi de 2,2 pontos percentuais, enquanto na atividade agrícola essa retração foi de 6,5 pontos percentuais.

Gráfico 20 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, total e respectiva variação percentual, por grupamentos de atividades - Brasil - 2014-2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.

Gráfico 21 - Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 2004/2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2015.

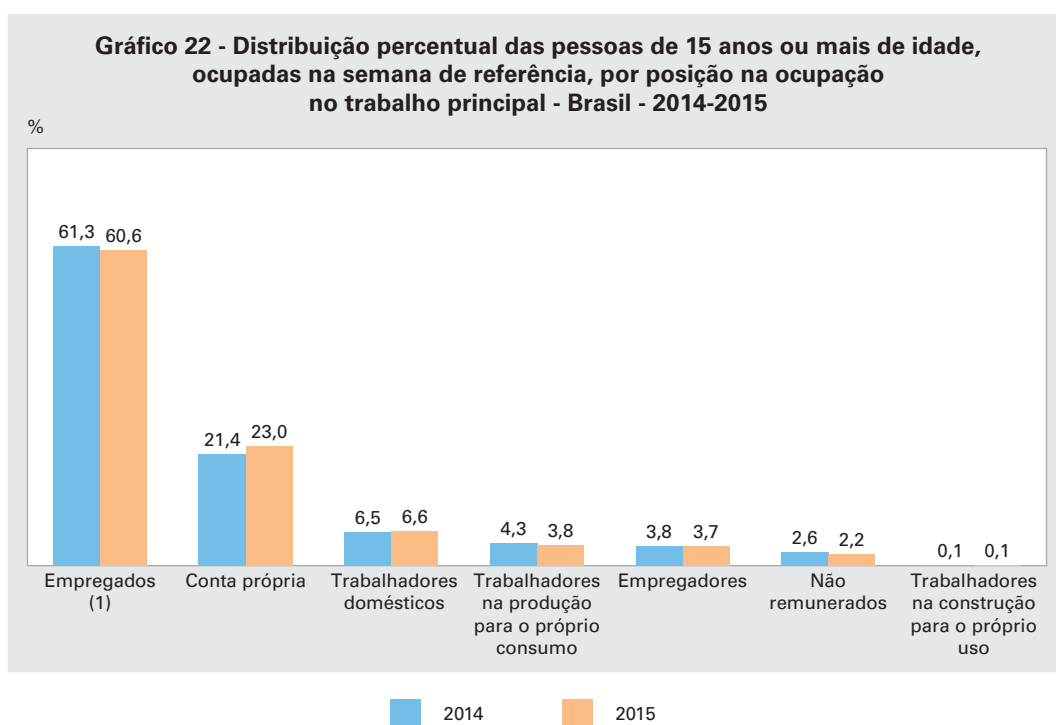
(1) Não houve pesquisa.

Forma de inserção no mercado de trabalho

Em 2015, 60,6% da população ocupada estava inserida no mercado de trabalho como empregado (57,4 milhões de pessoas). Os trabalhadores conta própria correspondiam a 23,0% (21,8 milhões de pessoas); os trabalhadores domésticos, a 6,6% (6,3 milhões de pessoas); e os empregadores, a 3,7% (3,6 milhões de pessoas). Os demais trabalhadores (5,8 milhões) estavam assim distribuídos no mercado de trabalho: trabalhadores na produção para o próprio consumo (3,8%), trabalhadores não remunerados (2,2%), e trabalhadores na construção para o próprio uso (0,1%) (Gráfico 22).

Na comparação com 2014, observou-se o crescimento da participação dos trabalhadores conta própria (de 21,4% para 23,0%) (Gráfico 22). Regionalmente, essa expansão foi mais acentuada no Nordeste (de 25,2% para 27,4%), Sul (de 19,4% para 21,3%) e Centro-Oeste (de 19,6% para 21,7%).

As Regiões Sudeste e Centro-Oeste permaneceram registrando, em 2015, as maiores proporções de empregados na composição da população ocupada: 65,8% e 63,2%, respectivamente. Por outro lado, as Regiões Norte e Nordeste apresentaram as maiores participações de trabalhadores conta própria: 29,4% e 27,4%, nesta ordem.



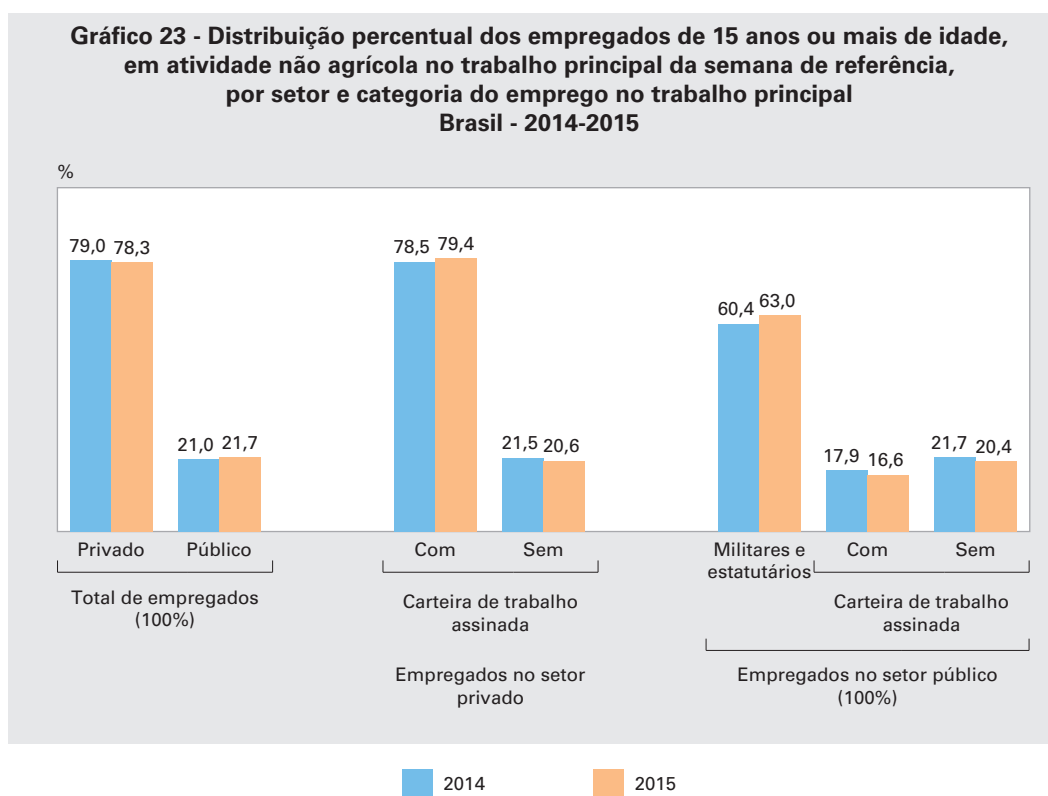
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.

(1) Exclusive os trabalhadores domésticos.

Empregados em atividade não agrícola

Em 2015, dos 53,6 milhões de empregados em atividade não agrícola, 78,3% estavam no setor privado, e, dentre esses, 79,4% possuíam carteira de trabalho assinada. No conjunto de empregados do setor público (21,7%), predominavam os militares e funcionários públicos estatutários (63,0%). Esse setor contava ainda com 16,6% de empregados com carteira de trabalho assinada e 20,4%, sem carteira de trabalho assinada (Gráfico 23).

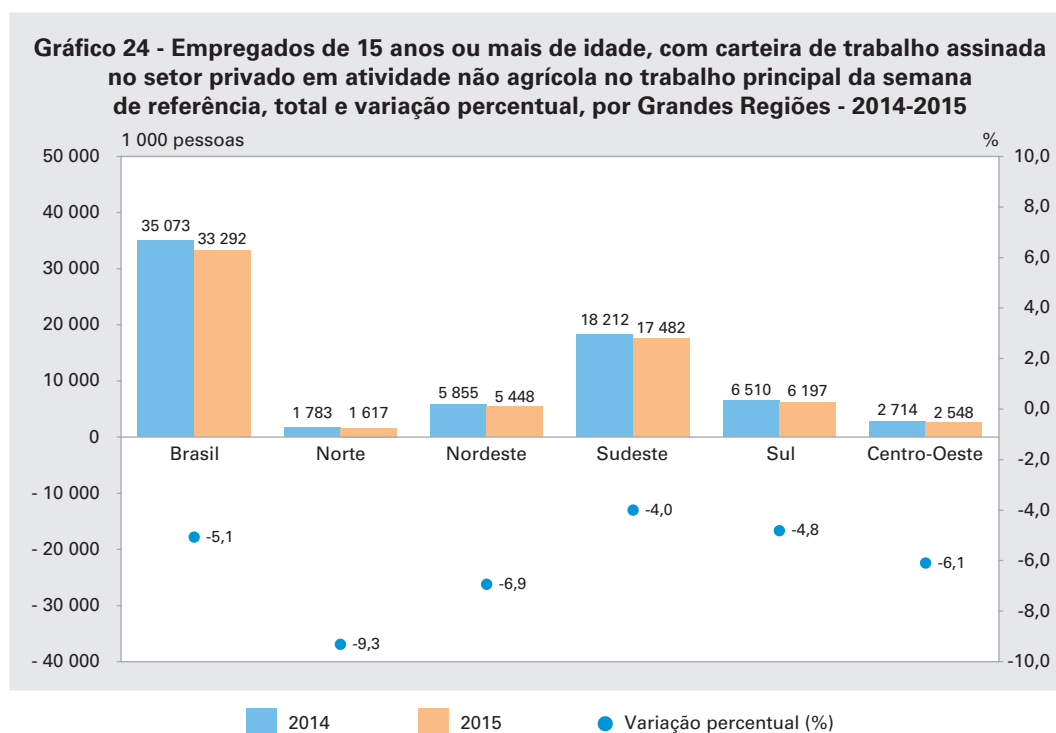
Em 2015, houve queda do emprego no setor privado não agrícola; contudo, a redução do contingente de empregados sem carteira de trabalho assinada (9,9%) foi mais acentuada do que a ocorrida entre aqueles com carteira assinada (5,1%), o que expandiu a proporção de empregados com carteira no setor privado não agrícola de 2014 (78,5%) para 2015 (79,4%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015

Carteira de trabalho assinada no setor privado não agrícola

Em 2015, o contingente de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado em atividade não agrícola (33,3 milhões) registrou queda de 5,1% (menos 1,8 milhão de pessoas) em relação a 2014. Todas as Grandes Regiões apresentaram redução, sendo que, no Sudeste, a retração do contingente foi de 730 mil pessoas (4,0%), e, no Nordeste, de 407 mil pessoas (6,9%) (Gráfico 24). Nas Regiões Sudeste e Sul, a proporção de empregados com carteira de trabalho assinada entre aqueles do setor privado não agrícola ultrapassou 80,0%, enquanto nas Regiões Norte e Nordeste, as estimativas foram de 67,8% e 67,1%, respectivamente.

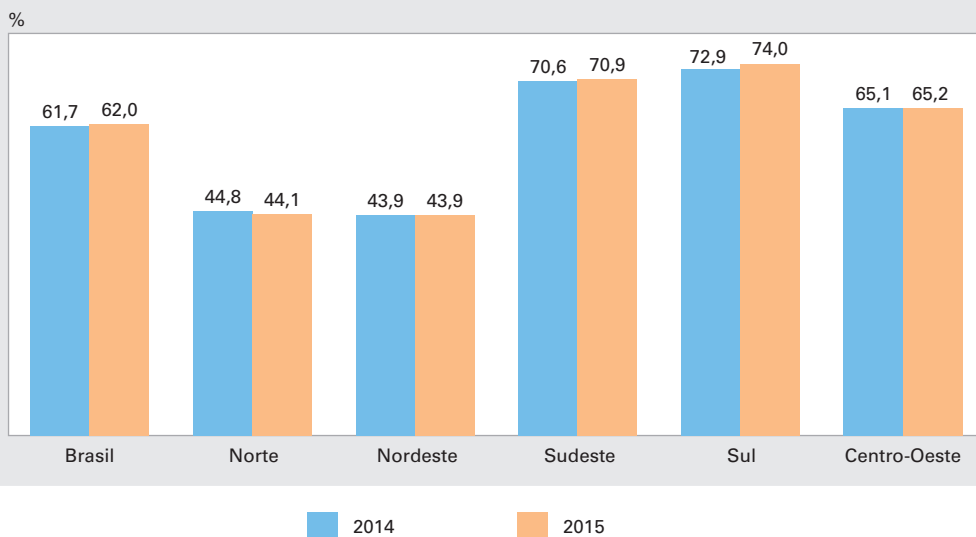


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.

Contribuição para instituto de previdência

Em 2015, 62,0% das pessoas ocupadas (58,8 milhões) eram contribuintes de instituto de previdência. Em 2014, essa proporção havia sido de 61,7%, o que representou uma queda de cerca de 2,0 milhões de pessoas. As Regiões Sul (74,0%) e Sudeste (70,9%) registraram as maiores proporções de contribuintes, enquanto nas Regiões Norte (44,1%) e Nordeste (43,9%) menos da metade dos ocupados eram contribuintes da previdência (Gráfico 25).

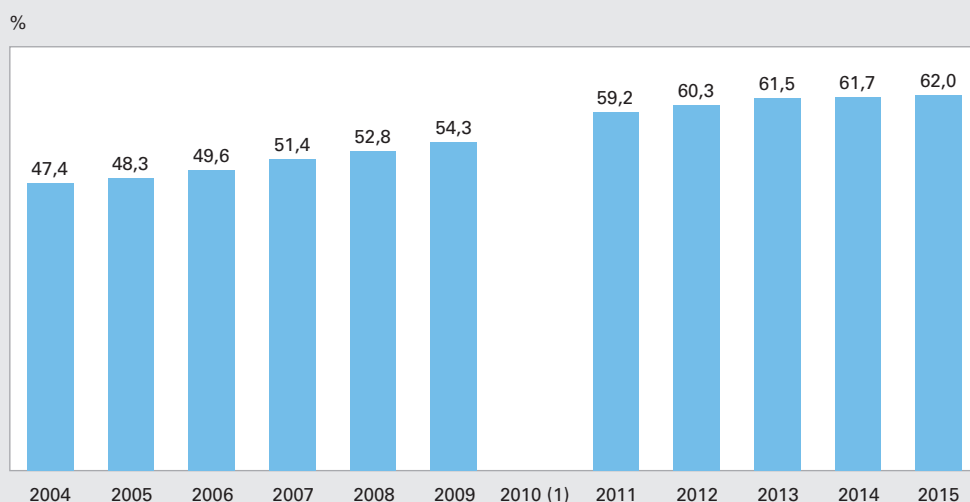
Gráfico 25: Percentual de contribuintes de instituto de previdência, na população de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões – 2014-2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.

Desde 2004, verifica-se um aumento paulatino da proporção de pessoas ocupadas contribuintes de instituto de previdência. Entre 2006 e 2013, foram observadas as maiores taxas de crescimento, principalmente em 2007, ano a partir do qual mais da metade da população ocupada (51,4%) tornou-se contribuinte. Essa proporção alcançou 62,0% em 2015, o que, frente à estimativa de 2004 (47,4%), representou um aumento de 14,6 pontos percentuais em 12 anos. Tal expansão esteve relacionada ao crescimento, no mesmo período, do emprego com carteira de trabalho assinada (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual de contribuintes de instituto de previdência, na população de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência - Brasil - 2014/2015



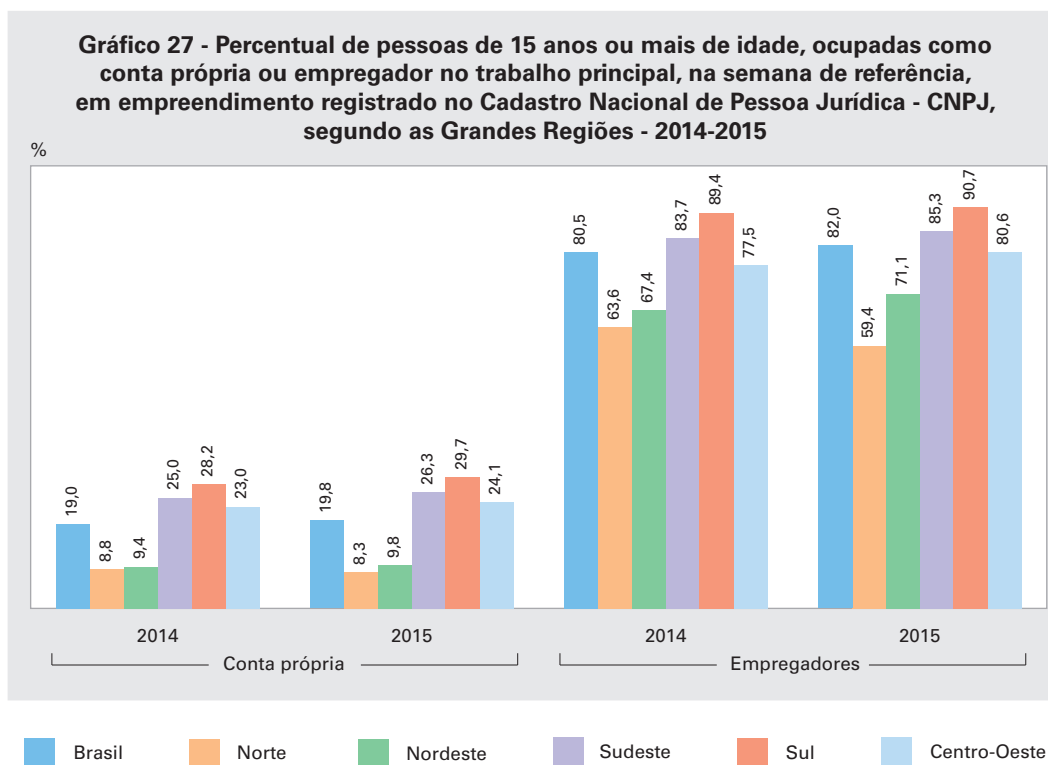
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2015.

(1) Não houve pesquisa.

Registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ

Para os trabalhadores conta própria e os empregadores, a pesquisa investigou se o empreendimento em que trabalhavam na semana de referência tinha registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal. Em 2015, do contingente de 21,8 milhões de trabalhadores conta própria, aproximadamente 4,3 milhões (19,8%) trabalhavam em empreendimentos registrados no CNPJ. Em 2014, essa proporção era 19,0%. Dentre os 3,6 milhões de empregadores, a pesquisa mostrou que 2,9 milhões deles trabalhavam em empreendimento que contava com esse registro, ou seja, 82,0%. Em 2014, eram 80,5% (Gráfico 27).

A existência desse registro cresceu em quase todas as Grandes Regiões, com destaque para o Nordeste, cuja expansão foi de 3,7 pontos percentuais entre os empregadores, frente a 2014. A Região Norte apresentava as menores proporções para esse registro: 8,3% entre os trabalhadores conta própria e 59,4% entre os empregadores. A Região Sul, por outro lado, registrou as maiores estimativas de trabalhadores conta própria (29,7%) e empregadores (90,7%) em empreendimento com registro no CNPJ (Gráfico 27).



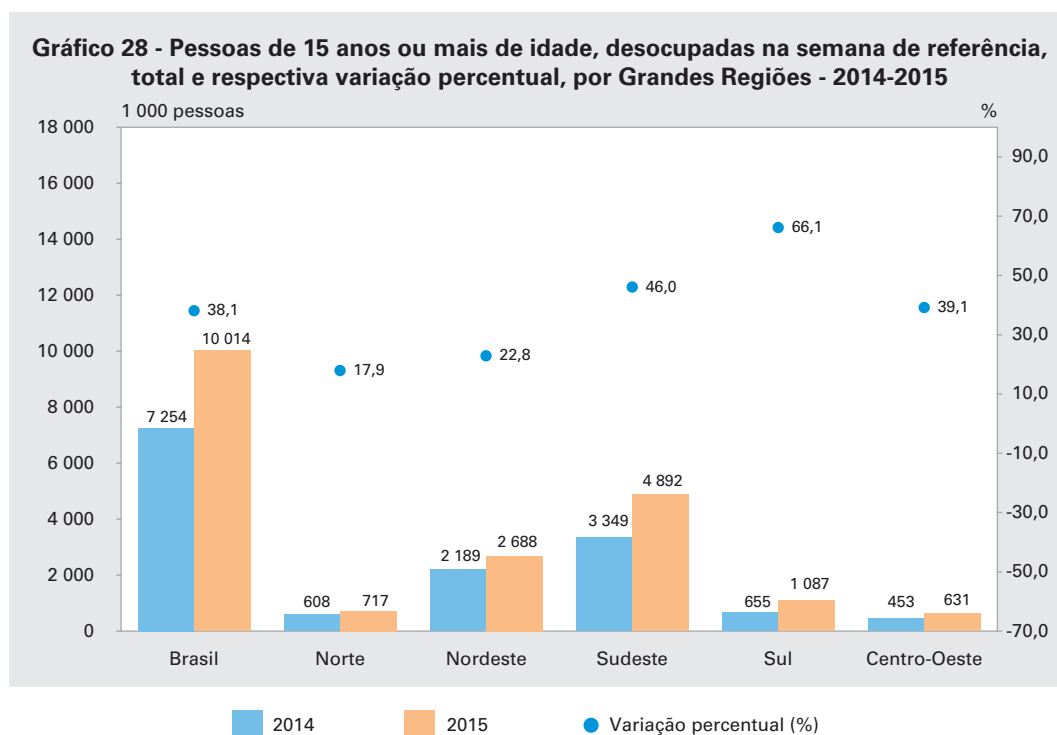
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.

População desocupada

Contingente de desocupados

O contingente de pessoas que não estavam ocupadas e tomaram alguma providência efetiva para conseguir um trabalho (pessoas desocupadas), foi de 10,0 milhões em 2015. Em relação a 2014, houve um crescimento de 38,1%, correspondendo a 2,8 milhões de pessoas a mais nessa condição (Gráfico 28).

Todas as Grandes Regiões apresentaram expansão da desocupação, principalmente as Regiões Sudeste, com 46,0% (1 542 mil pessoas) e Sul, com 66,1% (432 mil pessoas) (Gráfico 28).

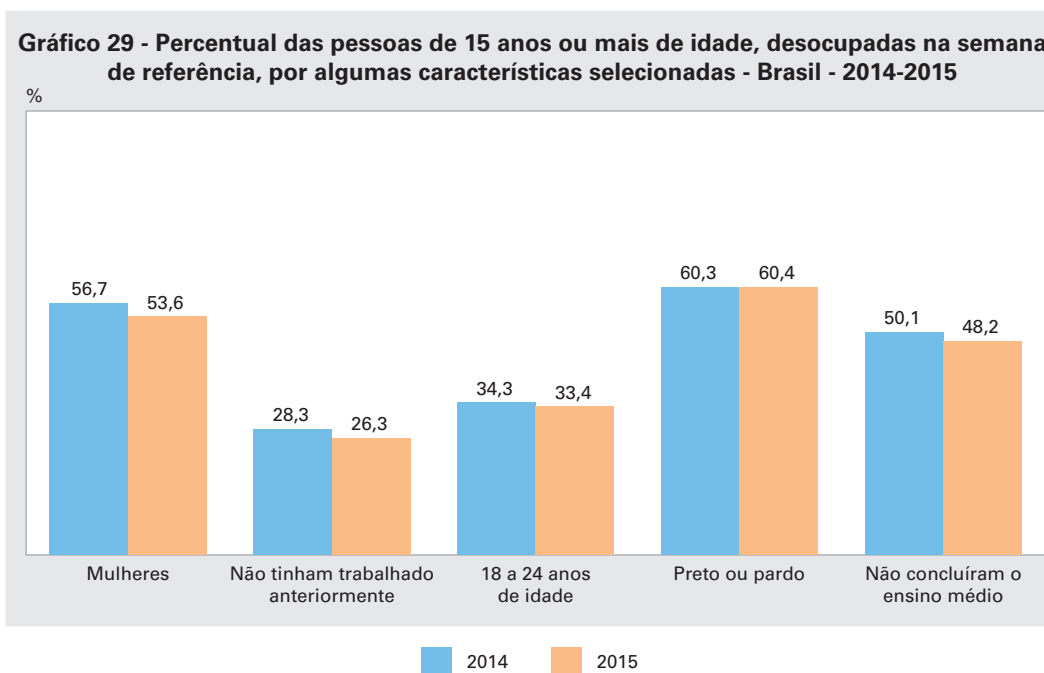


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.

Características da população desocupada

Dentre as características da população desocupada, destacaram-se os seguintes pontos em 2015: mais da metade (53,6%) desse contingente era formado de mulheres; 26,3% nunca tinham trabalhado; 33,4% eram jovens de 18 a 24 anos de idade; 60,4% eram pretos ou pardos; e 48,2% não haviam completado o ensino médio (Gráfico 29).

Frente a 2014, as variações mais significativas foram as de redução da proporção de pessoas desocupadas entre as mulheres (3,1 pontos percentuais); dos que não tinham trabalhado anteriormente (2,0 pontos percentuais); e dos que não concluíram o ensino médio (1,9 ponto percentual) (Gráfico 29).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.

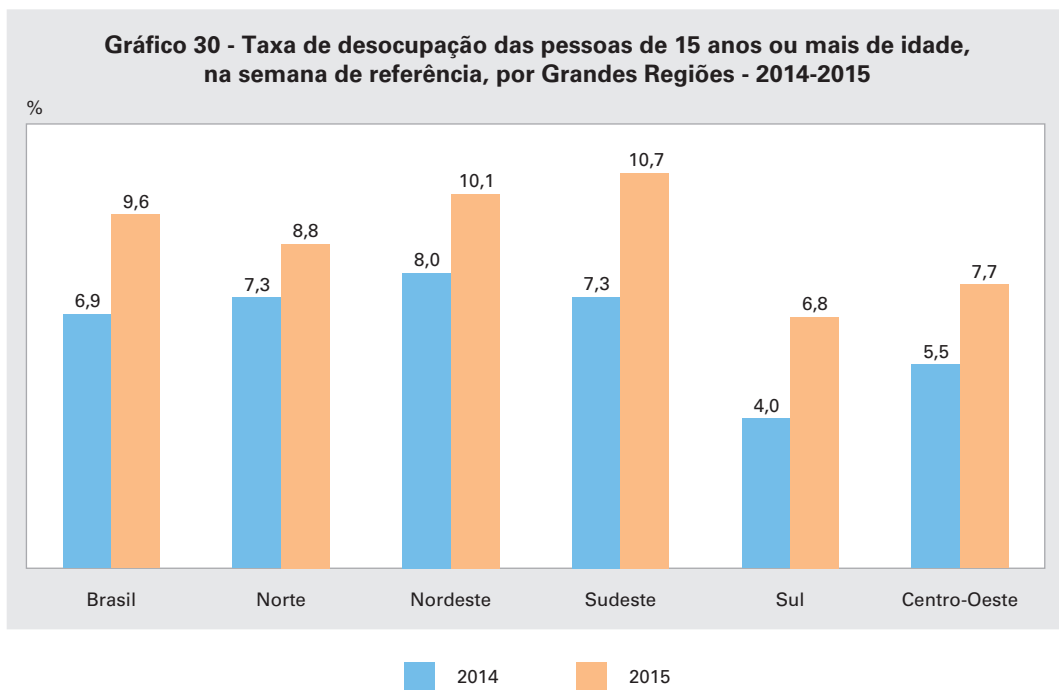
Taxa de desocupação

Em 2015, a taxa de desocupação foi de 9,6%, representando um crescimento de 2,7 pontos percentuais em relação a 2014. A menor taxa de desocupação foi observada na Região Sul (6,8%), enquanto a maior, na Sudeste (10,7%). Em relação a 2014, houve crescimento desse indicador em todas as Grandes Regiões (Gráfico 30).

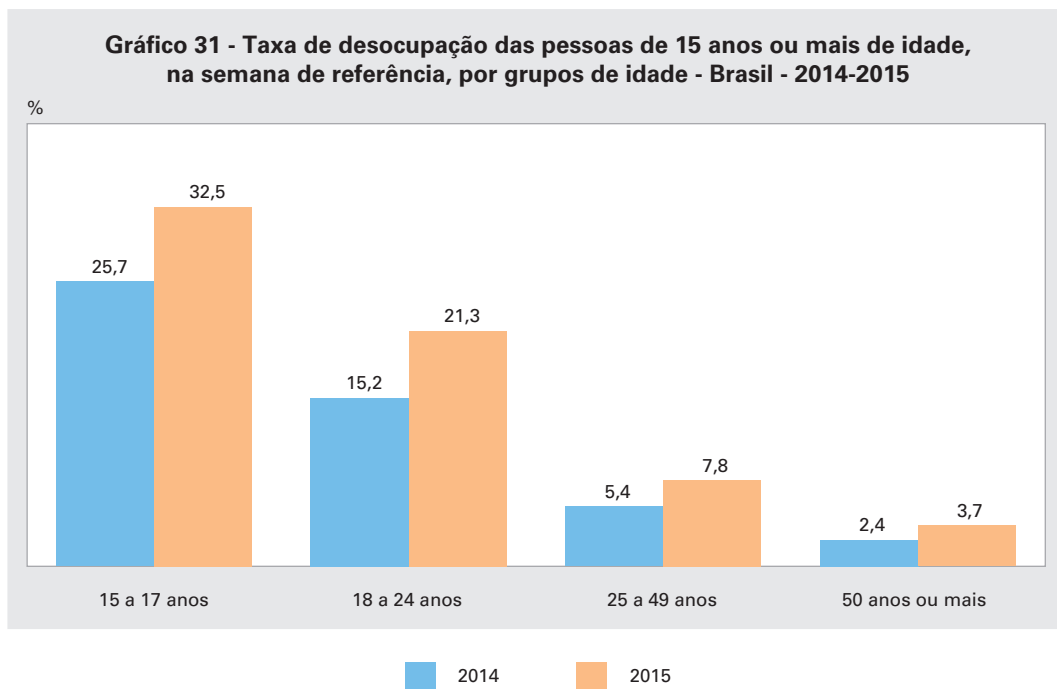
Entre as mulheres, a taxa era de 11,7%, enquanto para os homens a estimativa foi de 7,9%. Frente a 2014, o crescimento desse indicador foi mais acentuado entre as mulheres (2,9 pontos percentuais) *vis à vis* aos homens (2,6 pontos percentuais).

Segundo os grupos de idade, houve crescimento de 6,1 pontos percentuais na taxa de desocupação das pessoas de 18 a 24 anos, alcançando 21,3% em 2015. Entre as pessoas de 25 a 49 anos (7,8%) e de 50 anos ou mais de idade (3,7%), as taxas observadas foram inferiores à média estimada para o total da população (Gráfico 31).

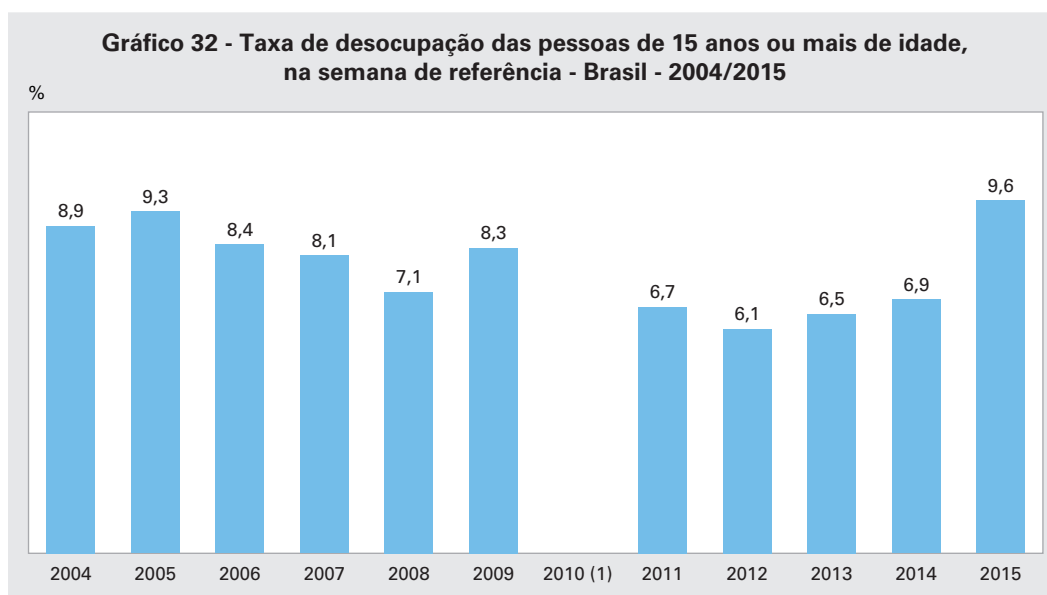
A partir de 2005, ano em que a taxa de desocupação foi de 9,3%, observou-se uma trajetória de redução desse indicador até 2008, quando alcançou 7,1%. Em 2011, a taxa apresentou nova queda, chegando a 6,7%, e atingiu seu menor valor em 2012, com 6,1%. Em 2013 iniciou-se uma tendência de crescimento, ao registrar 6,5%, com elevação de 2,7 pontos percentuais entre 2014 e 2015 (6,9% e 9,6%, respectivamente) (Gráfico 32).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2015.

(1) Não houve pesquisa.

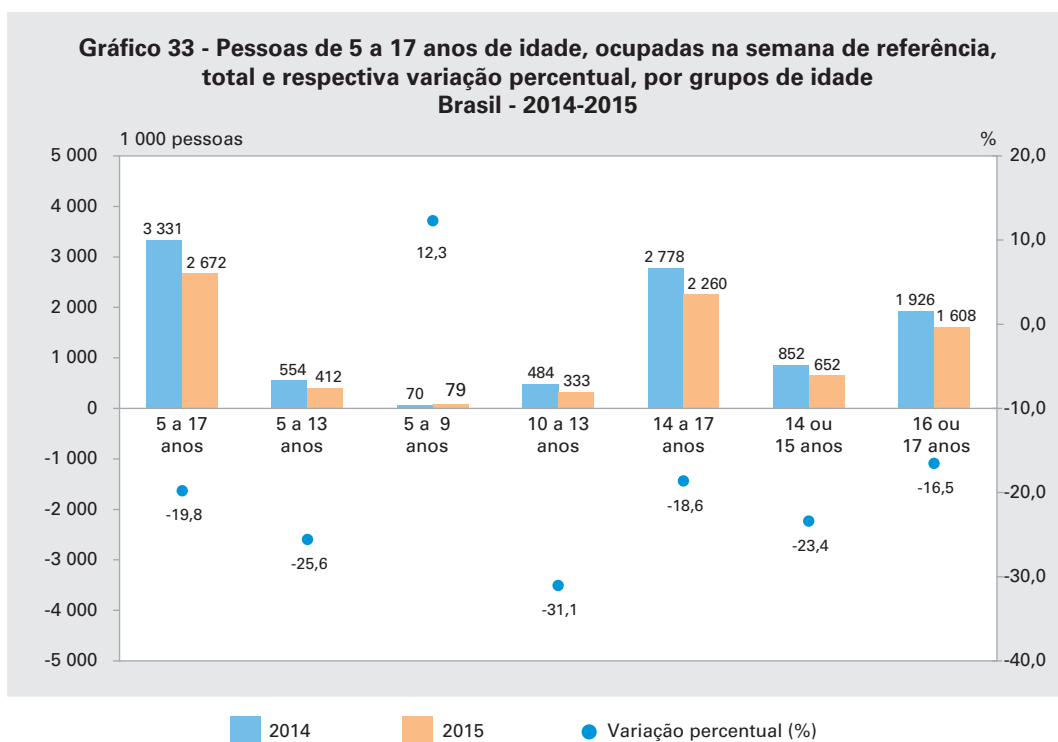
Trabalho das crianças e adolescentes

Em 2015, havia 2,7 milhões de pessoas de 5 a 17 anos de idade trabalhando no Brasil. Comparando com 2014, houve redução de 19,8% nesse número, com 659 mil crianças e adolescentes a menos nesta condição.

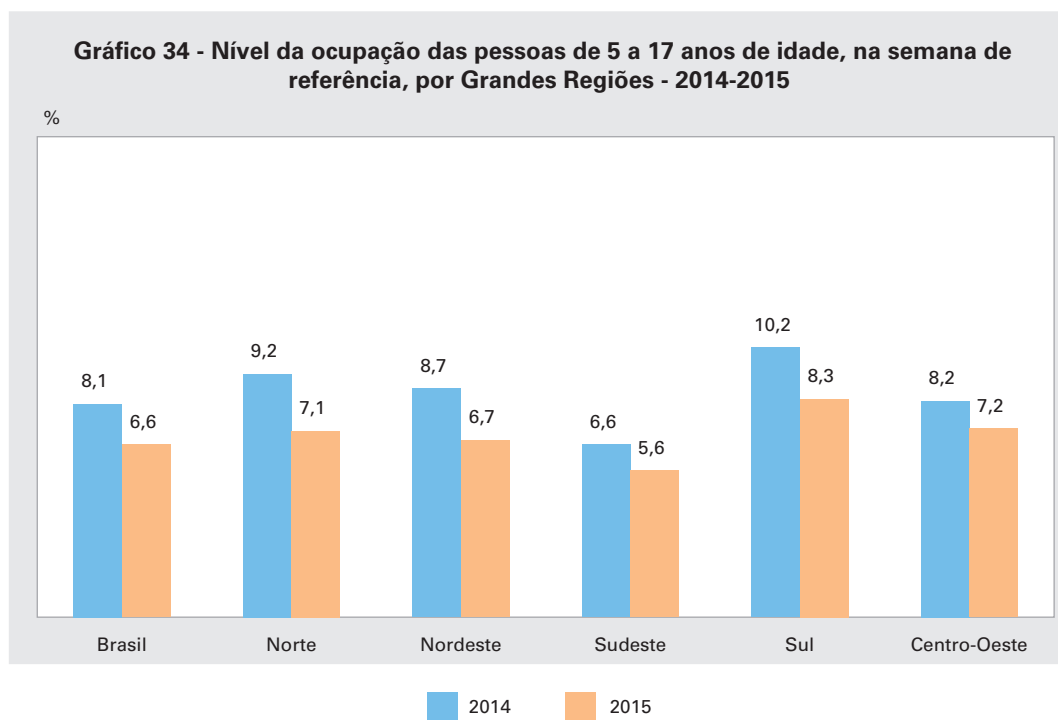
Encontravam-se na situação de trabalho infantil – grupo de 5 a 13 anos de idade – 412 mil pessoas. Destas, 79 mil estavam no grupo de 5 a 9 anos de idade; 333 mil, no grupo de 10 a 13 anos de idade; e 2,3 milhões, no grupo de 14 a 17 anos de idade. Assim, dos 2,7 milhões de pessoas ocupadas no grupo de 5 a 17 anos de idade, 15,4% correspondiam a pessoas na situação de trabalho infantil (Gráfico 33). Nas Regiões Norte e Nordeste, essa proporção subiu para 21,6% e 21,2%, respectivamente.

Em termos percentuais, a maior variação aconteceu no grupo de 10 a 13 anos de idade, que registrou queda de 31,1% (150 mil pessoas). Por outro lado, em termos absolutos, a maior queda ocorreu no grupo de 14 a 17 anos de idade, com 518 mil pessoas ocupadas a menos (Gráfico 33), sendo que as maiores reduções foram observadas nas Regiões Nordeste (180 mil pessoas) e Sudeste (163 mil pessoas).

Em 2015, o nível da ocupação das pessoas de 5 a 17 anos de idade foi estimado em 6,6%, tendo sido 8,1% em 2014. As Regiões Norte, Nordeste e Sul apresentaram as maiores reduções em relação a 2014. A Região Sul permanece com o maior nível da ocupação para esse grupo etário, 8,3%, enquanto a Sudeste registra o menor, 5,6% (Gráfico 34).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.

O rendimento médio mensal domiciliar *per capita* real das pessoas de 5 a 17 anos ocupadas, em 2015, foi estimado em R\$ 630. Para as pessoas não ocupadas nessa faixa de idade, o rendimento foi estimado em R\$ 687. O número médio de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos caiu de 25,9, em 2014, para 24,6, em 2015. A população ocupada na faixa de 5 a 13 anos de idade, assim como em 2014, concentrou-se na atividade agrícola (64,7%).

Tabela 4 - Pessoas de 5 a 17 anos de idade, por grupos de idade, segundo os indicadores selecionados - Brasil - 2014-2015

Indicadores selecionados	Pessoas de 5 a 17 anos de idade			
	Total	Grupos de idade		
		5 a 13 anos	14 ou 15 anos	16 ou 17 anos
2014				
Percentual de homens na população ocupada na semana de referência (%)	65,5	69,8	68,6	62,9
Nível da ocupação (%)	8,1	2,0	12,0	27,4
Rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i> das pessoas ocupadas (R\$)	711	478	635	810
Rendimento médio mensal real de trabalho (R\$)	573	236	418	647
Número médio de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos	25,9	14,4	22,6	30,7
Taxa de escolarização das pessoas ocupadas (%)	80,3	96,8	89,2	71,7
Percentual de pessoas em atividade agrícolas na população ocupada (%)	30,8	62,1	37,5	18,8
Percentual de não remunerados na população ocupada (%)	21,8	45,6	28,2	12,2
Percentual de trabalhadores na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso na população ocupada (%)	12,4	30,8	14,8	6,0
2015				
Percentual de homens na população ocupada na semana de referência (%)	66,0	71,4	68,6	63,6
Nível da ocupação (%)	6,6	1,5	9,3	22,9
Rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i> das pessoas ocupadas (R\$)	630	482	564	695
Rendimento médio mensal real de trabalho (R\$)	515	193	345	592
Número médio de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos	24,6	12,9	21,5	28,9
Taxa de escolarização das pessoas ocupadas (%)	79,1	97,4	89,8	70,2
Percentual de pessoas em atividade agrícolas na população ocupada (%)	32,0	64,7	37,5	21,4
Percentual de não remunerados na população ocupada (%)	20,5	42,8	25,4	12,7
Percentual de trabalhadores na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso na população ocupada (%)	12,7	31,7	15,0	6,8

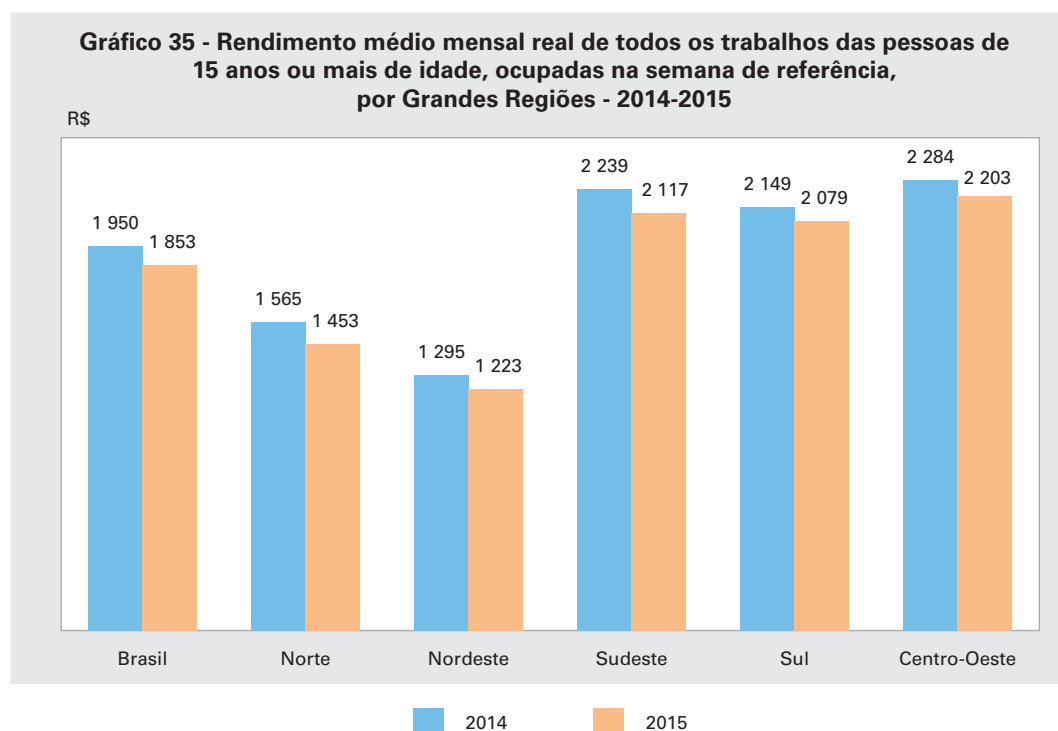
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.

Rendimento médio mensal real

Rendimento de trabalho

O rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas e com rendimento de trabalho, em 2015, foi estimado em R\$ 1 853, valor 5,0% inferior ao apurado em 2014 (R\$ 1 950) (Gráfico 35).

De 2014 para 2015, todas as Grandes Regiões apresentaram redução do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos: 7,2% na Região Norte (de R\$ 1 565 para R\$ 1 453); 5,6% na Região Nordeste (de R\$ 1 295 para R\$ 1 223); 5,4% na Região Sudeste (de R\$ 2 239 para R\$ 2 117); 3,3% na Região Sul (de R\$ 2 149 para R\$ 2 079); e 3,5% na Região Centro-Oeste (de R\$ 2 284 para R\$ 2 203) (Gráfico 35).

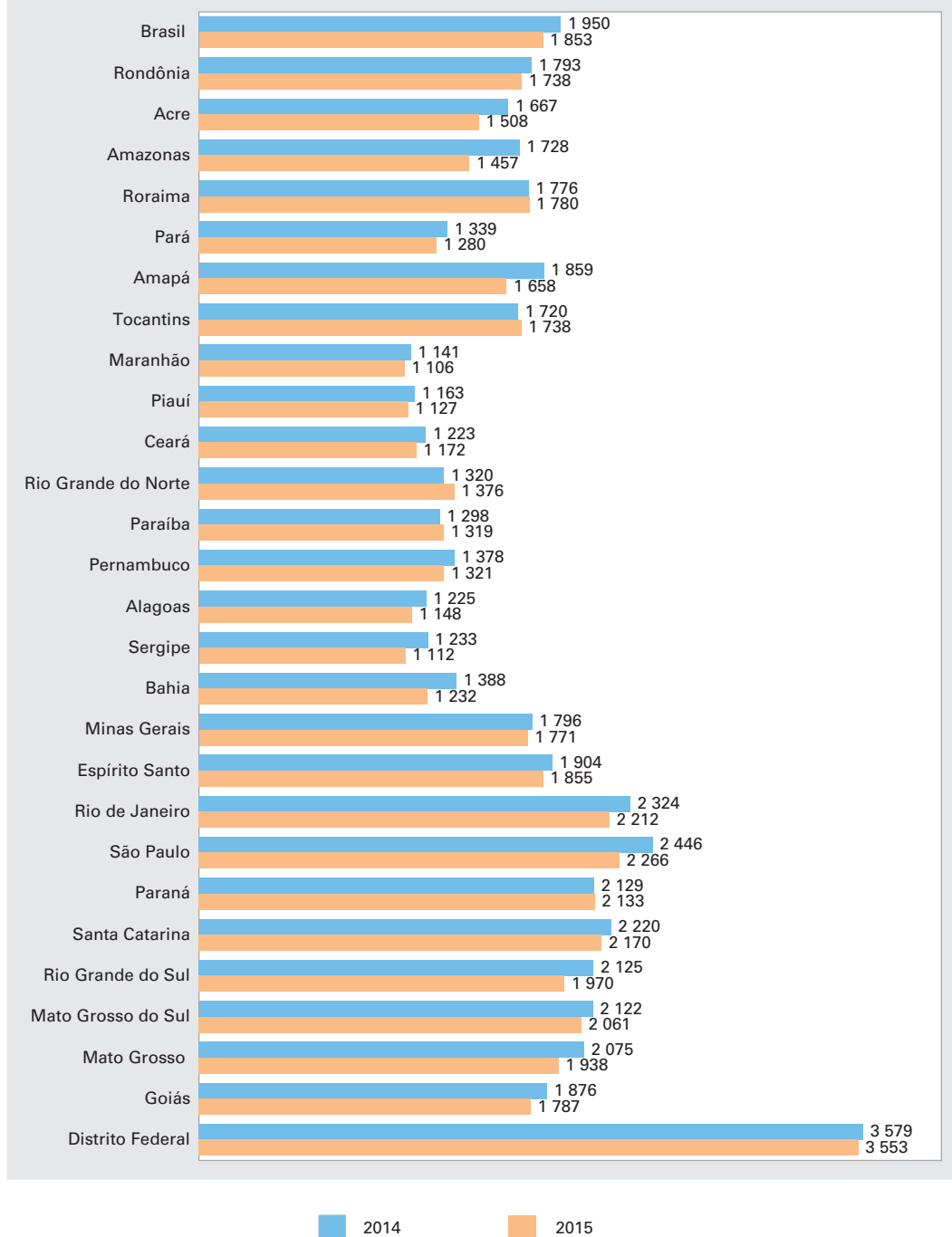


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.

Entre as Unidades da Federação, de 2014 para 2015, o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos não apresentou redução em apenas cinco: Rio Grande do Norte, 4,3% (de R\$ 1 320 para R\$ 1 376); Paraíba, 1,6% (de R\$ 1 298 para R\$ 1 319); Tocantins, 1,0% (de R\$ 1 720 para R\$ 1 738); e Roraima e Paraná, onde os rendimentos permaneceram estáveis (R\$ 1 780 e R\$ 2 133, respectivamente). Por outro lado, as demais Unidades da Federação registraram queda, sendo as maiores reduções observadas nas seguintes: Amazonas, 15,7% (de R\$ 1 728 para R\$ 1 457); Bahia, 11,2% (de R\$ 1 388 para R\$ 1 232); e Amapá, 10,8% (de R\$ 1 859 para R\$ 1 658) (Gráfico 36).

As maiores médias do rendimento mensal real de todos os trabalhos, em 2015, foram registradas nas seguintes Unidades da Federação: Distrito Federal (R\$ 3 553), São Paulo (R\$ 2 266) e Rio de Janeiro (R\$ 2 212); por outro lado, Maranhão (R\$ 1 106), Sergipe (R\$ 1 112) e Piauí (R\$ 1 127) apresentaram as menores médias (Gráfico 36).

Gráfico 36 - Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por Unidades da Federação - 2014-2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.

Distribuição do rendimento de trabalho

Com base nos dados estimados, em 2015, para o Brasil, as pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, pertencentes à classe dos 10% de menor rendimento mensal de todos os trabalhos receberam 1,4% do total desse rendimento. A média do rendimento para este décimo foi de R\$ 261, valor 7,1% menor do que o verificado em 2014. Por outro lado, as pessoas ocupadas pertencentes à classe dos 10% de rendimentos mais elevados concentraram 39,9% do total de rendimento do trabalho, registrando em média R\$ 7 402, valor 5,9% menor do que o observado em 2014.

De 2014 para 2015, em todas as Grandes Regiões, verifica-se que os rendimentos médios reais diminuíram. Isso ocorreu em todos os décimos da distribuição dos rendimentos de trabalho das pessoas ocupadas. As maiores reduções do rendimento médio mensal real no primeiro décimo da distribuição das pessoas ocupadas, entre 2014 e 2015, ocorreram nas Regiões Nordeste (11,2%) e Norte (7,8%). Cabe ressaltar que, em uma análise mais detalhada, dentre todos os estratos de rendimento, o percentil 99 da Região Sul (1,5%) foi o único a apresentar aumento da média do rendimento.

Com os resultados da PNAD 2015, foi possível verificar que a distribuição percentual do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos, nos décimos populacionais, manteve-se praticamente estável entre 2014 e 2015. No entanto, pessoas ocupadas no último decil de rendimentos (mais de 90% a 100%), ou seja, com os maiores rendimentos, registraram redução de 0,4 ponto percentual na participação do rendimento de trabalho (de 40,3% para 39,9%). As maiores reduções nessa faixa ocorreram nas Regiões Centro-Oeste (de 40,7% para 39,9%), Nordeste (de 41,6% para 40,9%) e Norte (de 38,3% para 37,7%).

Em termos de diferencial do rendimento de todos os trabalhos, em 2015, os 10% da população ocupada com os menores rendimentos recebiam 3,5% do valor obtido pelos 10% da população ocupada com os rendimentos mais elevados. Em 2014, essa relação era de 3,6%.

Conforme mostra o Gráfico 37, o Índice de Gini da distribuição do rendimento médio mensal de todos os trabalhos manteve a trajetória decrescente da série desde 2004, sendo de 0,485 em 2015. A Região Nordeste apresentou o maior nível de desigualdade na distribuição desse rendimento (0,498), enquanto a Sul, o menor (0,441). Em termos de variação no período, a Região Sudeste registrou a maior redução do Índice de Gini de 2014 para 2015, seguida pela Região Centro-Oeste. Essas duas regiões assinalaram quedas maiores nos rendimentos médios dos décimos superiores da distribuição de rendimento médio mensal real de todos os trabalhos do que nos décimos inferiores. A Região Nordeste, por sua vez, obteve pequena redução do Índice de Gini no período, passando de 0,501 para 0,498, de 2014 para 2015, o que pode ser explicado pela acentuada redução do rendimento médio dos décimos inferiores da distribuição de rendimento médio mensal real de todos os trabalhos (até 10, 11,2%; mais de 10 a 20, 8,8%; e mais de 20 a 30, 9,1%).

Gráfico 37 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por Grandes Regiões - 2004/2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2015.

(1) Não houve pesquisa.

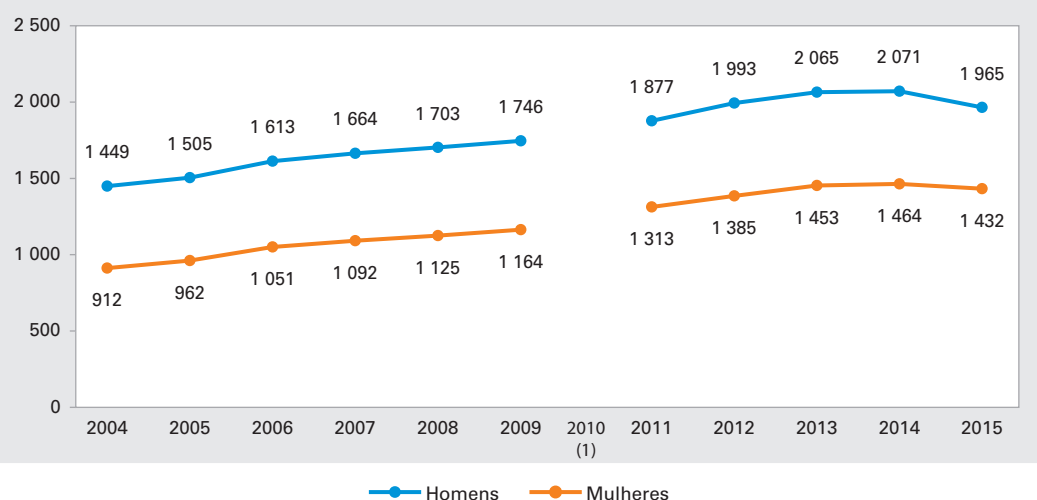
Rendimento de trabalho por sexo

De acordo com a PNAD 2015, o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos dos homens de 15 anos ou mais de idade, com rendimento de trabalho, foi de R\$ 2 058 e o das mulheres, R\$ 1 567. Em termos proporcionais, as mulheres receberam, em média, 76,1% do rendimento de trabalho dos homens em 2015, o que representou um aumento de 1,6 ponto percentual em relação a 2014, quando essa proporção foi de 74,5%.

Em Roraima, em média, as mulheres receberam R\$ 1 788, valor 0,8% maior que o rendimento médio dos homens. No Estado do Mato Grosso do Sul, entretanto, o rendimento de trabalho das mulheres (R\$ 1 600) foi 67,3% do rendimento dos homens (R\$ 2 379). Nos Estados de Alagoas (96,8%) e Amapá (95,1%), os rendimentos das mulheres foram (R\$ 1 125 e R\$ 1 605, respectivamente), sendo os que ultrapassaram 95% do valor do rendimento dos homens, porém ainda recebendo menos. No Rio de Janeiro, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso do Sul, os rendimentos das mulheres alcançaram $\frac{3}{4}$ ou menos do valor do rendimento dos homens.

Considerando o rendimento médio real de todos os trabalhos das pessoas ocupadas, independentemente de serem remuneradas ou não, a razão do rendimento entre homens e mulheres era menor (72,9% em 2015); isso ocorre porque havia mais mulheres trabalhando sem remuneração. O rendimento médio mensal real de trabalho dos homens foi, em 2015, R\$ 1 965, com crescimento no período de 2004 a 2014 (42,9%, passando de R\$ 1 449 para R\$ 2 071) e perda na comparação com o último ano (5,1%, quando declinou para R\$ 1 965). Para as mulheres, foi observado o mesmo comportamento no período, com ganhos entre 2004 e 2014 (60,5%, passando de R\$ 912 para R\$ 1 464) e redução em relação a 2015 (2,2%, ao decair para R\$ 1 432) (Gráfico 38).

Gráfico 38 - Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo o sexo - Brasil - 2004/2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2015.

(1) Não houve pesquisa.

Outra forma de observar o diferencial do rendimento por sexo é por meio da análise da proporção de pessoas que receberam até 1 salário mínimo. De acordo com esse indicador, 22,0% dos homens ocupados receberam até 1 salário mínimo

em 2015, enquanto para as mulheres essa proporção foi de 30,4%. Além disso, havia proporcionalmente mais mulheres ocupadas sem rendimento ou recebendo somente em benefícios (8,5%) do que homens (4,5%).

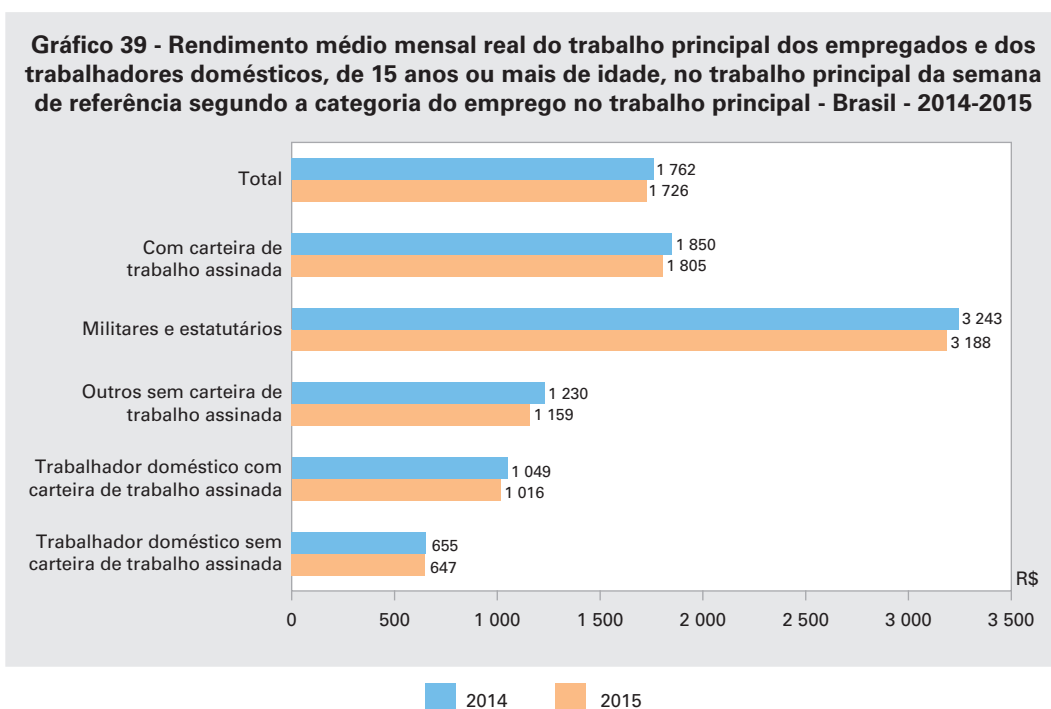
Os maiores rendimentos médios mensais reais de todos os trabalhos para ambos os sexos foram estimados no Distrito Federal (R\$ 4 031 para os homens e R\$ 3 018 para as mulheres). De 2014 para 2015, o maior crescimento desse rendimento para os homens (4,0%) foi no Distrito Federal (de R\$ 3 877 para R\$ 4 031); para as mulheres (16,0%), no Rio Grande do Norte (de R\$ 1 107 para R\$ 1 284).

No que diz respeito à distribuição do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos por sexo no Brasil, o Índice de Gini se mostrou mais desigual entre os homens (0,487) do que entre as mulheres (0,471). Os maiores níveis de concentração da renda entre homens ocupados foram observados no Maranhão (0,551) e Distrito Federal (0,546), ao passo que os menores níveis, em Santa Catarina (0,413) e Goiás (0,412). Entre as mulheres ocupadas, o maior nível de desigualdade no rendimento foi encontrado no Piauí (0,552), e o menor nível, em Santa Catarina (0,372).

Rendimento por categoria do emprego no trabalho principal

Todas as categorias do emprego registraram redução no rendimento médio mensal real do trabalho principal de 2014 para 2015. No Brasil, empregados e trabalhadores domésticos receberam, em média, R\$ 1 726 em 2015, cerca de 2,0% a menos do que a média do ano anterior (R\$ 1 762).

Os trabalhadores com carteira de trabalho assinada obtiveram redução do rendimento de 2,4% (de R\$ 1 850 para R\$ 1 805), e os militares e estatutários apresentaram decréscimo de 1,7% (de R\$ 3 243 para R\$ 3 188). Os trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, em 2015, declararam rendimentos, em média, 3,1% menores que em 2014 (de R\$ 1 049 para R\$ 1 016), enquanto os sem carteira de trabalho assinada, 1,2% (de R\$ 655 para R\$ 647) (Gráfico 39).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.

Por Grandes Regiões, em 2015, os maiores rendimentos médios mensais reais do trabalho principal para os empregados e trabalhadores domésticos (R\$ 2 051), militares e estatutários (R\$ 4 627) e para os outros empregados sem carteira assinada (R\$ 1 329) foram observados na Região Centro-Oeste. Para os empregados com carteira de trabalho assinada (R\$ 1 953) e os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada (R\$ 764), os maiores valores foram registrados na Região Sudeste. Para todas as categorias de emprego, os menores rendimentos médios foram registrados na Região Nordeste (com média de R\$ 1 210 para o total de empregados, inclusive trabalhadores domésticos).

O rendimento médio mensal real do trabalho principal recebido pelos trabalhadores conta própria diminuiu 9,1% de 2014 para 2015, passando de R\$ 1 632 para R\$ 1 484. Em 2015, esse rendimento variou entre R\$ 841, na Região Nordeste, e R\$ 1 970, na Região Sul.

Rendimento de todas as fontes

Em 2015, o rendimento médio mensal real de todas as fontes das pessoas de 15 anos ou mais de idade com rendimento foi de R\$ 1 746, ou seja, 5,4% a menos que em 2014, quando havia sido estimado em R\$ 1 845.

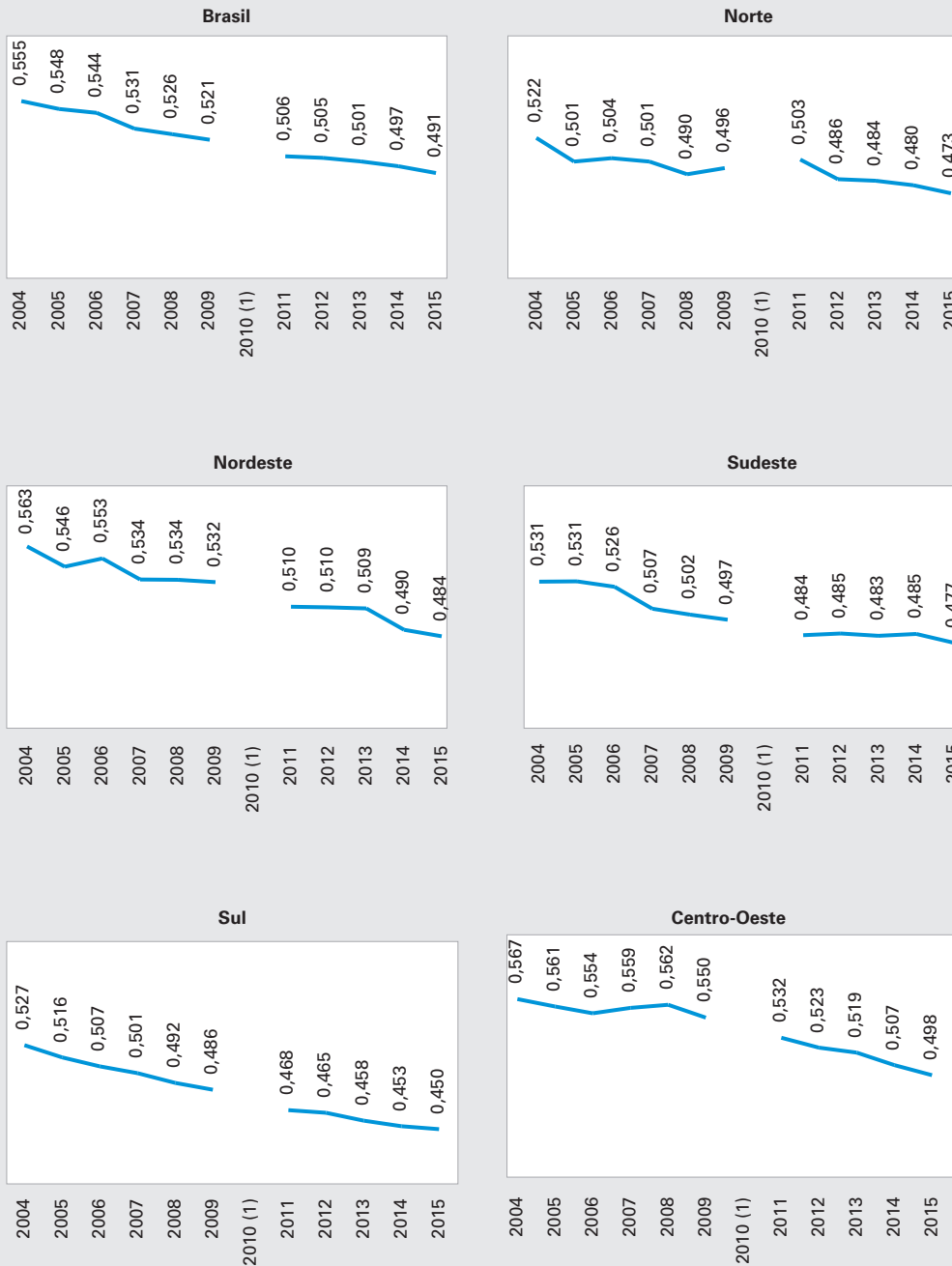
Em todas as Grandes Regiões, também houve retração deste indicador. A maior redução aconteceu na Região Norte, onde as pessoas de 15 anos ou mais de idade perceberam 7,6% a menos que no ano anterior, seguida das Região Nordeste, com redução de 5,9%, e Sudeste, com 5,5%. As Regiões Centro-Oeste e Sul apresentaram quedas de 4,9 e 4,1%, respectivamente.

No Brasil, de 2014 para 2015, houve redução do rendimento médio recebido em todos os décimos da distribuição de pessoas, segundo o rendimento de todas as fontes. Os 5% da população com os maiores rendimentos registraram decréscimo de 6,7% em seu rendimento médio, e o 1% da população da cauda superior da distribuição assinalou retração de 6,9%. Neste ponto da distribuição, o rendimento médio de todas as fontes era de R\$ 20 048 em 2015. Na cauda inferior, ou seja, no primeiro decil das classes de percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, o rendimento médio apresentou redução de 7,8%.

A distribuição percentual do rendimento de todas as fontes se revelou relativamente constante em quase todos os décimos de população. As pessoas na classe de mais de 90% a 100%, em ordem crescente de rendimento de todas as fontes, tiveram redução de 0,5 ponto percentual na participação desse rendimento em relação a 2014 (de 40,9% para 40,4%).

O índice de Gini da distribuição do rendimento médio mensal de todas as fontes também apontou para a redução da concentração na distribuição de renda no Brasil, com valores decrescentes desde 2004, quando assinalou 0,555, chegando a 0,491 em 2015. De 2014 para 2015, a despeito do decréscimo dos rendimentos nos estratos mais baixos, o Índice de Gini também mostrou pequena redução, esta decorrente de uma queda mais acentuada dos rendimentos médios nos décimos de população com rendimentos mais elevados. Como no caso do rendimento médio mensal de todos os trabalhos, o Índice de Gini da distribuição do rendimento médio mensal de todas as fontes, em 2015, foi menor na Região Sul (0,450). A região que apontou a maior desigualdade na distribuição desse rendimento foi a Centro-Oeste (0,498) (Gráfico 40).

Gráfico 40 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal de todas as fontes das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento, por Grandes Regiões - 2004/2015



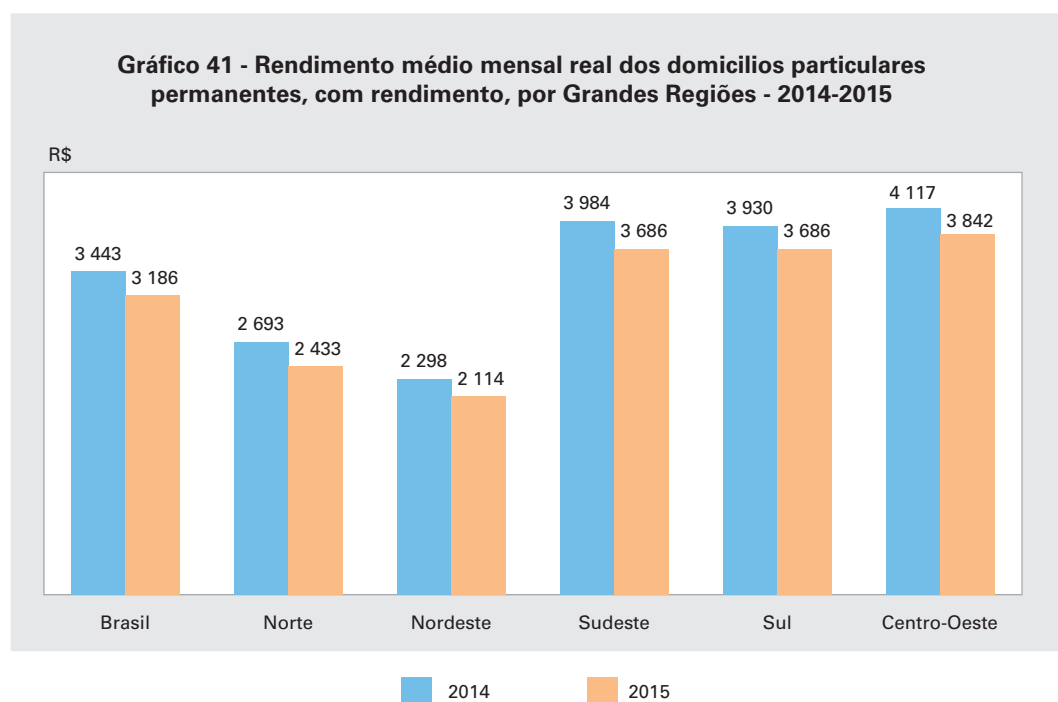
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2015.

(1) Não houve pesquisa.

Em termos de variação no período de 2014 para 2015, as regiões com as maiores reduções da desigualdade foram Centro-Oeste (de 0,507 para 0,498) e Sudeste (de 0,485 para 0,477). Na Região Sul, por outro lado, houve a menor redução da desigualdade no período (de 0,453 para 0,450) (Gráfico 40).

Rendimento mensal domiciliar

Em 2015, a média do rendimento mensal real dos domicílios particulares permanentes foi de R\$ 3 186, 7,5% a menos do que o valor apurado em 2014 (R\$ 3 443). As menores médias deste indicador foram encontradas nas Regiões Nordeste (R\$ 2 114) e Norte (R\$ 2 433). As Regiões Sudeste (R\$ 3 686), Sul (R\$ 3 686) e Centro-Oeste (R\$ 3 842), por sua vez, registraram rendimentos médios mensais reais domiciliares acima da média nacional (Gráfico 41).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.

No Brasil, de 2014 para 2015, houve redução do rendimento médio mensal real recebido em todos os décimos da distribuição de domicílios, segundo o rendimento domiciliar, cabendo destacar que a distribuição do rendimento segundo as classes de percentual de domicílios permaneceu praticamente constante em todos os décimos em 2015.

O Índice de Gini da distribuição do rendimento médio mensal real dos domicílios particulares permanentes com rendimento no Brasil passou de 0,494, em 2014, para 0,493 em 2015. As Regiões Sul (de 0,445 para 0,449), Norte (de 0,475 para 0,476) e Nordeste (sem alteração, com 0,491) não apresentaram movimento de queda do índice de 2014 para 2015 (Gráfico 42).

Gráfico 42 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento, por Grandes Regiões - 2004/2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2015.

(1) Não houve pesquisa.

Rendimento mensal domiciliar *per capita*

Em 2015, 44,7% dos domicílios particulares brasileiros que declararam ter algum tipo de rendimento contavam com até 1 salário mínimo por morador no domicílio. Dos 68,2 milhões de domicílios que declararam possuir rendimentos, 30,5 milhões receberam menos de 1 salário mínimo de rendimento domiciliar *per capita*; 22,2 milhões (ou 32,5%) foram enquadrados nas faixas de rendimento domiciliar *per capita* de 1 a menos de 2 salários mínimos; e 13,6 milhões (ou 19,9%) informaram rendimento domiciliar *per capita* de 2 ou mais salários mínimos.

De 2014 para 2015, o decréscimo do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* no Brasil foi de 7,2% (de R\$ 1 369 para R\$ 1 270). As taxas de crescimento do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* nas Grandes Regiões foram negativas: 9,4% na Norte (de R\$ 948 para R\$ 859); 7,7% na Nordeste (de R\$ 862 para R\$ 796); 7,3% na Sudeste (de R\$ 1 623 para R\$ 1 504); 5,7% na Sul (de R\$ 1 605 para R\$ 1 513); e 6,6% na Centro-Oeste (de R\$ 1 633 para R\$ 1 525).

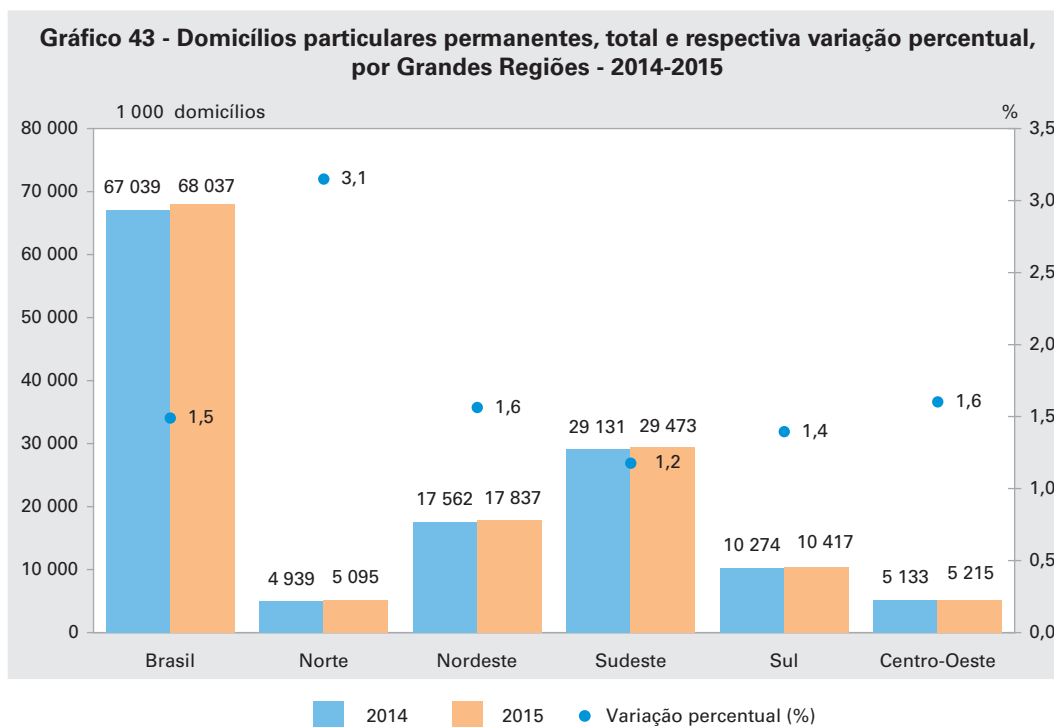
O rendimento médio mensal domiciliar *per capita* recebido pelos décimos de domicílios agrupados em ordem crescente desse rendimento diminuiu, de 2014 para 2015, em todos os décimos. Enquanto os domicílios pertencentes ao primeiro décimo de renda domiciliar *per capita* tiveram redução real do rendimento médio de 9,4% (de R\$ 170 para R\$ 154), aqueles pertencentes ao último décimo registraram retração menor, de 8,2% (de R\$ 5 696 para R\$ 5 231). Com isso, a razão entre o último e o primeiro décimos da distribuição de rendimento domiciliar *per capita* passou de 33,5 para 34,0, entre 2014 e 2015, apresentando uma tendência de aumento da desigualdade da distribuição do rendimento domiciliar *per capita*.

Condições de habitação e posse de bens duráveis

Condições de habitação

Foram estimados 68,0 milhões de domicílios particulares permanentes no Brasil em 2015, o que representou um aumento de 998 mil unidades domiciliares em relação ao ano anterior, ou um crescimento de 1,5% (Gráfico 43).

A Região Norte apresentou o maior aumento relativo no número de domicílios (3,1%). As demais regiões assinalaram variações entre 1,2%, na Sudeste, e 1,6%, na Centro-Oeste e Nordeste. Em termos absolutos, as Regiões Sudeste e Nordeste registraram os maiores crescimentos, com 343 mil e 274 mil unidades domiciliares, respectivamente (Gráfico 43).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.

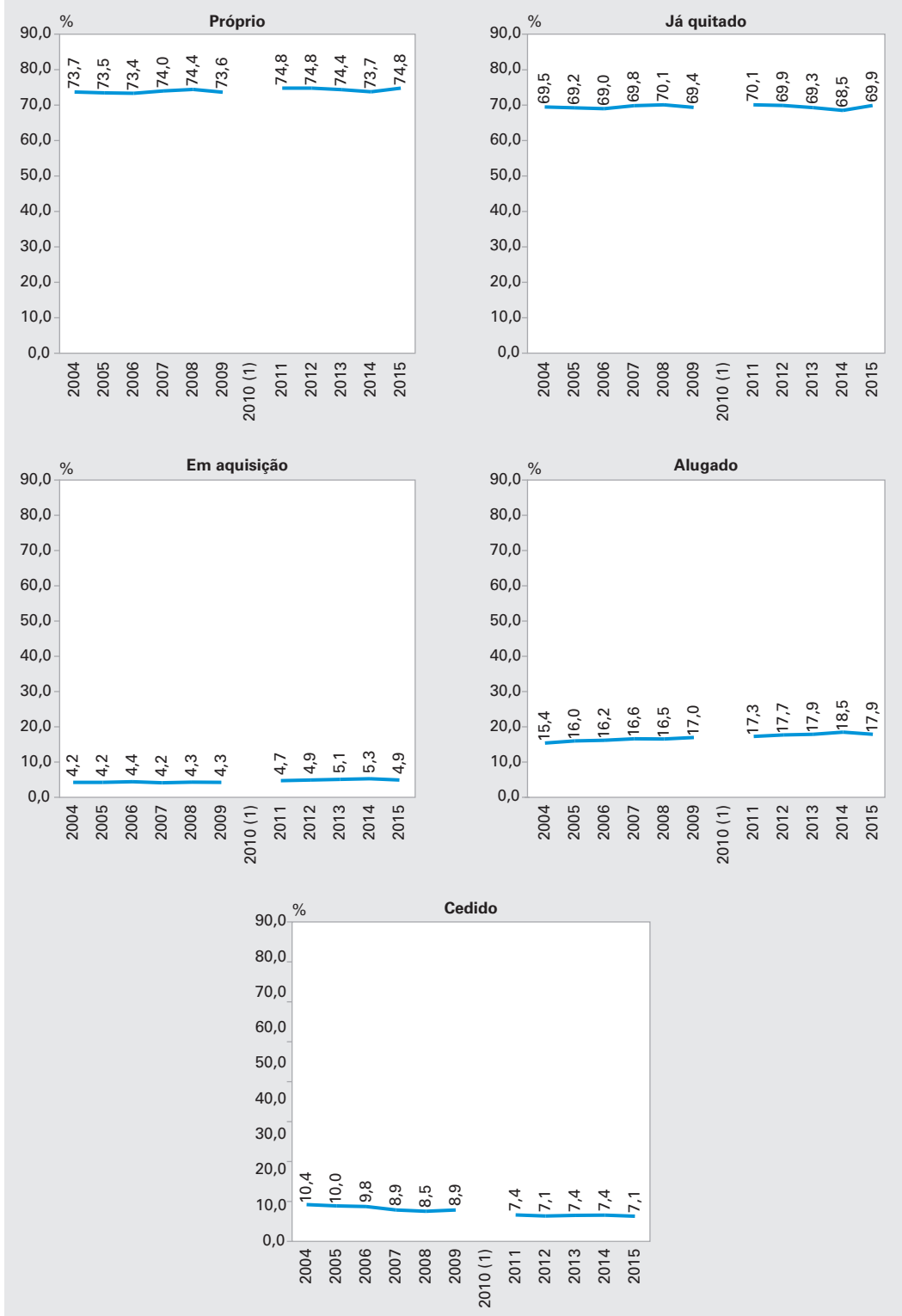
Do total de domicílios em 2015, 74,8% eram próprios. Destes, 69,9% já estavam quitados e 4,9%, em aquisição. Em 2014, 73,7% eram próprios, sendo 68,5% quitados e 5,3% em aquisição. Ao longo do período de 2004 a 2015, a proporção de domicílios próprios variou de 73,4% (menor valor em 2006) a 74,8% (em 2011, 2012 e 2015) (Gráfico 44).

Em termos absolutos, o total de domicílios próprios, no Brasil, aumentou em 1,5 milhão de unidades (3,0%). Esse comportamento foi observado em todas as Grandes Regiões, especialmente na Norte (5,0%).

Os domicílios alugados, por sua vez, correspondiam a 17,9% em 2015, proporção abaixo da estimada para 2014 (18,5%), mas acima da verificada em 2004 (15,4%, configurando um acréscimo de 2,5 pontos percentuais) (Gráfico 44). Em termos absolutos, houve redução de 2,0% de domicílios alugados no Brasil. Pela primeira vez, a série de dados mostra inversão da tendência de elevação dessa proporção desde 2004. Nas Regiões Sul e Centro-Oeste, no entanto, houve aumento (2,5% e 1,7%, respectivamente).

Os domicílios cedidos representavam 7,1% do total em 2015, com tendência de queda, tendo registrado 10,4% em 2004 (Gráfico 44).

Gráfico 44 - Percentual dos domicílios particulares permanentes, por condição de ocupação - Brasil - 2004/2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2015.

(1) Não houve pesquisa.

Rede geral de abastecimento de água

Em 2015, foi registrado um aumento de 876 mil domicílios atendidos pela rede geral de abastecimento de água em relação a 2014, representando um aumento de 1,5%. Esse serviço abarca 58,1 milhões de domicílios, ou 85,4% do total de unidades domiciliares do País (Gráfico 45).

A Região Norte, onde 60,2% dos domicílios eram atendidos pela rede geral, registrou o maior aumento nesse total (3,0%). Nas demais regiões, as proporções de atendimento pela rede geral foram: Nordeste (79,7%); Sudeste (92,2%); Sul (88,3%); e Centro-Oeste (85,7%). Em termos absolutos, todas as Grandes Regiões registraram aumento.

Rede coletora de esgoto

A proporção de domicílios que dispunham de serviço de rede coletora de esgoto passou de 63,5%, em 2014, para 65,3%, em 2015, o que correspondeu a um incremento de 1,9 milhão de unidades domiciliares que passaram a possuir este serviço, totalizando 44,5 milhões com tal cobertura (Gráfico 45).

As regiões que tiveram os maiores aumentos na proporção de domicílios ligados à rede coletora de esgoto foram a Centro-Oeste, com incremento de 6,8 pontos percentuais, e a Sul, com 3,2 pontos percentuais. As demais registraram variação de 1,7 (Nordeste), 1,4 (Norte) e 0,9 ponto percentual (Sudeste).

As Regiões Norte (22,6%), Nordeste (42,9%), Centro-Oeste (53,2%) e Sul (65,1%), permaneceram com percentuais de domicílios com acesso a este serviço inferiores à média nacional. A Região Sudeste, por sua vez, continuou sendo a de maior cobertura desse serviço, com 88,6% dos domicílios atendidos.

Coleta de lixo

Em 2015, o número de domicílios atendidos por coleta de lixo foi de 61,1 milhões, o que representou um aumento, em termos relativos, de 1,5% em relação a 2014. Atendendo a 89,8% do total de unidades domiciliares do País, a cobertura desse serviço em 2015 é equivalente à observada em 2014 (Gráfico 45).

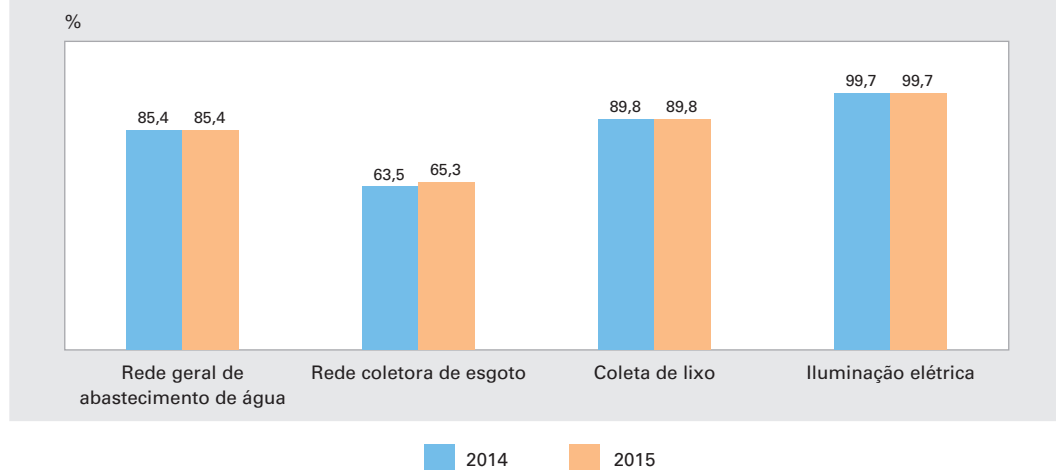
A Região Sudeste registrou a maior proporção de domicílios com lixo coletado (96,4%), e a Região Norte, a menor (78,6%), seguida pela Região Nordeste (79,1%).

Iluminação elétrica

O número de domicílios atendidos pelo serviço de iluminação elétrica cresceu 1,6% de 2014 para 2015, atingindo o contingente de 67,8 milhões de unidades domiciliares, ou 99,7% do total do País (Gráfico 45 e Tabela 5).

Em 2015, a Região Norte possuía a menor proporção de unidades domiciliares com serviço de iluminação elétrica (98,2%), ainda que tenha obtido o maior crescimento em relação a 2014 (3,3%). Nas demais regiões, as proporções de atendimento foram superiores a 99%, chegando a 100% dos domicílios na Sudeste.

Gráfico 45 - Percentual de domicílios particulares permanentes com acesso a alguns serviços, no total de domicílios particulares permanentes Brasil - 2014-2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.

Telefone (fixo e/ou móvel celular)

A proporção de domicílios com algum tipo de telefone, em 2015, foi de 93,3%, representando um total de 63,5 milhões de unidades domiciliares. O número de domicílios que possuíam apenas telefone móvel celular foi de 39,5 milhões (58,0%). Em relação a 2014, a proporção de domicílios que possuíam algum tipo de telefone praticamente não variou, enquanto a proporção daqueles que possuíam apenas telefone móvel celular cresceu 1,7 ponto percentual (Tabela 5).

As Regiões Norte (74,7%) e Nordeste (72,8%) foram as que registraram as maiores proporções de domicílios que possuíam apenas telefone móvel celular.

Posse de bens duráveis

Em 2015, as proporções de domicílios que possuíam fogão, geladeira e televisão foram de 98,8%, 97,8% e 97,1%, respectivamente. Em termos absolutos, registrou-se crescimento, em relação ao ano anterior, de 1,5% nas unidades domiciliares com fogão; de 1,8% nas unidades com existência de geladeira; e de 1,5% naquelas com televisão (Tabela 5).

O número de domicílios com posse de máquina de lavar roupa foi o que apresentou o maior crescimento de 2014 para 2015 (5,7%), alcançando a proporção de 61,1%, correspondendo a um aumento de 2,5 pontos percentuais (Tabela 5). As Regiões Norte e Nordeste ficaram abaixo da proporção média do Brasil relativamente à posse desse bem, com 39,5% e 30,7%, respectivamente.

Em 2015, 31,4 milhões de domicílios possuíam microcomputador, correspondendo a uma redução de 3,4% em relação ao ano anterior. Desse total, 27,5 milhões de unidades domiciliares tinham computador com acesso à Internet. As proporções de domicílios com microcomputador (46,2%) e com microcomputador com acesso à Internet (40,5%) registraram retrações de 2,3 e 1,6 pontos percentuais, respectivamente, na comparação com 2014 (Tabela 5). As Regiões Norte e Nordeste também apresentaram as menores proporções de domicílios com microcomputador (26,7% e 30,3%, respectivamente) e

com microcomputador com acesso à Internet (19,6% e 25,8%, respectivamente). Houve redução da posse de microcomputador em todas as Grandes Regiões. Em 2015, foi a primeira vez que se observou redução no total de domicílios com microcomputador e com microcomputador com acesso à Internet, embora o total de moradores com acesso a Internet tenha aumentado, conforme será visto adiante. Isso se deve ao crescimento do acesso por meio de outros equipamentos e em outros locais que não o domicílio.

Carro ou motocicleta para uso pessoal

Em 2015, havia 31,2 milhões de domicílios onde ao menos um morador possuía carro para uso pessoal, representando 45,8% do total de unidades domiciliares. Em termos absolutos, houve um crescimento de 2,6% em relação ao ano anterior (Tabela 5). As Regiões Norte e Centro-Oeste foram as que tiveram os maiores aumentos, 4,9% e 6,9%, respectivamente. As Regiões Norte (24,0%) e Nordeste (24,2%) registraram as menores proporções de posse desse bem.

O número de domicílios onde havia ao menos um morador com posse de motocicleta foi de 14,5 milhões, representando um crescimento de 1,6% ante 2014, mas mantendo a mesma proporção de unidades domiciliares observada em 2014 (21,2%) (Tabela 5). As Regiões Norte e Nordeste obtiveram as maiores proporções (31,6% e 29,1%, respectivamente).

A Tabela 5, a seguir, apresenta algumas características dos domicílios particulares permanentes no Brasil, em termos absolutos e relativos, em 2014 e 2015.

**Tabela 5 - Domicílios particulares permanentes, segundo algumas características
Brasil - 2014-2015**

Características	Domicílios particulares permanentes			
	2014		2015	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Iluminação elétrica	66 804	99,7	67 840	99,7
Telefone	62 652	93,5	63 507	93,3
Somente móvel celular	37 755	56,3	39 476	58,0
Somente fixo convencional	1 592	2,4	1 449	2,1
Celular e fixo convencional	23 305	34,8	22 582	33,2
Fogão	66 240	98,8	67 249	98,8
Filtro de água	34 838	52,0	36 330	53,4
Geladeira	65 401	97,6	66 563	97,8
Freezer	11 047	16,5	11 485	16,9
Máquina de lavar roupa	39 339	58,7	41 601	61,1
Rádio	48 321	72,1	47 103	69,2
Televisão	65 122	97,1	66 091	97,1
DVD	45 570	68,0	42 303	62,2
Microcomputador	32 539	48,5	31 420	46,2
Microcomputador com acesso à Internet	28 218	42,1	27 535	40,5
Carro	30 365	45,3	31 157	45,8
Motocicleta	14 236	21,2	14 457	21,2

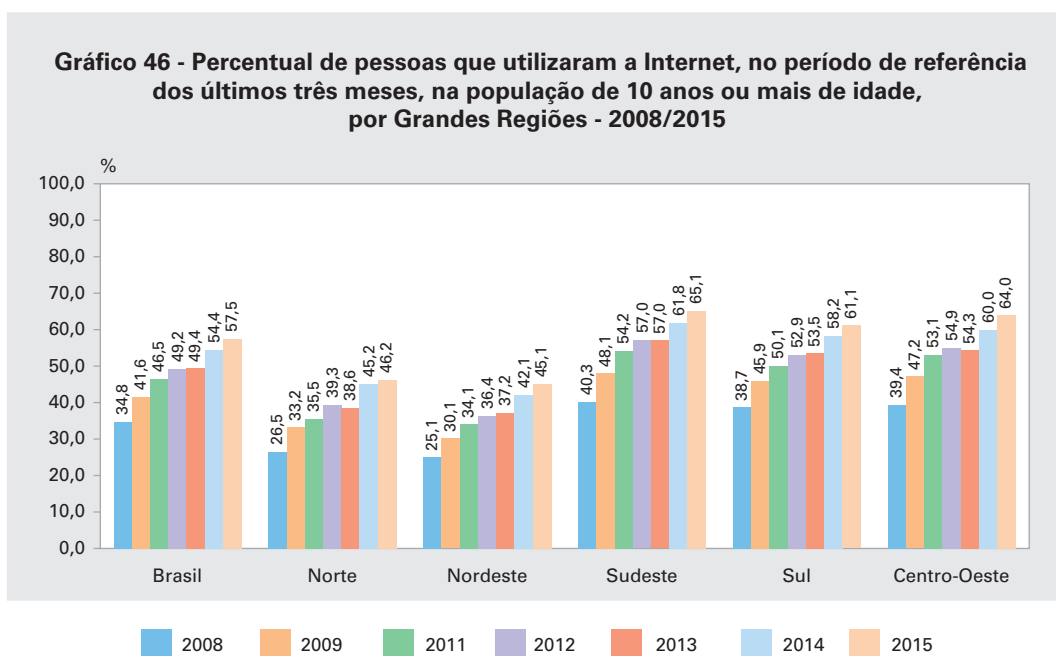
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.

Tecnologia

Acesso à Internet

No Brasil, aproximadamente 102,1 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade acessaram a Internet no período de referência da pesquisa em 2015, o que representou um crescimento de 7,1%, ou 6,7 milhões de usuários, em relação a 2014. Em todas as Grandes Regiões, houve crescimento do contingente de internautas de 2014 para 2015: 4,7% na Norte; 8,4% na Nordeste; 6,8% na Sudeste; 6,2% na Sul; e 8,7% na Centro-Oeste.

De 2014 para 2015, a proporção de internautas passou de 54,4% para 57,5% do total da população residente. Em 2015, as Regiões Sudeste (65,1%), Sul (61,1%) e Centro-Oeste (64,0%) registraram proporções acima da média nacional (57,5%), enquanto as Regiões Norte (46,2%) e Nordeste (45,1%), os menores níveis (Gráfico 46).

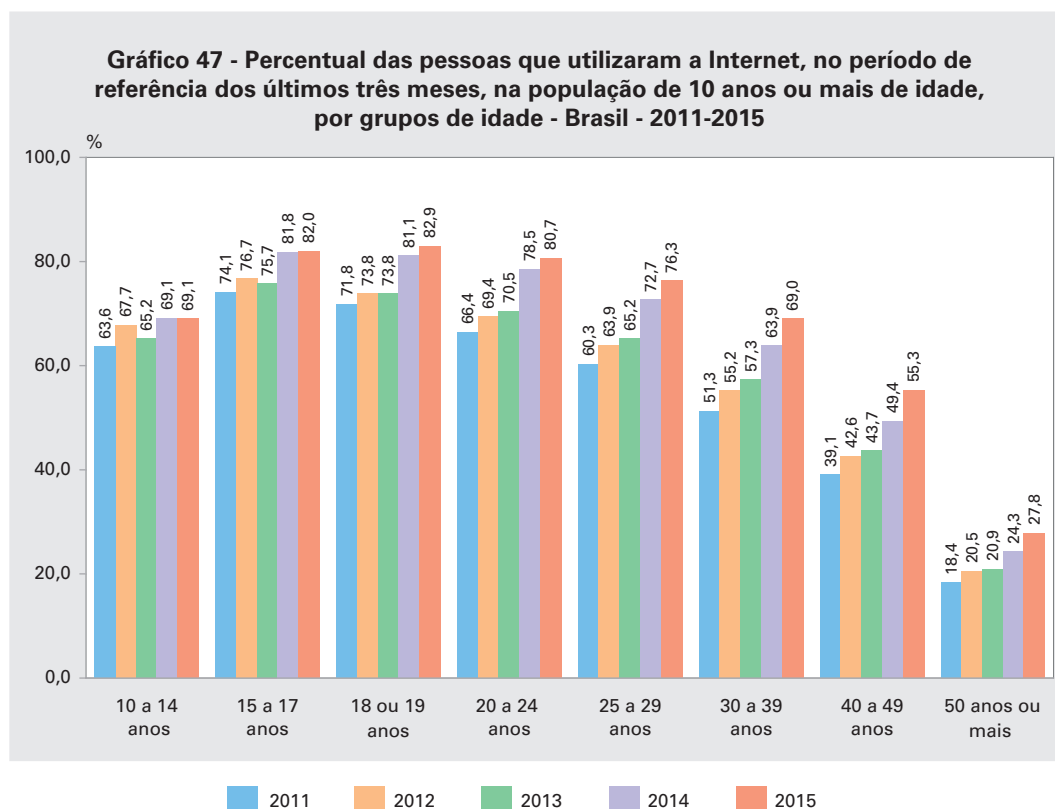


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008/2015.

Em 2015, considerando a população de 10 anos ou mais de idade por grupos etários, observa-se que as pessoas de 15 a 17 anos de idade e de 18 ou 19 anos de idade apresentaram os maiores percentuais de usuários de Internet no Brasil (82,0% e 82,9%, respectivamente) (Gráfico 47). Em relação a 2014, os maiores aumentos de usuários, contudo, ocorreram nos grupos de 40 a 49 anos de idade e de 50 anos ou mais (13,9% e 20,1%, respectivamente).

As Grandes Regiões apresentaram o mesmo comportamento, isto é: maiores proporções de usuários nos grupos mais jovens e maiores aumentos nos grupos mais velhos.

Na distribuição de usuários por sexo, observa-se que 58,0% das mulheres e 56,8% dos homens acessaram a Internet no período de referência. Em relação a 2014, nota-se 7,5% a mais de mulheres e 6,6% de homens que acessaram a Internet.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011-2015.

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal

Em 2015, 139,1 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade tinham telefone móvel celular para uso pessoal, correspondendo a um incremento de 2,5 milhões de pessoas frente ao ano anterior, o que representou um crescimento de 1,8%. A proporção de pessoas com posse de telefone móvel celular, que em 2014 era de 77,9%, passou a 78,3% do total (Gráfico 48).

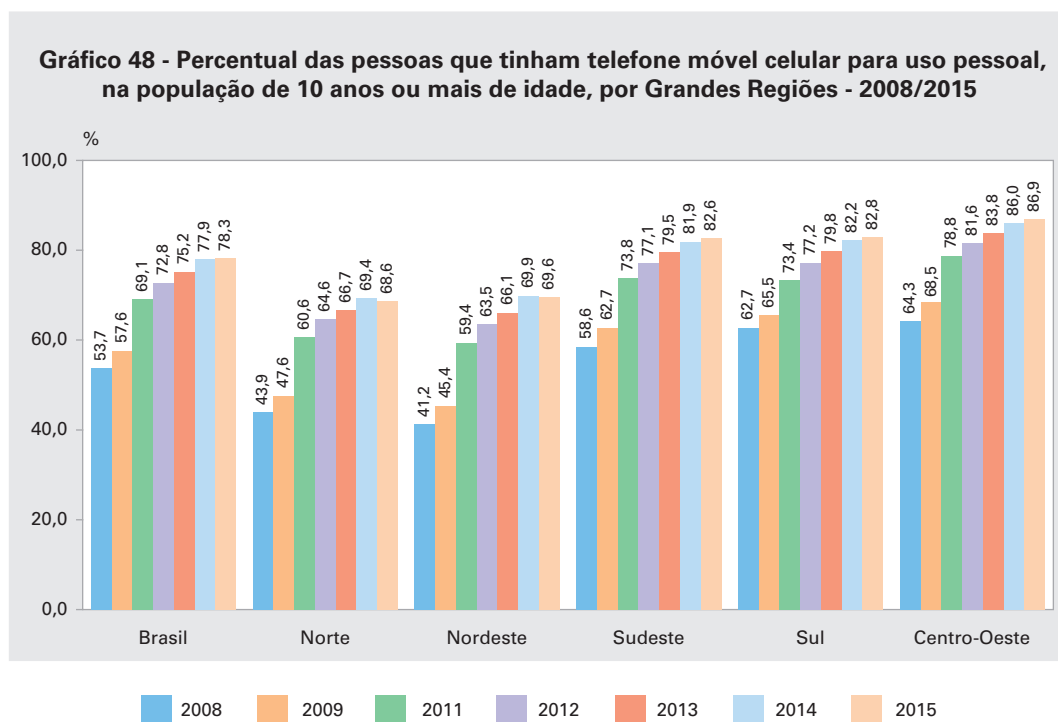
De 2014 para 2015, todas as Grandes Regiões apresentaram crescimento no número de pessoas que possuíam telefone móvel celular. A Região Sudeste assinalou o maior crescimento em números absolutos (1,4 milhão de pessoas). Em termos relativos, a Região Centro-Oeste obteve o maior crescimento (3,0%), seguida da Região Sudeste (2,2%). Nas demais, esses acréscimos foram: 1,3% na Norte; 0,8% na Nordeste; e 1,9% na Sul.

Em 2015, a Região Centro-Oeste continuou a apresentar a maior proporção de pessoas com posse de telefone móvel celular (86,9%) (Gráfico 48).

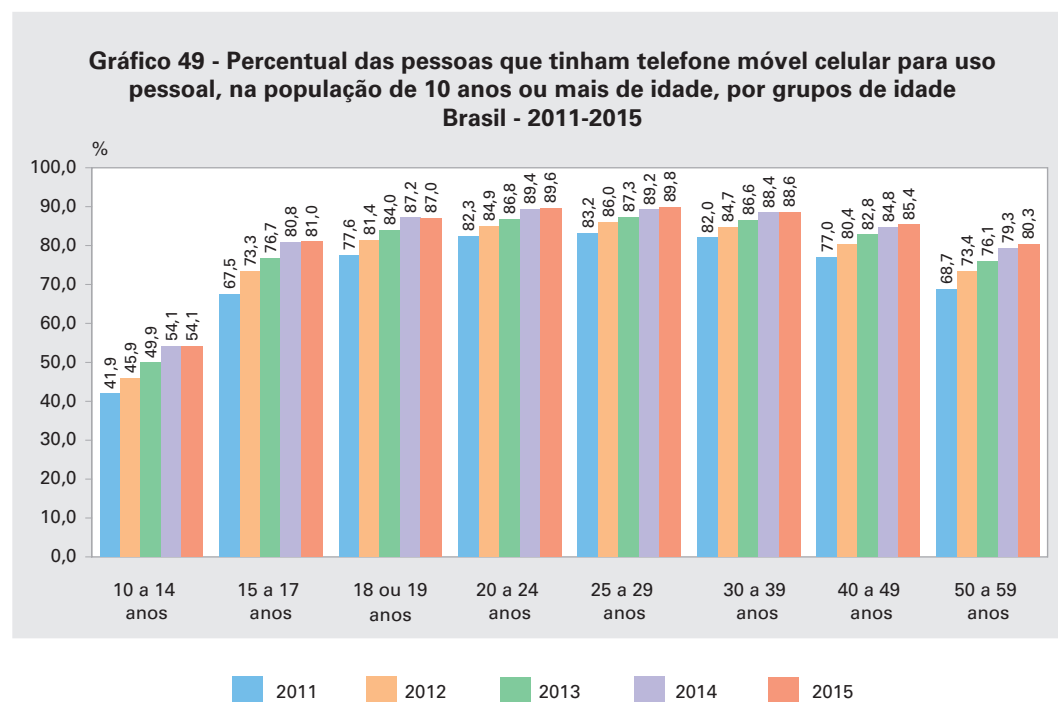
Em 2015, o grupo de idade com a maior proporção de pessoas com posse de telefone móvel celular era o de 25 a 29 anos de idade (89,8%). Não foram verificadas diferenças entre os grupos etários relativamente a esse item; todos registraram proporções acima de 80,0%, exceto o de crianças de 10 a 14 anos de idade (54,1%) (Gráfico 48).

As mulheres apresentaram maior proporção que os homens no que diz respeito à posse de telefone móvel celular (78,9% para elas, e 77,6% para eles).

As Regiões Sudeste (82,6%), Sul (82,8%) e Centro-Oeste (86,9%) assinalaram proporções de pessoas com posse de telefone móvel celular acima da média na nacional (78,3%). Nas Regiões Norte e Nordeste, as proporções ficaram em 68,6% e 69,6%, respectivamente (Gráfico 48).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008/2015.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011-2015.

Referências

BRASIL. Decreto n. 8.381, de 29 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei n. 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 151, n. 252, 30 dez. 2014. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: out. 2016.

_____. Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (anos) de idade. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 143, n. 27, 7 fev. 2006. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: out. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Assistência social. Brasília, DF, [2010?]. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assuntos/assistencia-social>>. Acesso em: out. 2016.

CANCEIS user's guide: Canadian census edit and imputation system. Version 4.5. Ottawa: Statistics Canada, Social Survey Methods Division, 2007.

CLASIFICACIÓN industrial internacional uniforme de todas las actividades económicas – CIIU. Rev. 3. Nueva York: Naciones Unidas, Departamento de Asuntos Económicos y Sociales, División de Estadística, 1990. 214 p. (Informes estadísticos. Serie M, n. 4). Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas>>. Acesso em: out. 2016.

CLASIFICACIÓN internacional uniforme de ocupaciones – CIUO-88. Ginebra: Organización Internacional del Trabajo - OIT, 2004. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/spanish/bureau/stat/isco/isco88/index.htm>>. Acesso em: out. 2016.

CLASSIFICAÇÃO brasileira de ocupações - CBO. 3. ed. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2010. 3 v. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/downloads.jsf>>. Acesso em: out. 2016.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas - CNAE. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 344 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas>>. Acesso em: out. 2016.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas domiciliar - CNAE-Domiciliar. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas>>. Acesso em: out. 2016.

ESTIMATIVAS da população residente para os municípios e para as unidades da federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 8 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97746.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

GARCÍA RUBIO, E.; VILLÁN CRIADO, I. Día: descripción del sistema. In: _____. *Sistema DIA: sistema de detección e imputación automática de errores para datos cualitativos*. Madrid: Instituto Nacional de Estadística - INE, 1988. v. 1.

ÍNDICE nacional de preços ao consumidor - INPC: séries históricas. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultseriesHist.shtm>. Acesso em: out. 2016.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *Resolution concerning statistics of the economically active population, employment, unemployment and underemployment*. Geneva: ILO, 1982. 9 p. Adotada pela Thirteenth International Conference of Labour Statisticians, out. 1982. Disponível em: <http://www.ilo.org/global/statistics-and-databases/standards-and-guidelines/resolutions-adopted-by-international-conferences-of-labour-statisticians/WCMS_087481/lang--en/index.htm>. Acesso em: out. 2016.

INTERNATIONAL standard classification of occupations - ISCO-88. Geneva: International Labour Organization - ILO, 2004. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/isco/isco88/index.htm>>. Acesso em: out. 2016.

INTERNATIONAL standard industrial classification of all economic activities - ISIC. Rev. 3. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division, 1990. 189 p. (Statistical Papers. Series M, n. 4). Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas/>>. Acesso em: out. 2016.

METHODS for projections of urban and rural population. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 1974. 125 p. (Manuals on methods of estimating population, 8). Disponível em: <<http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/manual/projection/urban-rural.shtml>>. Acesso em: out. 2016.

PROJEÇÕES da população: Brasil e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 41 p. (Série relatórios metodológicos, v. 40). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm>. Acesso em: out. 2016.

VILLÁN CRIADO, I.; BRAVO CABRIA, M. S. *Procedimiento de depuración de datos estadísticos*. Vitoria-Gasteiz [Espanha]: Euskal Estatistika-Erakundea [Instituto Vasco de Estadística] - Eustat, 1990. 169 p. (Cuaderno, 20). Disponível em: <<http://www.eustat.es/productosServicios/datos/vol0020.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

WSIS THEMATIC MEETING ON “MEASURING THE INFORMATION SOCIETY”, 2005, Geneva. *Final conclusions*. Geneva: World Summit on the Information Society - WSIS, 2005. 10 p. Disponível em: <<http://www.itu.int/wsis/docs2/thematic/unctad/final-conclusions.PDF>>. Acesso em: out. 2016.

Apêndice

1 - Tópicos investigados na PNAD desde 1992

Tópicos investigados na PNAD desde 1992

Características da unidade domiciliar

- Espécie do domicílio
- Tipo do domicílio
- Material predominante das paredes
- Material predominante da cobertura
- Número de cômodos
- Número de cômodos servindo de dormitório
- Condição de ocupação - próprio/alugado/cedido
- Valor do aluguel mensal
- Valor da prestação mensal
- Posse do terreno
- Existência de garagem ou vaga para automóvel *(2002 e 2003)*
- Área construída do domicílio em m² *(2002 e 2003)*
- Valor do domicílio *(2002 e 2003)*
- Existência de água canalizada para, pelo menos, um cômodo
- Proveniência da água
- Existência de banheiro ou sanitário
- Exclusividade na utilização da instalação sanitária
- Número de banheiros ou sanitários *(a partir de 2002)*

- Esgotamento sanitário
- Destino do lixo
- Forma de iluminação
- Telefone *(até 1999)*
- Telefone fixo *(a partir de 2001)*
- Telefone móvel celular *(a partir de 2001)*
- Existência de fogão
- Combustível utilizado no fogão
- Existência de filtro de água
- Existência de rádio
- Existência de TV
- Existência de DVD *(a partir de 2008)*
- Existência de geladeira
- Existência de freezer
- Existência de máquina de lavar roupa
- Existência de microcomputador *(a partir de 2001)*
- Existência de microcomputador com acesso à Internet *(a partir de 2001)*
- Existência de carro ou motocicleta *(a partir de 2009)*

Características gerais dos moradores

- Condição na unidade domiciliar
- Condição na família
- Cor ou raça
- Se o morador tem mãe viva
- Se a mãe mora no domicílio

- A posse de registro de nascimento
- Motivo da coabitação *(a partir de 2007)*
- Intenção de mudar e constituir domicílio *(a partir de 2007)*
- Estado civil *(de 1992 a 1995 e a partir de 2009)*
- Estado conjugal *(incluído em 2011)*

Migração

- Se o morador reside no município de nascimento
- Se o morador reside na Unidade da Federação de nascimento
- Local de nascimento
- Tempo de residência na atual Unidade da Federação

- Local de moradia há 5 anos da data de referência
- Local de residência anterior ao atual
- Período de residência na Unidade da Federação e no município atual
- Período de residência na Unidade da Federação e no município anterior

Educação

- Sabe ler e escrever
- Frequência a escola ou creche
Para quem frequenta escola ou creche
- Rede de ensino - pública ou privada
- Área de subordinação da escola pública - municipal, estadual ou federal *(a partir de 2009)*
- Curso que frequenta
- Duração do ensino fundamental *(8 ou 9 anos)*
- Tipo de curso: seriado
- Última série frequentada
Para quem não frequenta escola ou creche
- Frequentou anteriormente a escola ou creche

- O curso mais elevado que frequentou
- Duração do ensino fundamental que frequentou anteriormente
- Tipo de curso: seriado
- Conclusão de, pelo menos, a 1ª série deste curso
- A última série concluída com aprovação
- Conclusão do curso
Tecnologia da informação (10 anos ou mais de idade)
- Utilização da Internet nos últimos três meses *(a partir de 2009)*
- Posse de telefone móvel celular para uso pessoal *(a partir de 2009)*

Trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade

- Se a criança trabalhou, incluindo atividades relacionadas com produção para o próprio consumo e construção para o próprio uso, no período de 365 dias
- Se a criança trabalhou na semana de referência
- Ocupação e atividade exercida no período de referência de 358 dias

- Posição na ocupação
- Forma de remuneração
- Valor do rendimento
- Número de horas trabalhadas por semana
- Execução de afazeres domésticos
- Horas dedicadas aos afazeres domésticos

Trabalho e rendimento

- Condição de ocupação
- Número de trabalhos na semana de referência
- Ocupação e atividade

Atividade agrícola

- Posição na ocupação
- Empregado permanente**
- Se recebia do empregador alguma área para produção particular
- Existência de parceria com o empregador

Empregado temporário

- Forma de contratação do empregado

Empregado

- Quantitativo de pessoas não remuneradas moradoras do domicílio que ajudaram nesse emprego

Para o empregador e conta própria

- Área total do empreendimento
- Quantitativo de empregados temporários e permanentes que tinham nesse trabalho (**somente para o empregador**)
- Se era parceiro, arrendatário, posseiro, cessionário, proprietário ou outra condição
- Qual era o tipo de parceria contratada
- Forma de pagamento do arrendamento
- Existência de compromisso prévio de venda à produção
- Venda de alguma parte da produção
- Comprador da produção
- Consumo, por moradores, da produção de algum tipo e a parcela

Atividade não agrícola

- Posição na ocupação
- Para empregado**
- Horário da jornada de trabalho (entre 5:00h e 22:00h ou entre 22:00h e 5:00h)
- Setor do emprego - público ou privado
- Área de subordinação do emprego - federal, estadual ou municipal
- Se era militar das forças armadas
- Se era funcionário público estatutário

Para trabalhadores domésticos

- Quantidade de domicílios em que prestava serviço doméstico
- Se habitualmente exercia esse trabalho pelo menos uma vez por semana
- Número de dias semanais e mensais que exercia a atividade

Para empregados e trabalhadores domésticos

- Número de pessoas ocupadas nesse emprego
- Se tinha carteira de trabalho assinada
- Recebimento de auxílios: moradia; educação; alimentação; transporte; e saúde ou reabilitação

Para empregadores

- Número de empregados que ocupava nesse trabalho

Para conta própria e empregadores

- Número de sócios ocupados que tinha nesse trabalho

Atividade agrícola e não agrícola

Para conta própria e empregadores

- Número de trabalhadores não remunerados que ocupou nesse trabalho

Para todas as pessoas ocupadas

- Remuneração recebida
- Existência de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do empreendimento em que trabalhava (**a partir de 2009**)
- Tipo e local do estabelecimento
- Deslocamento para o trabalho
- Horas trabalhadas
- Contribuição para Instituto de Previdência
- Tempo no trabalho
- Características do trabalho anterior
- Tempo de permanência no trabalho anterior
- Recebimento de Seguro-desemprego do trabalho anterior
- Características de outros trabalhos

Para todas as pessoas de 10 anos ou mais

- Procura de trabalho
- Previdência privada
- Afazeres domésticos
- Rendimentos não provenientes de trabalho – aposentadoria, programas sociais, pensão, abono permanência, aluguel, doação e outros

Fecundidade

- Se teve filho até a data de referência
- Número de filhos tidos, por sexo, que moravam no domicílio
- Número de filhos tidos, por sexo, que moravam em outro local
- Número de filhos tidos, por sexo, que morreram

- O sexo do último filho nascido vivo
- Mês e ano do nascimento do último filho nascido vivo
- O último filho nascido vivo ainda estava vivo na data de referência
- Número de filhos nascidos mortos

Anexos

- 1 - Grupamentos e subgrupos principais ocupacionais**
- 2 - Grupamentos e divisões de atividade**
- 3 - Estimativas da população para o cálculo dos pesos para expansão da amostra da PNAD 2015**

Anexo 1 Grupamentos e subgrupos principais ocupacionais

Dirigentes em geral

Membros superiores e dirigentes do poder público

Dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público)

Gerentes

Profissionais das ciências e das artes

Profissionais policientíficos

Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia

Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins

Profissionais do ensino (com formação de nível superior)

Profissionais das ciências jurídicas

Profissionais das ciências sociais e humanas

Comunicadores, artistas e religiosos

Técnicos de nível médio

Técnicos polivalentes

Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins

Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins

Professores leigos e de nível médio

Técnicos de nível médio em serviços de transportes

Técnicos de nível médio nas ciências administrativas

Técnicos em nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos

Outros técnicos de nível médio

Trabalhadores de serviços administrativos

Escriturários

Trabalhadores de atendimento ao público

Trabalhadores dos serviços

Trabalhadores dos serviços

Vendedores e prestadores de serviços do comércio

Vendedores e prestadores de serviços do comércio

Trabalhadores agrícolas

Produtores na exploração agropecuária

Trabalhadores na exploração agropecuária

Pescadores, caçadores e extrativistas florestais

Trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal

Trabalhadores da produção de bens e serviços de reparação e manutenção

Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil

Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos

Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica

Montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais

Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins

Trabalhadores das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas

Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário

Trabalhadores de funções transversais

Trabalhadores das indústrias de processos contínuos e outras indústrias

Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção

Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose, papel, papelão e artefatos

Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo

Operadores de instalações de produção e distribuição de energia, utilidades, captação, tratamento e distribuição de água

Outros trabalhadores elementares industriais

Trabalhadores de reparação e manutenção mecânica

Polimantenedores

Outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação

Membros das forças armadas e auxiliares

Militares da aeronáutica

Militares do exército

Militares da marinha

Policiais militares

Bombeiros militares

Ocupações maldefinidas

Ocupações maldefinidas

Anexo 2 Grupamentos e divisões de atividade

Agrícola

Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades

Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados com estas atividades

Pesca, aquicultura e atividades dos serviços relacionados com estas atividades

Indústria

Indústria de transformação

Fabricação de produtos alimentícios e bebidas

Fabricação de produtos do fumo

Fabricação de produtos têxteis

Confecção de artigos do vestuário e acessórios

Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados

Fabricação de produtos de madeira

Fabricação de celulose, papel e produtos de papel

Edição, impressão e reprodução de gravações

Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool

Fabricação de produtos químicos

Fabricação de produtos de borracha e plástico

Fabricação de produtos de minerais não metálicos

Metalurgia básica

Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos

Fabricação de máquinas e equipamentos

Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática

Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos

Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações

Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios

Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias

Fabricação de outros equipamentos de transporte

Fabricação de móveis e indústrias diversas

Reciclagem

Outras atividades industriais

- Extração de carvão mineral
- Extração de petróleo e serviços correlatos
- Extração de minerais radioativos
- Extração de minerais metálicos
- Extração de minerais não metálicos
- Eletricidade, gás e água quente
- Captação, tratamento e distribuição de água

Construção

- Construção

Comércio e reparação

- Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis
- Intermediários do comércio, comércio e reparação de objetos pessoais e domésticos

Alojamento e alimentação

- Alojamento e alimentação

Transporte, armazenagem e comunicação

- Transporte terrestre
- Transporte aquaviário
- Transporte aéreo
- Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem
- Correios e telecomunicações

Administração pública

- Administração pública, defesa e seguridade social

Educação, saúde e serviços sociais

- Educação
- Saúde e serviços sociais

Outros serviços coletivos, sociais e pessoais

- Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas
- Atividades associativas
- Atividades recreativas, culturais e desportivas
- Serviços pessoais

Serviços domésticos

Serviços domésticos

Outras atividades

Intermediação financeira, exclusive de seguros e previdência privada

Seguros e previdência privada

Atividades auxiliares da intermediação financeira

Atividades imobiliárias

Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos

Atividades de informática e conexas

Pesquisa e desenvolvimento

Serviços prestados principalmente às empresas

Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Atividades maldefinidas

Atividades maldefinidas

Anexo 3 Estimativas da população para o cálculo dos pesos para a expansão da amostra da PNAD 2015

O IBGE calibra as estimativas provenientes das pesquisas domiciliares por amostragem tomando por base os dados da Projeção da População que o Instituto elabora e divulga. Assim, para a expansão da amostra da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2015, são utilizados estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente de cada Unidade da Federação, segundo o tipo de área (região metropolitana e não metropolitana de divulgação da pesquisa).

Em 2013, o IBGE divulgou a Projeção da População das Unidades da Federação, por Sexo e Idade, para o período 2000-2030, pelo Método das Componentes Demográficas, o que representa um importante aprimoramento metodológico. Essa metodologia incorporou os resultados dos parâmetros demográficos calculados com base no Censo Demográfico 2010 e as informações mais recentes dos registros de nascimentos e óbitos. Nesse método, interagem as variáveis demográficas seguindo as coortes de pessoas ao longo do tempo, expostas às leis de fecundidade, mortalidade e migração. Para tanto, é necessário que se produzam estimativas e projeções dos níveis e padrões de cada uma dessas componentes. Esta se reveste na mais delicada etapa do processo como um todo, pois a formulação das hipóteses sobre as perspectivas futuras da fecundidade, da mortalidade e da migração requer o empreendimento de um esforço cuidadoso no sentido de garantir a coerência entre os parâmetros disponíveis, descritivos das tendências passadas, e aqueles que resultarão da Projeção¹. É dessa Projeção que se originam as estimativas da população para níveis geográficos mais desagregados, no caso do IBGE, os municípios.

Para estimar a população dos municípios, foi utilizado o Método de Tendência de Crescimento Populacional, denominado AiBi. Essa metodologia tem como princípio fundamental a subdivisão de uma área maior, cuja estimativa já se conhece, em n áreas menores, de tal forma que seja assegurada, ao final das estimativas das áreas menores, a reprodução da estimativa, previamente conhecida, da área maior por meio da soma das estimativas das áreas menores².

Neste caso, a população da área maior considerada para a utilização do método foi a população projetada para cada Unidade da Federação, elaborada pelo Método das Componentes Demográficas. As populações das áreas menores foram as dos municípios aferidas nos Censos Demográficos 2000 e 2010, ajustadas a partir de um processo de conciliação censitária.

As estimativas da população para calibrar a PNAD 2015 tiveram como data de referência o dia 26 de setembro de 2015.

A partir da metodologia para estimar as populações municipais, os efetivos correspondentes às regiões metropolitanas foram obtidos a partir da soma das populações de cada um dos municípios que as compõem. As populações não

¹ Para informações mais detalhadas sobre os aspectos metodológicos, consultar: PROJEÇÕES da população: Brasil e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 41 p. (Série relatórios metodológicos, v. 40). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm>. Acesso em: out. 2016.

² Para informações mais detalhadas sobre os aspectos metodológicos, consultar: ESTIMATIVAS da população residente para os municípios e para as unidades da federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 8 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97746.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

metropolitanas das Unidades da Federação foram obtidas por subtração das populações totais das respectivas Unidades da Federação.

As estimativas das populações, segundo a situação de residência urbana e rural, foram calculadas aplicando-se o método proposto pela Organização das Nações Unidas - ONU³. Esse método matemático é baseado no pressuposto de que a diferença entre as taxas de crescimento das populações urbana e rural se mantém constante ao longo do tempo (constante K). A partir dessa constante K, é possível construir uma expressão analítica (modelo logístico) de forma a se obter a projeção do percentual urbano de uma população qualquer, a partir do instante inicial t (sendo t o ano de referência do último censo demográfico). É necessário também o conhecimento da população de partida da projeção; neste caso, o percentual de população urbana (pu(t)), no instante de tempo inicial.

Até 2003, utilizou-se a projeção da população residente urbana como variável independente para a expansão da amostra da PNAD das seis Unidades da Federação (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá) em que a pesquisa não cobria a área rural. A partir de 2004, a PNAD passou a cobrir tanto as áreas urbanas como as rurais dessas seis Unidades da Federação. Considerando essa situação especial, unicamente para essas seis Unidades da Federação, adotou-se a projeção da população residente, segundo a situação do domicílio (urbana e rural), como variável independente para expansão da amostra.

³ Para informações mais detalhadas sobre o método proposto, consultar: METHODS for projections of urban and rural population. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 1974. 125 p. (Manuals on methods of estimating population, 8). Disponível em: <<http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/manual/projection/urban-rural.shtml>>. Acesso em: out. 2016.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Trabalho e Rendimento

Cimar Azeredo Pereira

Gerência de Pesquisas

Maria Lucia França Pontes Vieira

Planejamento

Angela Maria Broquá Mello

Cimar Azeredo Pereira

Marcia Barbosa de Almeida Vargas

Maria Lucia França Pontes Vieira

Acompanhamento da coleta de dados

Antony Teixeira Firmino

Genilda da Silva Rodrigues

Luiz Claudio da Silva Malvino

Marcia Barbosa de Almeida Vargas

Maria da Gloria Dias Freitas

Maria do Socorro Bento

Maria Teresa Cristina Dalla Riva da Nobrega Bastos

Maria Lucia Pereira do Nascimento

Michelle Menegardo de Souza

Rosângela Lago de Souza Barbosa

Supervisão de codificação e classificação

Antony Teixeira Firmino

Rosângela Lago de Souza Barbosa

Crítica centralizada

Fabiane Cirino de Oliveira Santos

Maíra Bonna Lenzi

Seleção, controle e expansão da amostra e cálculo dos coeficientes de variação

Marcus Paulo Soares de Freitas

Rosângela Magalhães A. Pereira (Consultora)

Tabulação dos resultados e gráficos

Fabiane Cirino de Oliveira Santos

Maíra Bonna Lenzi

Elaboração de textos e análises

Adriana Araujo Beringuy

Maria Lucia França Pontes Vieira

William Araujo Kratochwill

Revisão e preparo de originais

Adriana Araujo Beringuy

Maria Lucia França Pontes Vieira

Disseminação online dos resultados

Lino Eduardo Rodrigues Freire

Gerência de Estudos Métodos e Controle

Mauricio Franca Lila

Daniel Luiz Fonseca de Aguiar

Fabiane Cirino de Oliveira Santos

Felipe Quintas Conde

Fernanda Karine Ruiz Colenghi Baptista

Nayara Lopes Gomes

Maira Bonna Lenzi

Luna Hidalgo Carneiro

Colaboradores**Diretoria de Pesquisas****Coordenação de Métodos e Qualidade**

Sonia Albieri - coordenadora

Gerência de Metodologia Estatística

Antonio José Ribeiro Dias

Alexandre dos Reis Santos

Bruno Freitas Cortez

Debora Ferreira de Souza

Fábio Figueiredo Farias

Marcus Vinícius Morais Fernandes

Nícia Custódio Hansen Brendolin

Viviane Cirillo Carvalho Quintaes

Gerência de Qualidade Estatística

Maria Luiza Barcellos Zacharias
Alexandre Emilio Manhaes Pardelinha
Alexandre Vincenzo Barone
Alvaro de Moraes Frota
Andrea Borges Paim
Renata Moreira Paes da Costa
Rodrigo Machado
Sofia Machado Monti

Gerência de Desenvolvimento e Pesquisa

André Wallace Nery da Costa
Denis Paulo dos santos
Marcos Paulo Soares de Freitas
Roberta Carneiro de Souza
Rodrigo Otávio Santos von Doellinger
Sâmela Batista Arantes
Tiago Mendes Dantas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Bárbara Cobo

Gerência de Estudos e Análise da Dinâmica Demográfica

Leila Regina Ervatti

Gerência de Estatísticas Vitais Estimativas Populacionais

Izabel Magalhães Marri
Marcio Mtsuo Minamiguchi
Leandro Okamoto Silva

Gerência das Componentes da Dinâmica Demográfica

Fernando Roberto Pires de Carvalho e Albuquerque
Antonio Tadeu Ribeiro de Oliveira

Diretoria de Informática

Coordenação de Projetos Especiais

Claudio Mariano Fernandes

Gerência de Desenvolvimento e Suporte a Projetos Especiais e Produtos Especialistas

Luigino Italo Palermo
Carlos Brandão Fernandes da Silva
Eduardo da Costa Romero
Dulce Maria Rocha Barbosa
Ronaldo Rodrigues Raposo Junior
Said Jorge Miguel Passos Filho

Gerência de Desenvolvimento de Sistema de Censos

Ataide José de Oliveira Venâncio
Carlos Emilio de Mattos Strauch

Davi Faria Rocha
Edson Orofino de Souza
Marcos Rodrigues Pinto

Gerência de Suporte e Desenvolvimento de Sistemas de Microdados

Bianca Fernandes Sotelo
Marcello Willians Messina Ribeiro
Magali Ribeiro Chaves

Gerência de Suporte e Desenvolvimento de Sistemas de Dados Agregados

Luiz Antonio Gauziski de Araujo Figueredo
Anderson Almeida França

Gerência de Sistemas Populacionais e Sociais

Solange Ferreira Pinto
Vania da Silva Boquimpani
André Bruno de Oliveira
Humberto Lopes Chapouto

Coordenação de Operações e Serviços de Informática

Bruno Gonçalves Santos

Gerência de Implantação e Administração dos Serviços em Produção

Edson Orofino de Souza - Gerente de área
Paulo Lincoln Ribeiro de Oliveira - Analista de Produção
Rozani Souza Gomes de Carvalho - Técnica em Informática

Unidades Estaduais

Supervisores Estaduais

RO - Jurandir Soares da Silva
AC - Lara Torchi Esteves
AM - Jose Ilcleson Mendes Coelho
RR - Lucas da Silva Gomes
PA - Max Elias Calil Gomes
AP - Ananias do Carmo Picanço
TO - João Paulo Dantas Arantes
MA - Patrícia de Oliveira Borges e Souza
PI - Ranieri Ferreira Leite
CE - João Batista Canário Neto
RN - Rosana Lúcia Passos de Oliveira Siqueira
PB - Cláudio Vinícius Santos de Araujo
PE - Isaílda Maria Barros Pereira
AL - Haroldo Alves Farias
SE - Ewerton Fernando Santana Coelho
BA - Artur Constantino Figueiredo Machado
MG - Fernanda de Sousa Gerken
ES - Fernando Francisco de Paula
RJ - Geraldo Louza da Veiga
SP - Eugênio Carlos Ferreira Braga

PR - Laura Castegnaro
SC - Gilmar Orsi
RS - Raquel Eloísa Eisenkraemer
MS - Cecília de Fátima Argemon Ferreira
MT - Nivaldo de Souza Lima
GO - Valperino Gomes Oliveira Filho
DF - Maiara Santos Santana

Coordenadores de Informática das Unidades Estaduais

RO - Carlos Souza Menandro
AC - Raphael Lopes Dias
AM - Darlan Viana Cavalcante
RR - José Carlos Ramires
PA - Sílvio Costa de Souza
AP - Fabrício Alves Reis
TO - Manuela Almeida Bittencourt
MA - Wellington Luis Mineiro Franca
PI - João José de Sousa Santos
CE - Manuel Ozanan Rodrigues Filho
RN - Edson Moreira de Aguiar
PB - Haroldo Paulino de Medeiros
PE - Gliner Dias Alencar
AL - Plínio José Medeiros C. de Araújo
SE - Carlos Alberto Lavy
BA - André Luiz Ferreira Uripia
MG - Diva de Souza e Silva Rodrigues
ES - Eric Alves Buhr
RJ - Carlos Eduardo Portela
SP - Wlamir Almeida Pinheiro
PR - Luciano Lopes Martins
SC - Luis Augusto de Souza Bevacqua
RS - Octavio Jose Dedavid Filho
MS - Ronaldo Mendes Lamare
MT - Fabricio Eustaquio Vargas
GO - Rogerio Arantes Gaioso
DF - Jose Magno de Avila Junior

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual, tabular e de gráficos

Beth Fontoura
Fernanda Maciel Jardim
Katia Vaz Cavalcanti
Marisa Sigolo

Diagramação tabular e de gráficos

Beth Fontoura
Helena Maria Mattos Pontes
Maria da Graça Fernandes de Lima
Solange Maria Mello de Oliveira

Diagramação textual

Solange Maria Mello de Oliveira

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Produção do e-book

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação**Pesquisa e normalização bibliográfica**

Ana Raquel Gomes da Silva
Juliana da Silva Gomes
Karina Pessanha da Silva (Estagiária)
Lioara Mandoju
Nadia Bernuci dos Santos
Solange de Oliveira Santos
Vera Lúcia Punzi Barcelos Capone

Normalização textual e padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica**Impressão e acabamento**

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital**Impressão**

Ednalva Maia do Monte

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800-721-8181

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

SÍNTESE DE INDICADORES 2 0 1 5

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD investiga anualmente, de forma permanente, características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação, além de outras com periodicidade variável, de acordo com as necessidades de informação para o País, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar, entre outros temas. O levantamento dessas estatísticas constitui um importante instrumento para a formulação, validação e avaliação de políticas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria das condições de vida no Brasil.

Nesta publicação, o IBGE traz a público uma síntese das principais informações da PNAD referentes a 2014 e 2015, abrangendo os temas anualmente investigados – *Dados gerais, Migração, Educação, Trabalho, Famílias, Domicílios, Rendimento e Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular* –, além de comparações históricas, considerando o período de 2004 a 2015. A publicação inclui ainda notas técnicas, em que se destacam os conceitos e definições utilizados na pesquisa, considerações de natureza metodológica que permitem conhecer os principais aspectos de sua evolução, e o plano de amostragem. Em complemento a esse conteúdo, encontram-se listados, ao final do volume, os tópicos investigados pela PNAD desde 1992. As estimativas da população para o cálculo dos pesos para a expansão da amostra da pesquisa realizada em 2015 e a composição dos grupamentos ocupacionais e de atividade considerados encontram-se nos anexos que complementam a publicação.

Essas informações também podem ser acessadas no portal do IBGE na Internet, que disponibiliza ainda o plano tabular completo da PNAD para todos os níveis de divulgação – Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e nove Regiões Metropolitanas –, bem como os seus microdados, permitindo, assim, a exploração da ampla base de dados da pesquisa segundo perspectivas diversas.

Algumas publicações sobre os temas:

Censo demográfico

Contagem da população

Pesquisa nacional por amostra de domicílios

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira



ISBN 978-85-240-4398-7



788524 043987